



CONFIANÇA NO FUTURO.

Relatório & Contas 2022

Banco BAI Cabo Verde, SA

Banco BAI Cabo Verde, S.A.

Edifício BAICenter R/C • Chã D'Areia | Av. Cidade de Lisboa

Praia • Cabo Verde

Tel.: +238 2602300 • Fax: +238 2601729

Email: bai@bancobai.cv • Portal: www.bancobai.cv

Índice

1. Principais Indicadores.....	4
A. Síntese dos Indicadores Financeiros	4
B. Análise Gráfica dos Principais Indicadores	6
2. Mensagem Conjunta do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva ..	8
3. Principais Referências.....	11
A. Acionistas	11
B. Órgãos Sociais	11
C. Estrutura de Gestão	13
D. Marcos da Atividade	13
4. Enquadramento Macroeconómico e Financeiro	14
A. Contexto Internacional.....	14
B. Contexto Nacional	15
5. BAI Cabo Verde no Sistema Financeiro	18
6. Síntese da Atividade Bancária	19
7. Canais Eletrónicos.....	28
8. Gestão de Riscos.....	28
9. Compliance	35
10. Capital Humano	36
11. Responsabilidade Social	39
12. Análise Financeira.....	39
A. Elementos do Balanço	39
B. Elementos da Demonstração de Resultados	41
C. Indicadores Económicos e Financeiros	44
13. Plano Estratégico e de Negócio	46
14. Aprovação do Conselho de Administração.....	47
15. Demonstrações Financeiras.....	48
A. Balanço dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022e 31 de dezembro de 2021	48
B. Demonstração de Resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021	49
C. Demonstração de Rendimento Integral dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021	50
D. Demonstração de Alterações no Capital Próprio dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021	51
E. Demonstração dos Fluxos de Caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021	52

16. Proposta de Aplicação e Distribuição de Resultados	53
17. Notas às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022 e 2021	54
18. Relatório do Auditor Externo.....	128
19. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	133

1. Principais Indicadores

A. Síntese dos Indicadores Financeiros

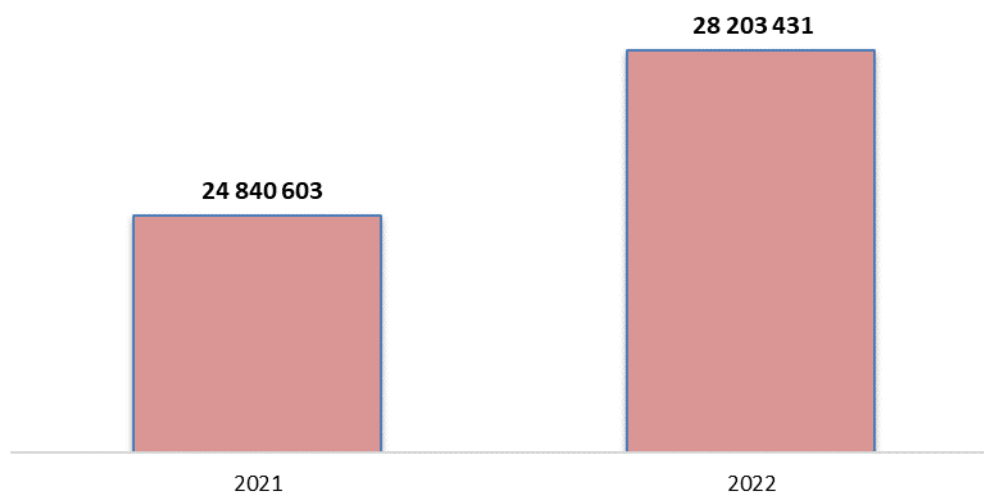
Expresso milhares ECV

	dez/22	dez/21 Reexpresso	Variação	
			Abs.	%
Balanco Patrimonial e Extra-patrimonial				
Activo Líquido	28 203 431	24 840 603	3 362 827	13,5%
Créditos s/clientes (líquidos)	11 417 400	10 483 396	934 004	8,9%
Crédito vincendo	11 095 418	10 246 755	848 663	8,3%
Crédito e juros Vencidos (+30 dias)	879 145	776 075	103 070	13,3%
Crédito e juros Vencidos (+30 dias) (sem créditos titulados)	506 842	403 772	103 070	25,5%
Crédito em Incumprimento (+90 dias)	846 371	646 325	200 046	31,0%
Imparidade	557 162	539 434	17 728	3,3%
Garantias e avals prestados	437 239	547 957	(110 718)	-20,2%
Créditos documentários abertos	4 684	6 066	(1 382)	-22,8%
Créditos total	11 859 323	11 037 419	821 905	7,4%
Créditos Abatidos ao Activo	233 593	230 604	2 989	1,3%
Depósitos Clientes	16 980 223	14 443 327	2 536 896	17,6%
Recursos de OIF	4 917 253	4 934 371	(17 118)	-0,3%
Passivos Subordinados_Titulados	500 667	750 000	(249 333)	-33,2%
Passivos Subordinados_Suprimentos	142 510	131 466	11 044	8,4%
Capitais próprios	2 876 693	2 877 095	(402)	0,0%
Actividade				
Margem financeira	800 347	771 509	28 837	3,7%
Margem complementar	113 987	113 333	654	0,6%
Produto Bancário líquido	914 334	884 842	29 491	3,3%
Custos de Estrutura	747 649	667 931	79 717	11,9%
Cash Flow	287 002	330 556	(43 554)	-13,2%
Resultado antes de impostos (RAI)	67 865	118 816	(50 951)	-42,9%
Imposto Diferido Activo (IDA)	3 376	4 124	(749)	-18,2%
Resultados Líquidos do Exercício	57 949	108 503	(50 553)	-46,6%
Acções				
Nº de acções	2 092	2 092	-	0,0%
Funcionamento				
Número de empregados	137	133	4	3,0%
Número balcões	10	10	-	0,0%
Número de clientes	45 851	40 335	5 516	13,7%
Número de Cartões Vinti4 (débito) - Ativos	16 154	12 963	3 191	24,6%
Caixas Automáticas Ativas (ATM's)	20	19	1	5,3%
Produtividade/Eficiência				
Cost to income ratio	81,8%	75,5%	6,3%	8,3%
Margem Financeira/Produto Bancário	87,5%	87,2%	0,3%	0,4%
Número de clientes por empregado	335	303	31	10,4%
(Créditos+Depósitos)/Nº empregados	204 932	185 640	19 292	10,4%
Empregado por Agência (Rede e serviços centrais)	14	13	0	3,0%
(Crédito+Depósitos)/Nº Agências	2 839 762	2 492 672	347 090	13,9%
Activo Líquido / Número de empregados	205 864	186 771	19 093	10,2%
Custos de Estrutura / Activo Líquido	2,7%	2,7%	0,0%	-1,4%
Rentabilidade				
Lucro líquido por acção (EPS)	28	52	(24)	-46,6%
Taxa de Transformação 1 (Crédito/Depósitos)	67,2%	72,6%	-5,3%	-7,4%
Taxa de Transformação 2 (Crédito/Depósitos) (exclui os créditos titulados)	60,2%	65,0%	-4,8%	-7,4%
Taxa de Transformação 3 (Crédito/(Depósitos+Recursos OIF+Passivo Subordinado))	51,0%	52,1%	-1,1%	-2,1%
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROAE)	2,0%	4,9%	-2,9%	-58,7%
Rendibilidade do activo médio (ROAA)	0,2%	0,3%	-0,1%	-24,9%
Gestão de Fundos				
Depósito Total / Activo	60,2%	58,1%	2,1%	3,5%
Total Crédito / Total Depósitos (Inclui Crédito por assinatura)	69,8%	76,4%	-6,6%	-8,6%

Concentração Depósitos = 20 > Depositantes / Total de Depósitos	52,3%	57,1%	-4,9%	-8,6%
Relevância dos Recursos de Clientes (Depósitos/Passivo Financeiro)	75,3%	71,3%	4,0%	5,7%
Qualidade dos Activos				
Crédito Vencido (+30 dias)/ Crédito Total	7,3%	7,0%	0,3%	4,3%
Crédito Vencido (+30 dias) / Crédito Total (sem creditos titulados)	4,4%	3,8%	0,6%	15,2%
Crédito em Incumprimento (+90 dias) / Crédito Total	7,1%	5,9%	1,2%	20,5%
Crédito Vencido (+30 dias) / Activo Total	3,1%	3,1%	0,0%	-0,2%
Crédito em risco/Crédito Total	9,6%	6,0%	3,6%	60,1%
Imparidade / Total Crédito	4,7%	4,9%	-0,2%	-4,9%
Imparidade / Crédito e juros Vencido (+30 dias)	63,4%	69,5%	-6,1%	-8,8%
Imparidade / Crédito em Incumprimento (+90 dias)	65,8%	83,5%	-17,6%	-21,1%
Total Crédito / Total Activo	40,5%	42,2%	-1,7%	-4,1%
Concentração Devedores = 20 > Devedores / Total de Crédito	43,7%	56,1%	-12,4%	-22,1%
Adequação do capital				
Imobilizações / Fundos próprios regulamentares	81,5%	42,4%	39,0%	91,9%
Solvabilidade Bruta (Cap. Próprios/Activo)	10,2%	11,6%	-1,4%	-11,9%
Endividamento (Passivo/Cap. Proprios)	763,5%	763,4%	0,1%	0,0%
Total Passivo / Fundos próprios regulamentares	836,6%	694,9%	141,7%	20,4%
Fundos próprios de base / Total Activo	7,5%	8,6%	-1,0%	-12,2%
(Crédito Incumprimento - Provisões) / Fundos próprios regulamentares	54,7%	41,6%	13,1%	31,4%
Financiamento do Activo financeiro (Passivo Financeiro/Activo Total)	79,9%	81,6%	-1,6%	-2,0%
Prudenciais				
Fundos Próprios de Base (Tier1)	2 129 131	2 136 046	(6 914)	-0,3%
Fundos Próprios Complementares (Tier2)	1 161 590	1 413 403	(251 813)	-17,8%
Fundos Próprios Regulamentares	2 625 401	3 160 670	(535 269)	-16,9%
Rácio Global Solvabilidade (Limite 12%)	18,0%	23,4%	-5,4%	-23,1%
Rácio Mínimo de adequação FP de Base (Limite 10%)	14,6%	15,8%	-1,2%	-7,7%
Cobertura Imobilizado (Limite 100%)	230,4%	278,7%	-48,4%	-17,3%
Limite Concentração Risco Crédito-Empresa Grupo (Limite 20% FP)	531 705	632 134	(100 429)	-15,9%
Limite Concentração Risco Crédito-Empresa Individual (Limite 25%FP)	664 631	790 167	(125 537)	-15,9%
Limite Concentração Risco Crédito-Grande Risco (Limite 10%*FP)	265 852	316 067	(50 215)	-15,9%
Rácio Titulos Dívida Pública/Depósitos Clientes (Limite 5%)	38,1%	44,2%	-6,2%	-13,9%
Cobertura das Responsabilidades (Limite 20%)	57,5%	44,4%	13,1%	29,5%
Liquidez e Gestão de Fundos				
Liquidez Geral (Limite 20%)	55,8%	53,9%	1,9%	3,5%
Liquidez Reduzida	27,0%	20,9%	6,1%	29,3%
Liquidez Imediata	25,3%	19,0%	6,3%	33,4%

B. Análise Gráfica dos Principais Indicadores

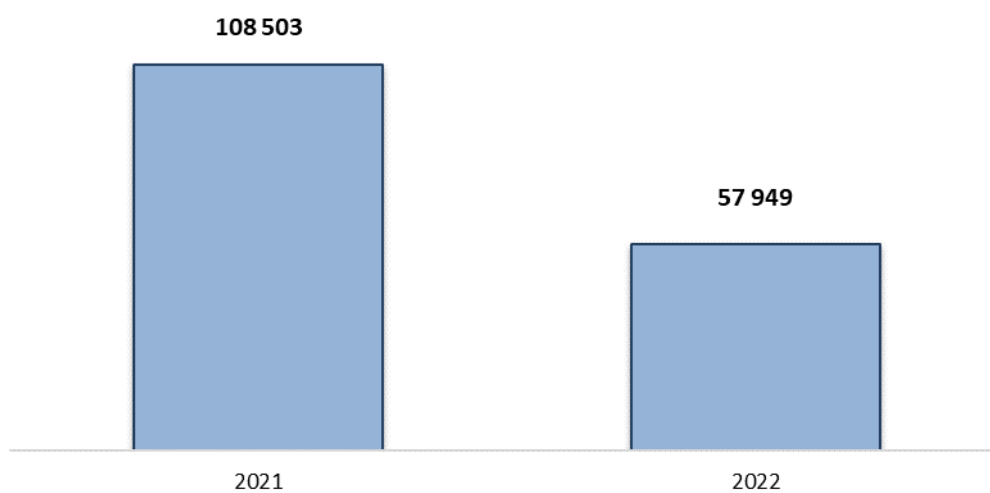
Ativo Líquido



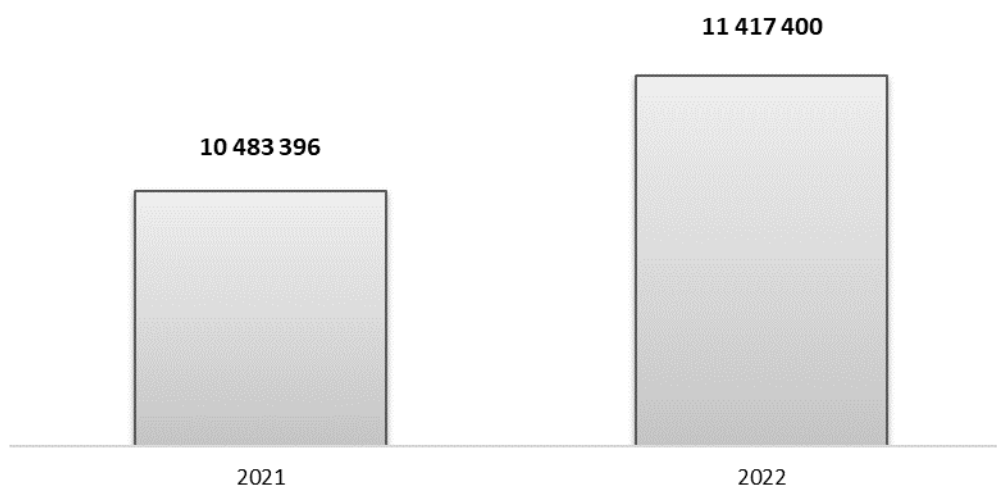
Capitais Próprios



Resultado Líquido do Exercício



Crédito a clientes Líquido



2. Mensagem Conjunta do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva

Estimados Acionistas e Parceiros,

2022 revelou-se um ano misto de incertezas em que se acentuou o controlo sanitário bem-sucedido do surto pandémico vivido desde 2019 e se concretizou o esperado término dos benefícios contributivos dos *lay-offs* e das moratórias de crédito a empresas, pequenos negócios e particulares. Contudo, o contexto internacional foi perturbado pela invasão da Ucrânia pela Rússia, situação que veio alterar os fundamentos macroeconómicos e financeiros das economias dos países à escala global, nomeadamente as da Zona Euro. Com efeito, a atividade económica global desacelerou, contrariando as esperanças de recuperação no pós-covid, introduzindo apertos nas condições financeiras e aumento no custo de vida, em consequência de níveis inflacionistas mais altos do que o observado em várias décadas. A desaceleração económica acentuou-se com cenários de recessão económica, com cerca de 1/3 da economia mundial enfrentando dois trimestres consecutivos de crescimento negativo, tendo-se verificado contrações no PIB dos EUA, da China e da Zona do Euro.

A economia cabo-verdiana, fortemente dependente de desenvolvimentos externos e tendo o setor do turismo como pilar de crescimento do PIB e da balança de serviços, manteve uma performance positiva até ao último trimestre de 2022, apesar do enquadramento externo menos favorável, com o PIB em volume a crescer 17,2% em termos homólogos, impulsionado pelos efeitos positivos do processo de recuperação da crise pandémica iniciada em 2021 com a reabertura da economia, bem como pela forte recuperação do setor mais afetado, o de Serviços, particularmente o Turismo. Contudo, dado o aumento dos preços das matérias-primas energéticas e não energéticas (sobretudo, alimentares) no mercado internacional, em resultado de restrições na oferta e, por outro, de pressões na procura (sobretudo, dos bens e serviços) decorrentes da reabertura da economia, as pressões inflacionistas aumentaram no país. Consequentemente, em novembro de 2022 a taxa de variação média dos últimos meses do IPC fixou-se nos 7,8% (+0,3 p.p. em relação ao mês anterior) enquanto a inflação homóloga atingiu os 8% (-0,2 p.p. face ao mês anterior).

O Banco BAICV concentrou a sua atuação na mitigação dos efeitos económicos, sociais e sanitários da crise, agravados pelos efeitos colaterais do conflito no leste europeu, apertando o controlo dos riscos inerentes e recentrando o modelo de negócios para mitigar os efeitos mais adversos da espiral inflacionária nos preços, custo de vida e custos de produção e distribuição do sector económico nacional. Efetivamente, depois de concluído em mais de 85% o Plano Estratégico e de Negócios (PEN 17-21), iniciou-se o novo ciclo do Plano Estratégico e de Negócios para o horizonte 2022-2027 (PEN 22-27) com foco nos pilares da Sustentabilidade do Modelo de Negócio, da Robustez Financeira, da Transformação Digital, do Reforço da Gestão de Risco e do Controlo Interno, do Desenvolvimento do Capital Humano e Reforço da Segurança de Informação, tendo como

propósito reforçar a missão do BAI Cabo Verde de ser um banco de referência em Cabo Verde, percebido como o melhor parceiro de negócios, pelas oportunidades de desenvolvimento profissional e valorização do retorno gerado.

A dinâmica comercial ficou expressa nas campanhas de refrescamento e lançamento de novos produtos, sendo de destacar a de depósitos e de crédito habitação, assim como a dinamização de campanhas de produtos inovadores tais como os créditos energia verde e Mobilidade Elétrica e a Linha de Crédito para armadores de pesca, entre outros, alinhadas com os planos de transição energética de Cabo Verde e as oportunidades de novas linhas de negócio, que marca o forte posicionamento do Banco na sua matriz de sustentabilidade, dentro do Pilar estratégico de Sustentabilidade do Modelo de Negócios. Esse compromisso ficou, igualmente, pautado pela participação do Banco na 3ª edição da Feira Internacional de Energias Renováveis e Eficiência Energética (FIEREE), nos dias 24 a 26 de março na cidade da Praia, e também no Cabo Verde *Investment Forum*, realizado nos dias 16 e 17 de junho na ilha do Sal.

A estratégia de crescimento prosseguida pelo Banco resultou no aumento da Carteira de Créditos em cerca de 9%. De igual modo, a Carteira de Depósitos cresceu em mais de 17%, com contributo tanto dos depósitos a ordem como dos depósitos a prazo. O crescimento da Rede de Clientes foi da ordem de 14%, estando cerca de 30% bancarizados no *homebanking* BAIDirecto.

O crescimento do Produto Bancário Líquido foi positivo em mais 29,5 milhões CVE (+3,7%), que comporta uma evolução positiva da margem financeira em mais 28,8 milhões CVE (+3,7%) e um aumento de mais 654 milhares CVE (+0,6%) na margem complementar. Em consequência, o Resultado Líquido atingido foi de 57,9 milhões de escudos que ficou aquém ao do ano de 2021 (108,5 milhões de escudos), refletindo os reforços de imparidades em outros ativos, essencialmente pelo ajustamento nos ativos não correntes detidos para venda e propriedades de investimento, acrescidos de encargos associados a aplicações informáticas destinados a posicionar o banco a nível digital, derivado dos investimentos efetuados a nível do core bancário (*upgrade* de máquinas), *internet banking* (melhorias no sistema), mas também de sistemas de pagamento (Visa e MasterCard), resultado do aumento da carteira de clientes.

Ainda no âmbito do Plano Estratégico salienta-se que o Banco procedeu com a criação de repositório informático de gestão e acompanhamento das Deficiências de Controlo Interno, elaboração de relatórios periódicos de risco cibernético, elaboração e divulgação da newsletter de gestão do risco, assim como sessões de formação sobre Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo para Alta Direção e para Colaboradores da rede e serviços centrais.

Toda a atuação do Banco tem como ponto de partida e de chegada o importante Pilar estratégico do Capital Humano para ser reconhecido, interna e externamente, como a melhor instituição para trabalhar. Neste sentido fazem parte do objetivo institucional importantes linhas de ação como o reforço da cultura organizacional,

implementação de programas de formação técnica e comportamental, bem como reforços da política de recompensa pelo mérito dos colaboradores, entre outros. Este ano foi efetuado pela primeira vez o pagamento de prémios de desempenho aos titulares das funções de controlo e colaboradores e, também, foi pago o subsídio anual de custo de vida para fazer face à subida de preços e custo de vida.

A saúde futura da economia global depende da calibração bem-sucedida da política monetária que está a ser implementada pelos reguladores das principais praças financeiras, o curso da guerra na Ucrânia e a probabilidade de persistirem e ocorrerem mais problemas do lado da oferta, relacionados à pandemia e interrupções e estrangulamentos de preços e volumes, pelo que o ano de 2023 será uma vez mais caracterizado por inúmeras incertezas nos países da Zona Euro e nos EUA, em relação aos quais a economia cabo-verdiana tem fortes relações de interdependência.

Ciente dos desafios que caracterizam o contexto macroeconómico e das incertezas quanto a evoluções futuras, mas convicto dos caminhos e estratégia que pretende seguir para garantir um futuro de confiança aos cabo-verdianos, o Conselho de Administração do Banco BAICV realça e agradece a relação de parceria e fidelidade estabelecida com os seus Clientes, o empenho, dedicação e desempenho dos seus Colaboradores, a colaboração e acompanhamento dos Acionistas, do Conselho Fiscal e do Auditor Externo, os Correspondentes e Contrapartes pelos serviços prestados, bem como a Entidade Supervisora pelos elevados padrões de supervisão.

Cidade da Praia, 13 de fevereiro de 2023



Luís Filipe Rodrigues Lélis
Presidente do Conselho de Administração



Carlos Augusto Bessa Victor Chaves
Presidente da Comissão Executiva

3. Principais Referências

A. Acionistas

Acionistas	2022			2021		
	Parte no Capital	Participação	Nº de Ações	Parte no Capital	Participação	Nº de Ações
BANCO ANGOLANO DE INVESTIMENTOS SA	81,63%	1 707 987	1 708	88,96%	1 861 327	1 861
SONANGOL CABO VERDE SA	9,20%	192 505	193	9,20%	192 505	193
SILVINO MANUEL DA LUZ	7,33%	153 340	153	-	-	-
SOGEI - SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS SA	0,89%	18 553	19	1,84%	38 553	39
ACÇÕES PRÓPRIAS	0,96%	20 000	20	-	-	-
TOTAL	100,0%	2 092 385	2 092	100,0%	2 092 385	2 092

Nota:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o Banco adquiriu em processo de recuperação de dívidas de terceiros, 20.000 ações próprias ao preço de 1.000 escudos cabo-verdianos, que corresponde ao seu valor nominal. Em 31 de dezembro de 2022 o montante de ações próprias corresponde a 0,96% do capital social (Nota 22).

B. Órgãos Sociais

Mesa Assembleia Geral

Silvino Manuel da Luz
Presidente (até outubro)
Adilson dos Reis Mendonça
Secretário

Conselho de Administração

Luís Filipe Rodrigues Lélis
Presidente do Conselho de Administração
Manuel Frederico
Administrador Não Executivo (independente)
Maria Encarnação Rocha
Administradora Não Executiva (independente)
Jorge Manuel da Silva e Almeida
Administrador Não Executivo (a partir de abril)
Carlos Augusto Bessa Victor Chaves
Administrador Executivo
Carla Monteiro do Rosário
Administradora Executiva
David Luís Dupret Hopffer Almada
Administrador Executivo

Comissão de Supervisão

Controlo Interno (CSCI)

Manuel Frederico - Presidente

Luís Filipe Rodrigues Lélis - Efetivo

Líver António Lima Canuto - Efetivo (a partir de março)

Gestão de Risco (CSGR)

Maria Encarnação Rocha - Presidente

Jorge Manuel da Silva e Almeida – Efetivo (a partir de abril)

José Carlos Ramos Cunha – Efetivo (a partir de março)

Comissão Executiva

Carlos Augusto Bessa Victor Chaves

Presidente

Responsável pelo (i) Gabinete de Planeamento e Controlo, (ii) Gabinete Jurídico e Contencioso, (iii) Gabinete de Auditoria e Inspeção; (iv) Núcleo de Compliance;

Carla Monteiro do Rosário

Administradora Executiva

Responsável pelo (i) Gabinete de Marketing e Comunicação, (ii) Direção Administrativa (iii) Direção Comercial; (iv) Gabinete de Análise de Crédito e (v) Núcleo de Segurança de Informação.

David Luís Dupret Hopffer Almada

Administrador Executivo

Responsável pela (i) Direção Financeira e Contabilidade, (ii) Direção de Operações, (iii) Direção de Organização e Sistemas de informação e (iv) Gabinete de Gestão de Risco e (v) Unidade de Gestão de Imóveis.

Conselho Fiscal

António Querido dos Reis Borges

Presidente do Conselho Fiscal (independente)

Margarida Maria Varela de Carvalho

Vogal Efetivo (até maio)

Albertino Xisto Almeida

Vogal Efetivo (independente) (até fevereiro)

Líver António Lima Canuto

Vogal Efetivo (independente) (a partir de março)

José Carlos Ramos Cunha

Vogal Efetivo (independente) (a partir de março)

Eunice Furtado Pina

Vogal Suplente (independente) (a partir de julho)

José Jorge Borges de Oliveira

Vogal Suplente (a partir de março)

Emanuel Neves Duarte

Vogal Suplente (até janeiro)

Auditor externo

EY – Ernst & Young, Audit & Associados – SROC, representado por Sílvia Silva

C. Estrutura de Gestão

Direcções/Gabinetes/Núcleos		
Direção Financeira e Contabilidade - DFC	Hercules Cruz	Diretor
Direção de Organização e Sistemas de Informação - DOS	António Fragoso Éder Pina	Diretor Diretor Coordenador
Direção de Operações - DOP	Areolino Carvalho	Diretor
Direção Comercial - DCM	Amilton Fernandes Angela Cardoso	Diretor Coordenador (até out) Coordenadora Interina (a partir de Out)
Direção Administrativa - DAD	Ricardo Maximiano	Diretor
Gabinete de Auditoria e Inspeção - GAI	Mónica Gomes	Diretora
Gabinete de Marketing e Comunicação - GMC	Deina Barros	Diretora
Gabinete Planeamento e Controlo - GPC	Olga Barbosa	Diretora Coordenadora
Gabinete Jurídico e Contencioso - GJC	Adilson Mendonça	Coordenador
Gabinete de Gestão de Risco - GGR	Éder Monteiro	Diretor
Gabinete de Análise de Crédito - GAC	Oldair Barros	Diretor
Núcleo de Segurança de Informação - NSI	Carlos Tavares	Coordenador
Núcleo de Compliance - NCO	Amarita Mendonça	Coordenadora
Gabinete de Apoio ao Conselho e à Comissão - GCC	Suzete Lopes	Chefe
Unidade de Gestão de Imóveis - UGI	José Oliveira	Coordenador (a partir jul)

Rede Comercial		
Agência da Praia (Sede)	Rei Igo Baptista	Gerente
Agência do Plateau – Ilha de Santiago – Cidade da Praia	Moisés Martins	Gerente
Agência da Achada Santo António – Ilha de Santiago – Cidade da Praia	Rogério Tavares	Gerente
Agência do Espargos – Ilha do Sal	Eneida Teixeira	Gerente
Agência de Santa Maria – Ilha do Sal	Ricardo Figueiredo	Gerente
Agência do Mindelo – Ilha de S. Vicente	Isanete Luz	Gerente
Agência de Assomada – Ilha de Santiago	Kateline Monteiro	Gerente (até maio)
	Mikhail Marçal	Gerente (a partir de maio)
Agência de Sal Rei - Ilha da Boa Vista	Marlin Silva	Gerente
Agência de São Filipe - Ilha do Fogo	Adylson Araújo	Gerente
Agência Monte Sossego – Ilha de São Vicente	Isanete Luz	Gerente

D. Marcos da Atividade

GRANDES MARCOS INTERNOS	GRANDES MARCOS EXTERNOS
✓ 23-mai-2022	✓ 24/mar/2022 a 26/mar/2022
Lançamento da Campanha Depósitos BAICV	Patrocínio/participação na 3ª Edição da Feira Internacional de Energias Renováveis e Eficiência Energética (FIEREE)
✓ 8-set-2022	✓ 25-mar-2022

Lançamento da Campanha Crédito Habitação BAICV	Protocolo Tripartido entre BAICV, a Associação dos Armadores de Pesca de Cabo Verde (APESC) e a Cooperativa Nacional dos Armadores de Pesca (CNAP)
✓ 6-out-2022	✓ 28/mar/2022 e 29/mar/2022
Lançamento da Campanha Crédito BAI Mobilidade Elétrica;	Participação na 1ª Conferência de Comércio e Investimento entre Cabo Verde e Flórida
✓ 03-nov-2022 a 26-nov-2022	✓ 9-mai-2022
Programa comemoração 14º aniversário BAICV	Protocolo de Parceria com a Academia Cabo-verdiana de Letras (ACL) - Edição de obras e produção e realização de prémio literário
✓ 11/11/2022 e 12/11/2022	✓ 11-jul-2022
Participação no Seminário sobre Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo	Patrocínio à Câmara de Turismo de Cabo Verde - “Pedra de Lume in Concert”
✓ 28-nov-2022	✓ 14/jul/2022 a 16/jul/2022
Lançamento do Passatempo 14 anos BAICV	Participação na Feira Automóvel do Grupo Caetano Auto
	✓ 25-jul-2022
	Doação às Aldeias Infantis SOS Cabo Verde - Renovação do apadrinhamento da Casa Familiar nº 10 Fogo
	✓ 10-ago-2022
	Patrocínio à Federação Cabo-verdiana de Basquetebol - Participação nos jogos da 2ª fase de apuramento para campeonato do Mundo de 2023
	✓ 21/out/2022 a 23/out/2022
	Patrocínio/participação na 8ª Edição da Expotur (Feira de Turismo e Artesanato)

4. Enquadramento Macroeconómico e Financeiro

A. Contexto Internacional

A análise ao contexto macroeconómico de 2022 fica ligada à inflação mundial, que atingiu máximos históricos de há várias décadas. É certo que as pressões inflacionistas já se vinham acumulando desde 2021, devido aos efeitos derivados de desequilíbrios tanto pelo lado da procura como da oferta, caracterizados pelas disrupções nas cadeias de abastecimento e escassez de inputs de produção que geraram atrasos na produção e

consequente rutura de stocks, no primeiro caso e aumento da procura para consumo no momento de levantamento das medidas para contenção da COVID-19, com as famílias a beneficiaram de poupanças acumuladas durante a pandemia e de um ambiente monetário acomodatório, por outro. A eclosão do conflito militar na Ucrânia em fevereiro de 2022 ampliou essas pressões com forte especulação sobre o preço do petróleo e das *commodities* e com os efeitos boomerang das sanções impostas pelos países ocidentais à Rússia intensificando as tensões geopolíticas.

Estatísticas oficiais preliminares apontam que as economias da Área do Euro, dos EUA e do Reino Unido cresceram, no terceiro trimestre, a um ritmo inferior ao trimestre anterior em, respetivamente, 2,1%, 1,8% e 2,4% em termos homólogos, o que compara com 4,3%, 1,8% e 4,4% registado no segundo trimestre. O impacto negativo da alta inflação nos rendimentos reais, o aperto das condições de financiamento, bem como, a incerteza e baixa confiança dos agentes económicos, explicam este crescimento mais moderado das economias dos principais parceiros económicos do país. Do lado da oferta, a procura mais contida, os altos custos de produção e alguma escassez de mão-de-obra refletiu-se no menor desempenho dos serviços e da indústria manufatureira. E, do lado da procura, as evoluções menos favoráveis do consumo privado e do investimento determinaram o abrandamento da atividade económica nos principais parceiros. Por conseguinte, as estimativas do Eurosistema apontam para uma redução do PIB mundial de 6,3% em 2021 para 3,3% em 2022, cenário semelhante para a geração de riqueza na Área do euro com redução no crescimento de 5,3% em 2021 para 3,4% em 2022.

A variação homóloga do índice harmonizado de preços do consumidor (IHPC) na Zona Euro renovou máximos históricos ao longo do ano e situou-se nos 10,2% em novembro face aos 8,6% verificado em junho. Ao mesmo tempo, o mercado laboral no bloco manteve-se robusto, com a taxa de desemprego a situar-se nos 6,5% em outubro, representando mínimos de 2008. Nos EUA, a inflação, que chegou a atingir o maior valor dos últimos 40 anos, fixou-se em 7,1% no mês de novembro, não obstante mais baixo dos 9,1% em junho, favorecido por uma queda no preço da gasolina enquanto a taxa de desemprego situava-se em 3,7%.

A crise energética global, associada à guerra na Ucrânia e as consequentes sanções impostas à Rússia, explicam a evolução dos preços do petróleo, que aumentou dos USD 71,1 em 2021 por Barril para os USD 104,6 em 2022, tendo influenciado de igual modo o preço dos *commodities*, tendo o índice da *food price index* da FAO aumentado 5,5% em termos homólogos em setembro.

B. Contexto Nacional

Crescimento: A nível interno os indicadores disponíveis apontam para uma evolução menos favorável da economia nacional no terceiro trimestre, com abrandamento da procura interna face ao segundo trimestre relacionado essencialmente com a evolução menos favorável do consumo, pelo forte abrandamento das importações de bens de consumo não duradouros e a redução das importações de bens de consumo

duradouros. O investimento, por seu turno, registou uma melhoria, tendo em conta o aumento das importações de materiais de construção, de bens de equipamentos e de materiais de transporte. Os indicadores apontam, igualmente, para o crescimento das exportações a um ritmo superior ao das importações, sugerindo uma melhoria da procura externa líquida no terceiro trimestre, em linha com a contínua retoma turística no país. Não obstante, a evolução estas últimas duas componentes do rendimento foram insuficientes para compensar o nível desfavorável do consumo.

Contudo, em termos homólogos e de acordo com o Instituto Nacional de Estatísticas (INE), o PIB em volume cresceu 17,7% no segundo trimestre do ano, depois de ter expandido 16,8 % no primeiro trimestre. Do lado da oferta, os aumentos registados no valor acrescentado bruto, principalmente, dos ramos de alojamento e restauração (em 901,5%), comércio (em 41,6%) e transportes (em 18,7%), bem como, nos impostos líquidos de subsídios (em 48,3%), explicam o desempenho da economia nacional entre abril e junho. Do lado da procura, o crescimento do produto refletiu o aumento das exportações e do consumo privado, em 118% e 39,5%, em termos homólogos, respetivamente, apesar de um crescimento das importações em 28,7 %.

Preços: As pressões inflacionistas aumentaram em dezembro, com as taxas de inflação homóloga e média anual a prosseguirem com as suas trajetórias ascendentes, fixando-se em, respetivamente, 7,6% e 7,9%, de acordo com INE. Em junho, estas taxas fixavam-se em 8,2% e 5,5%, respetivamente.

Para essa variação destacaram-se as classes da alimentação e bebidas não alcoólicas, com uma variação homóloga de 15,8%, das Bebidas alcoólicas e tabaco, com uma variação homóloga de 14,3% dos Transportes, com uma variação homóloga de 8,8% e do Lazer, recreação e cultura, com uma taxa de variação homóloga de 7,7%. O perfil crescente dos preços no consumidor, traduz o aumento dos preços das matérias-primas energéticas e dos alimentos no mercado internacional, bem como, o impacto das pressões decorrentes da procura e das restrições na oferta.

Oferta Monetária – Componente Crédito à Economia: A massa monetária, expressa pelo agregado M2, expandiu 3,4% em setembro de 2022 face a dezembro de 2021 (o que compara com uma contração de 1,7% no período homólogo), determinado pelo aumento do crédito interno líquido (em 5,2%) e dos ativos externos líquidos do Banco de Cabo Verde, em particular das reservas internacionais líquidas que cresceram 0,1% face a dezembro de 2021 (15% face a setembro de 2021). A evolução do crédito interno líquido foi impulsionada pelo aumento do crédito à economia e do crédito líquido ao setor público administrativo. O crédito à economia cresceu 4,3% face a dezembro de 2021, apresentando, contudo, um abrandamento face ao crescimento de 5,2% registado em período homólogo do ano anterior. O processo de *phasing-out* gradual do serviço da dívida dos contratos de crédito sob o regime das moratórias em curso e que se iniciou em julho do ano anterior, bem como, a não concessão de créditos no âmbito das linhas de crédito Covid-19 garantidas pelo Estado desde o primeiro trimestre deste ano, explicam a evolução do crédito à economia. Apesar do aumento dos depósitos do setor

público administrativo em 27,8%, o crédito líquido ao setor público administrativo cresceu 8,9% face a dezembro de 2021 resultado, essencialmente, da evolução do crédito ao governo central, com um crescimento de 19,5% face a dezembro de 2021 (23,9% em termos homólogos), explicado pelo crescimento em mais 16.512 milhões de escudos no stock de emissão de bilhetes e obrigações do tesouro, dos quais, 76,5% foram subscritos pela banca nacional e 23,5% por outras entidades.

Oferta Monetária – Componente Passivos Monetários: O aumento da liquidez na economia traduziu a evolução dos passivos monetários e quase monetários. Os passivos monetários cresceram 5,4% face a dezembro de 2021, traduzindo essencialmente, o aumento dos depósitos a ordem em moeda nacional (em 6,5%), porquanto a moeda em circulação reduziu 3%. Por seu turno, os passivos quase monetários registaram um crescimento de 1,8% face a dezembro de 2021, determinado pelo aumento dos depósitos de emigrantes e dos depósitos em divisas de residentes em, respetivamente, 2,1% e 30,3%. Refira-se, no entanto, uma queda dos depósitos a prazo em moeda nacional em 4,1% e um abrandamento no ritmo de crescimento dos depósitos de poupança, que registaram um aumento de 7,4%, o que compara com 9,2% em período homólogo. O uso das poupanças acumuladas pelos agentes durante a pandemia, para fazer face a conjuntura atual de quebra no poder de compra causada pela elevada inflação, poderá justificar em parte a evolução destes depósitos.

Contas Públicas: As contas públicas registaram uma melhoria com o défice a reduzir para os 5.993 milhões de escudos em agosto de 2022, correspondendo a 2,8% do PIB (o que compara com um défice de 9.648 milhões de escudos no trimestre homólogo, o equivalente a 4,9% do PIB). Esta melhoria deveu-se, essencialmente, ao aumento das receitas fiscais e das outras receitas, refletindo a contínua recuperação da atividade económica nacional, o agravamento de impostos sobre alguns produtos e a retoma dos serviços públicos após o levantamento das restrições associadas à pandemia da Covid-19. As receitas fiscais aumentaram 33,3% em termos homólogos, devido ao aumento na generalidade dos impostos, principalmente na arrecadação dos impostos sobre o valor acrescentado, sobre o rendimento de pessoas singulares e coletivas, sobre as transações internacionais e sobre o consumo especial, respetivamente, em 38,3%, 8,4%, 32,9% e 72,8%. Do lado das despesas correntes verificou-se um crescimento de 8,9%, em resultado do acréscimo nos gastos, sobretudo com pessoal, em 4,2%, com a aquisição de bens e serviços, em 15,2%, na sequência da prestação de serviços no âmbito da execução de vários projetos e gastos com deslocações e estadas, bem como com os juros da dívida externa, em 113,8%, devido a conclusão do período das moratórias do serviço da dívida concedido por credores bilaterais e por um comercial.

A necessidade de financiamento do Estado determinou um endividamento interno líquido no montante de 6.858 milhões de escudos, tendo o Estado recorrido aos bancos e outros credores nacionais em, respetivamente, 6.055 e 3.722 milhões de escudos. O endividamento externo líquido foi negativo, com as amortizações (de 4.854 milhões de escudos) a superarem os desembolsos (de 3.448 milhões de escudos). Com efeito, o stock da dívida do Estado excluindo os Títulos de Rendimento de Mobilização de Capital (TRMC), a 31 de agosto de 2022,

aumentou para 298 mil milhões de escudos, representando cerca de 144,7% do PIB projetado pelo Banco de Cabo Verde para 2022.

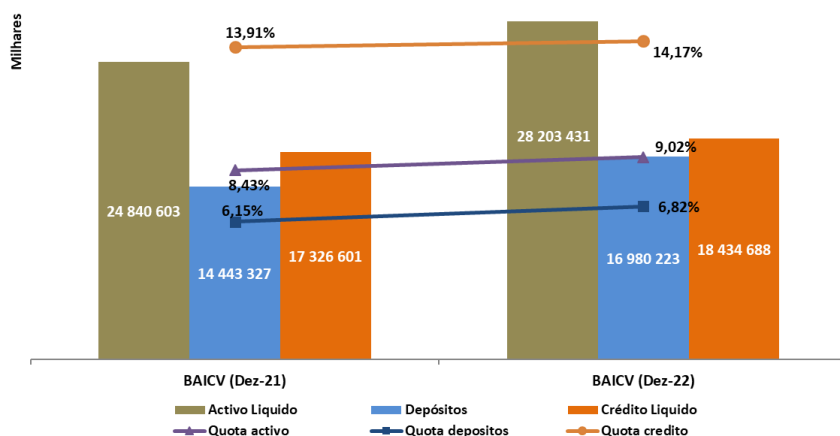
5. BAI Cabo Verde no Sistema Financeiro

Em 2022, apesar dos reflexos contínuos da Covid-19 na atividade económica e financeira e ainda marcada por incertezas, o Banco BAI Cabo Verde (BAICV) apoiou a economia cabo-verdiana, disponibilizando soluções de financiamento a empresas e particulares, incluindo os derivados de programas e acordos tripartidos promovidos pelo Governo, mormente linhas de crédito e moratórias.

O Banco assegurou a sua presença nos principais mercados comerciais e financeiros do país assente na estratégia de crescimento nos segmentos empresas, mas também no de particulares. Em termos de oferta, disponibilizou um vasto leque de produtos e serviços financeiros desde contas à ordem e a prazo, créditos diversificados a empresas, a particulares e ao sector público, produtos de poupança e de investimento, *private banking*, gestão de ativos e banca de investimento, através do Canal *Prestige*, passando ainda pelos meios de pagamento. O reforço na inovação tecnológica com transição dos cartões de débito e pré-pagos para cartões com tecnologia *chip/contactless*, o investimento no desenvolvimento e melhoria contínuo novo canal de Internet *Banking* - BAIDIRETO, com funcionalidades adicionais e interfaces *user-friendly* trouxe benefícios na relação do Banco com os seus clientes, tendo verificado aumento considerável no nível de bancarização no *homebanking* BAIDirecto atingindo cerca de 30%.

No cômputo geral dos 7 bancos comerciais que operam no mercado em Cabo Verde, o BAICV apresentou em 2022 crescimentos em termos de quota nos ativos, de 8,43% para 9,02% e nos depósitos, 6,15% para 6,82%, e na quota parte nos créditos, ou seja de 13,91% para 14,17% (considerando os Títulos de dívida pública).

Gráfico 1 - BAICV no Sistema Financeiro



6. Síntese da Atividade Bancária

Em 2022, a atividade bancária em Cabo Verde continuou sendo condicionada pelo contexto económico e social que o mundo atravessa, que impactaram os sectores económicos importantes como o turismo, os transportes e serviços conexos, a restauração e o comércio, introduzindo riscos tanto pela redução do nível de atividades das empresas como pelos desequilíbrios no mercado de trabalho e desemprego. Com efeito, a atividade do Banco pautou-se por uma adequada análise do apetite ao risco, mensurando os níveis de retorno e segurança dos colaterais face a probabilidade de perdas, traduzidos em taxas de transformação e rácios de cobertura confortáveis. O Banco registou crescimento no seu volume de negócios, mais expressivos nos recursos do que nos créditos. De referir que ao longo do ano e até setembro, começou-se a registar retomas no plano de amortizações dos créditos em moratória, cujas prestações encontravam-se suspensas e os juros capitalizados, contribuindo para a redução do capital em dívida dos créditos em moratória.

Carteira de Crédito

Os montantes totais da carteira de crédito, incluindo o capital em dívida, juros, rendimentos diferidos e despesas de crédito vencido, ascendiam o valor bruto de 11.974.562 Milhares de escudos, o que representa um aumento de 8,6% face ao ano de 2021.

Com um ganho de quota de 0,2 p.p, o crescimento da carteira de crédito bruta do BAICV foi superior à média do Sistema Financeiro (6,3%) face a 2021.

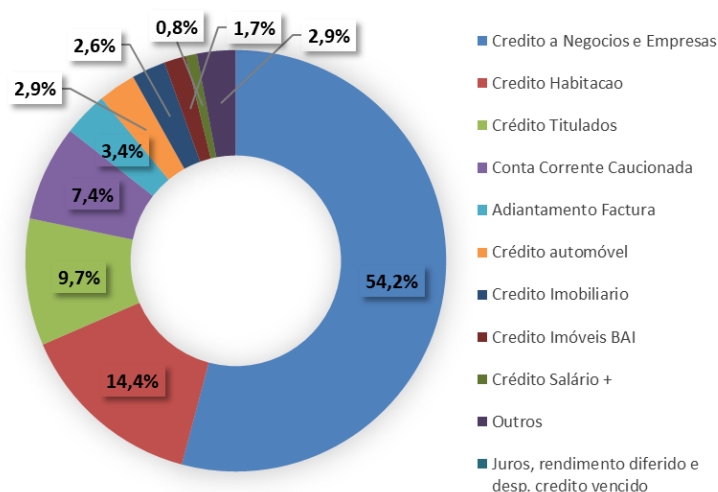
Quadro 1 – Comparação créditos BAICV vs Sistema Financeiro

	Milhões CVE					
	2022	%	2021	%	Var. Abs.	Var.%
BAICV	11 975	8,4%	11 023	8,2%	952	8,6%
Sistema Financeiro*	142 159	100%	133 686	100%	8 473	6,3%

*Estimativa de dez-22

Tendo em conta a carteira de crédito por tipo de produto, constata-se, à semelhança de anos anteriores, uma maior concentração (54,2%) do volume dos créditos registados na categoria “Crédito a Negócios e Empresas”, expressos em 6.485.069 milhares de escudos e na categoria “Créditos Habitação” (14,4%), com o valor de 1.719.147 milhares de escudos, produtos mais representativos do crédito rendas, para além dos “Créditos Titulados” (9,7%), com um montante de 1.167.062 milhares de escudos.

Gráfico 2 - Carteira de Crédito por Produto



Todos os tipos de produtos referidos registaram um aumento face a 2021, à exceção do “Crédito automóvel” (-10,8%), tendo as “Contas Correntes Cauconadas” evoluído 277.540 milhares de escudos (+46%), o “Crédito Habitação” em +227.824 milhares de escudos (+15,3%), os “Créditos Titulados” em +101.457 milhares de escudos (9,5%) pelo efeito conjugado da nova subscrição de obrigações do Município de São Domingos no valor de 160 milhões CVE e redução da exposição dos Correios de Cabo Verde, os créditos “Adiantamento Fatura” com +249.781 milhares de escudos (+156,3%), o “Crédito Imobiliário” com +113.285 milhares de escudos (+57,0%) e o “Crédito Negócios Empresas” em +35.481 milhares de escudos (+0,6%).

A rubrica “Outros” em +121.235 milhares de escudos (+52,3%) face a 2021, respeita essencialmente ao “Crédito Pessoal” no valor de 97.902 milhares de escudos e do “Crédito a Pequenos Negócios” com 63.754 milhares de escudos. Destaque para as tipologias novas em relação a 2021, nomeadamente “Crédito a Particulares Investidores” (36.587 milhares de escudos) e “Crédito BAI Mobilidade Elétrica” (4.979 milhares de escudos). A rubrica inclui igualmente os “Créditos Cartões”, o “Crédito BAI Energia Verde”, o “Crédito Construção” entre outros.

Vale salientar que o crescimento da carteira de crédito considera as amortizações suspensas em virtude das medidas excepcionais e temporárias de proteção dos créditos em moratória das famílias, empresas, instituições particulares de solidariedade social, associações sem fins lucrativos e demais entidades da economia nacional, constante no regime de moratória para mitigar os efeitos negativos da Covid-19, que vigorou desde 01 de abril de 2020 e terminou a 30 de setembro de 2022.

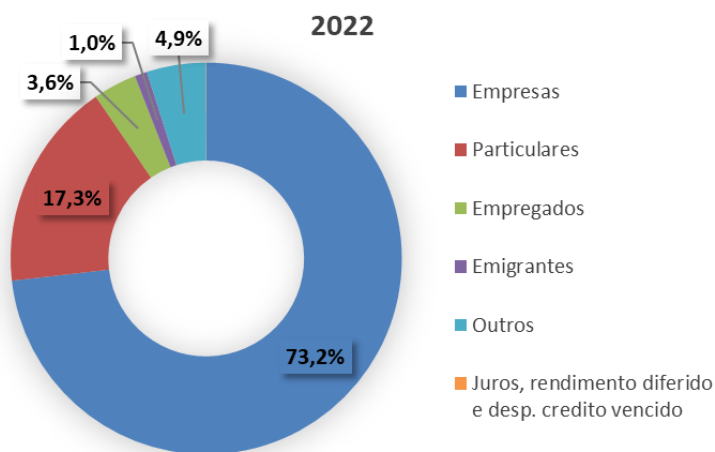
Quadro 2 - Carteira de Crédito por Produto - Evolução

Tipo de Crédito/Segmento	Milhares CVE					
	2022		2021		Variação	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Abs.	%
Credito a Negocios e Empresas	6 485 069	54,2%	6 449 588	58,5%	35 481	0,6%
Credito Habitacao	1 719 147	14,4%	1 491 323	13,5%	227 824	15,3%
Crédito Titulados	1 167 062	9,7%	1 065 604	9,7%	101 457	9,5%
Conta Corrente Cauconada	880 311	7,4%	602 771	5,5%	277 540	46,0%
Adiantamento Factura	409 576	3,4%	159 796	1,4%	249 781	156,3%
Crédito automóvel	346 153	2,9%	388 005	3,5%	-41 852	-10,8%
Credito Imobiliario	312 134	2,6%	198 849	1,8%	113 285	57,0%
Credito Imóveis BAI	202 920	1,7%	181 675	1,6%	21 245	11,7%
Crédito Salário +	101 495	0,8%	95 214	0,9%	6 281	6,6%
Outros	353 083	2,9%	231 848	2,1%	121 235	52,3%
Juros e desp. crédito vencido	67 851	0,6%	226 681	2,1%	-158 830	-70,1%
Receita com rendimento diferido	- 70 238	-0,6%	-68 524	-0,6%	-1 714	2,5%
Total	11 974 562	100%	11 022 830	100%	951 733	8,6%

As **Empresas** continuam sendo o segmento-core do Banco, com um montante total que ascende, em dezembro de 2022, os 8.767.202 milhares de escudos, representando 73,2% da carteira, tendo registado um crescimento de 4,7% face ao ano anterior, mais 397.556 milhares de escudos, que considera essencialmente as evoluções ocorridas nos produtos **“Adiantamento de faturas”** (156,3%) e os **“Créditos Imobiliário”** (57,0%) e **“Conta Corrente Cauconada”** (46%) e **“Outros Créditos”** (52,3%), essencialmente pelo contributo do **“Crédito Pessoal”** e dos **“Descobertos”** registados durante o ano, determinando a boa performance neste segmento.

No segmento dos **Particulares**, com um peso de 17,3%, registou-se uma evolução em 333.925 milhares de escudos, mais 19,2%, atingindo um montante de 2.070.295 milhares de escudos. O impulso na carteira de particulares deve-se essencialmente aos aumentos do **“Crédito Habitação”** em mais 213.248 milhares de escudos (21,2%), do **“Crédito Imobiliário”** em mais 86.994 milhares de escudos (295%) e do **“Crédito Imóveis BAI”** em mais 22.596 milhares de escudos, mais 13,0%, sendo que **“Crédito Automóvel”** e **“Crédito Negócios Empresas”** ficaram aquém dos registos de 2021.

Gráfico 3 - Carteira de Crédito por Segmento de Clientes



Nos segmentos **Empregados** e **Emigrantes**, cujos volumes cifraram-se em 430.775 milhares de escudos e 122.892 milhares de escudos registaram evoluções de 10,5% e -14,9% respetivamente. Em ambos os segmentos o produto “**Crédito habitação**” é o mais representativo (87% no segmento empregados e 98% no segmento emigrantes), sendo que nos Empregados o aumento registado foi de 29.577 milhares de escudos (8,6%) e no segmento Emigrantes ficou aquém em 12.673 milhares de escudos (-9,5%).

O segmento “**Outros**”¹, com montantes de 587.786 milhares de escudos apresentou um acréscimo de 361.340 milhares de escudos (161,0%), essencialmente no “Crédito Negócios Empresas” com mais 175.633 milhares de escudos e nos “Créditos Titulados” com mais 155.735 milhares de escudos em relação ao período homólogo.

Quadro 3 - Carteira de Crédito por Segmento - Evolução

Segmento de Crédito	2022		2021		Milhares CVE	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Varição Abs.	Varição %
Empresas	8 767 202	73,2%	8 369 646	75,9%	397 556	4,7%
Particulares	2 070 295	17,3%	1 736 370	15,8%	333 925	19,2%
Empregados	430 775	3,6%	389 804	3,5%	40 971	10,5%
Emigrantes	122 892	1,0%	144 407	1,3%	-21 515	-14,9%
Outros*	585 786	4,9%	224 446	2,0%	361 340	161,0%
Juros e desp. crédito vencido	67 851	0,6%	226 681	2,1%	-158 830	-70,1%
Receita com rendimento diferido	- 70 238	-0,6%	68 524	-0,6%	-1 714	2,5%
Total	11 974 562	100%	11 022 830	100%	951 733	8,6%

* Inclui o Sector "Governo Local/Municipal", "Sociedade Nacional Pública" e "Org sem Fins Lucrativos"

O Banco manteve o perfil de distribuição dos créditos em termos de prazos residuais, com concentração mais significativa em créditos de Médio e Longo Prazo, 83,9% do total da carteira, face aos créditos de Curto Prazo, representando 16,1% da carteira, não obstante o crescimento da carteira foi determinado pelos Créditos de Curto Prazo, em mais 553.934 milhares de escudos, ou seja mais 40,2%, enquanto que os créditos de Médio e Longo Prazo registaram uma evolução de 558.343 milhares de escudos, ou seja mais 5,9%.

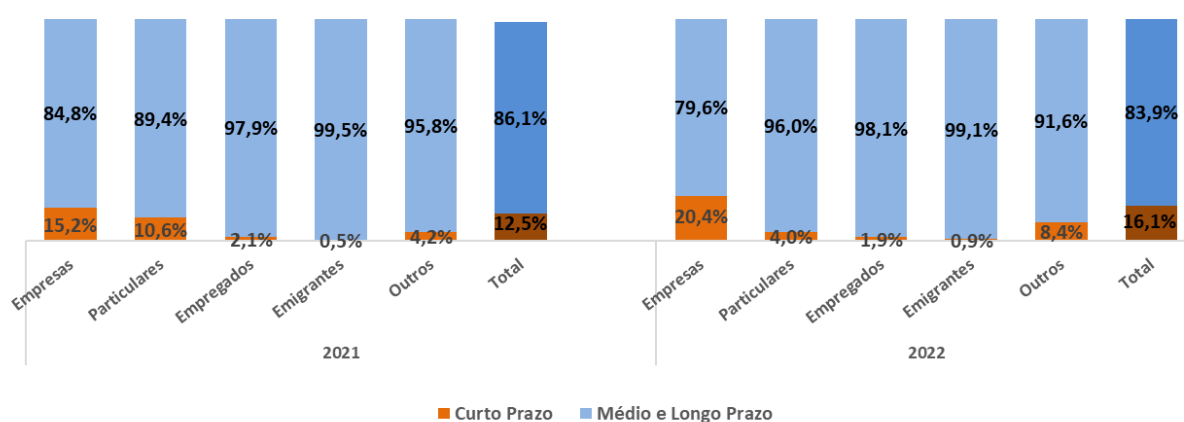
Quadro 4 - Carteira de Crédito por Prazos - Evolução

¹ Inclui o Sector "Governo Local/Municipal", "Sociedade Nacional Pública" e "Org sem Fins Lucrativos"

Crédito por Prazos	2022		2021		Variação	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Abs.	%
Curto Prazo	1 930 607	16,1%	1 376 673	12,5%	553 934	40,2%
Médio e Longo Prazo	10 046 343	83,9%	9 488 000	86,1%	558 343	5,9%
Juros e desp. crédito vencido	67 851	0,6%	226 681	2,1%	-158 830	-70,1%
Receita com rendimento diferido	- 70 238	-0,6%	- 68 524	-0,6%	-1 714	2,5%
Total	11 974 562	100%	11 022 830	100%	951 733	8,6%

Nos prazos residuais dos créditos de Médio e Longo Prazos, a relevância por segmento é acentuada em todos segmentos, sendo que nos Particulares representa 96,0% e nas Empresas 79,6%.

Gráfico 4 – Carteira de créditos por prazos residuais



No que se refere à qualidade da carteira de crédito, no ano de 2022 o banco registou em termos de **Imparidades de crédito** acumuladas um montante de 557.162 milhares de escudos que compara com os 539.434 milhares de escudos registados em 2021, representando 4,7% da carteira total, um aumento de 17.728 milhares de escudos, representando mais 3,3%, não obstante o stock de imparidades constituídas em 2022 estar num nível inferior comparativamente ao de 2021.

Moratórias de crédito e Linhas de financiamento COVID-19

Em virtude dos efeitos negativos da COVID-19 e das medidas estipuladas pelo Governo para apoio aos clientes particulares e empresas, implementando o regime de moratórias de crédito a partir do mês de abril do ano 2020, com sucessivas renovações, a última revisão feita pelo Banco de Cabo Verde (BCV) estendeu a expiração das mesmas para setembro de 2022. Até setembro de 2022, o Banco totalizava 21 operações, correspondente ao montante total de 677.912 milhares CVE.

Quadro 5 – Moratórias concedidas

Segmento	31/12/2021		30/09/2022	
	Nº	Montante	Nº	Montante
Municípios				
Empresas	86	2 321 319	21	677 912
Particulares	54	114 719		
Total	140	2 436 038	21	677 912
<i>Peso na carteira</i>		26%		6%

- O acordo tripartido estabelecido entre o Ministério das Finanças e as Instituições Bancárias e as Instituições do Ecossistema de Financiamento à Economia para a operacionalização das linhas de crédito denominadas “Linhas de Crédito COVID-19” para o reforço da tesouraria das empresas cabo-verdianas, com garantias do Estado e taxas de juro não superior a 3%. Até ao final do ano 2022 foram operacionalizados 41 pedidos de crédito totalizando o montante de 268.673 Milhares de escudos, estando em balanço 147.778 Milhares de escudos, correspondente a 63,3%.

Quadro 6 – Linhas crédito Covid-19 por ilha

Ilha	Milhares CVE			
	Montante Concedido	Peso	Capital em Dívida	Peso
Sal	96 465	35,9%	72 648	49,2%
Santiago	109 000	40,6%	43 291	29,3%
S.Vicente	60 500	22,5%	30 242	20,5%
Boavista	2 708	1,0%	1 596	1,1%
Total Geral	268 673	100%	147 778	100%

Recursos de Clientes

Apesar do contexto económico desfavorável, causado pela pandemia da Covid-19, verificou-se ao longo de 2022 um crescimento de recursos a nível do sistema bancário de 7,4% (+17.482 Milhões de escudos)², beneficiado em parte pelas poupanças acumuladas durante a pandemia e de um ambiente monetário mais acomodaticio.

Em 31 de dezembro de 2022, os Recursos de Clientes, que constituem a principal fonte de financiamento do Banco, ascendiam a 16.980.223 milhares de escudos, refletindo um crescimento de 17,6% (mais 2.536.896 milhares de escudos) face ao ano anterior (14.443.327 milhares de escudos).

O crescimento ocorrido a nível dos depósitos no BAICV (17,6%) foi muito superior ao crescimento da carteira do mercado (7,4%) com reflexo a nível da quota de mercado do Banco que passou de cerca de 6,1% para 6,7%.

Quadro 7- Recursos BAICV vs Sistema Financeiro

² Informações do sistema Financeiro (agregado bancário) referente a set-22 com previsão calculada para dez22.

	Milhões CVE					
	2022	%	2021	%	Var. Abs.	Var.%
BAICV	16 980	6,7%	14 443	6,1%	2 537	17,6%
Sistema Financeiro*	252 462	100%	234 981	100%	17 482	7,4%

*Estimativa de dez-22

Da evolução dos Recursos de Clientes destaca-se (i) o aumento de 1.437.612 milhares de escudos (17,2%) nos Depósitos à Ordem; (ii) o aumento de 889.739 milhares de escudos (15,2%) nos Depósitos a Prazo, este último contrariando a diminuição ocorrida em 2021. No entanto, o peso dos Depósitos a prazo e dos Depósitos à ordem diminuíram, passando dos 40,6% em 2021 para os 39,7% em 2022 e de 57,8% em 2021 para 57,6% em 2022 respetivamente, derivado pela diminuição do nível de atividades e preferência de liquidez de alguns clientes ditado pelas necessidades de tesouraria, como se pode depreender pela simetria da evolução percentual. Com efeito os Depósitos à ordem estabeleceram-se nos 9.778.800 milhares de escudo e os Depósitos a prazo nos 6.748.772 milhares de escudo.

Os Depósitos à ordem, nos segmentos Empresas e Particulares concentram em torno de 71% dos recursos totais do Banco, com os recursos das Empresas a aumentarem 610.378 milhares de escudos (20,4%) e os dos Particulares em mais 797.699 milhares de escudos (31,2%). Os depósitos classificados na categoria “Outros”, que comportam essencialmente os recursos do INPS - Instituto de Previdência Social, representam 25,5% dos Depósitos à ordem, tendo reduzido -1,7%, ou seja -43.690 milhares de escudos.

Nos Depósitos a prazo verificou-se uma evolução positiva de 15,2%, por via dos “Outros” em mais 613.734 milhares de escudos (24,5%), que incorpora os recursos do INPS no valor de mais 550.000 milhares de escudos e Depósitos das Empresas em mais 153.927 milhares de escudos (10,8%) e nos Depósitos Emigrantes em mais 100.795 milhares de escudos (16,4%).

Quadro 8 – Recursos de Clientes - Evolução

Depósitos de Clientes	2022		2021		Variação	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Abs.	%
Depósitos à Ordem	9 778 800	57,6%	8 341 188	57,8%	1 437 612	17,2%
Empresas	3 608 431	36,9%	2 998 054	35,9%	610 378	20,4%
Particulares	3 355 911	34,3%	2 558 213	30,7%	797 699	31,2%
Empregados	37 145	0,4%	22 675	0,3%	14 469	63,8%
Emigrantes	283 602	2,9%	224 845	2,7%	58 757	26,1%
Outros*	2 493 711	25,5%	2 537 401	30,4%	-43 690	-1,7%
Depósitos à Prazo	6 748 772	39,7%	5 859 033	40,6%	889 739	15,2%
Empresas	1 582 418	23,4%	1 428 491	24,4%	153 927	10,8%
Particulares	1 308 702	19,4%	1 289 974	22,0%	18 727	1,5%
Empregados	18 545	0,3%	15 990	0,3%	2 555	16,0%
Emigrantes	715 374	10,6%	614 578	10,5%	100 795	16,4%
Outros*	3 123 734	46,3%	2 510 000	42,8%	613 734	24,5%
Cheques e Juros a pagar	452 651	2,7%	243 106	1,7%	209 544	86,2%
Total	16 980 223	100,0%	14 443 327	100,0%	2 536 896	17,6%

* Inclui o Sector "Sociedade Nacional Publica", "Sector Publico e Administrativo", "Segurança Social", "Org sem Fins Lucrativos" e "Outra Inst Financeira

A análise por prazo residual registou uma inversão de preferência por prazos mais curtos nos Depósitos a prazo, com o objetivo de garantia de liquidez. De facto, os depósitos nos prazos “De 6 meses a 1 ano” representavam em 2021 mais de 38% do total dos recursos do Banco, entretanto essa situação inverteu-se em 2022, passando a representar apenas 20% do total dos Depósitos a prazo. Assim, nos prazos de três meses a um ano passaram a concentrar cerca de 35,7% dos depósitos a prazo do Banco, correspondente a uma redução de 1.249.435 Milhares de escudos, menos 88,7%, enquanto que nos prazos superiores a um ano passaram de uma concentração de 37,6% em 2021 para 64,3% em 2022, com mais 2.139.174 milhares de escudos (228,1%).

Gráfico 5 - Prazo Residual Depósitos a Prazo - 2022

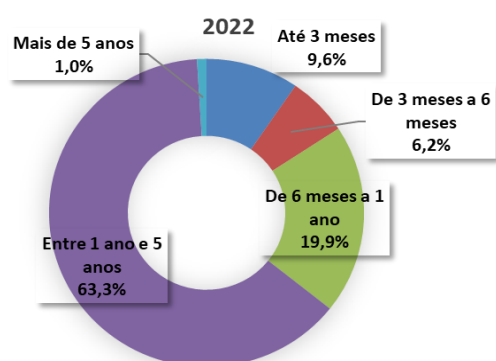
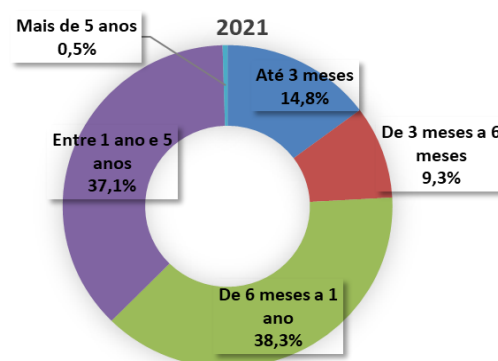


Gráfico 6 - Prazo Residual Depósitos a Prazo - 2021



As operações de depósitos em Escudos (CVE) predominam (87,9%), totalizando 14.921.427 milhares de escudos, o que determina as evoluções, composições em segmentos e prazos mencionados. Em relação às moedas estrangeiras, os depósitos em Euro (EUR) têm maior preponderância e atingiram, em contravalor, 883.753 milhares de escudos, um aumento de 165.625 milhares (23,1%) face ao ano de 2021, pelo efeito essencialmente de uma variação de mais 148.408 milhares (81,5%) nos Particulares e de 14.805 milhares nos recursos de Empresas (2,8%). Por seu turno, os depósitos expressos em Dólar (USD) reduziram-se em 95,6% o equivalente a mais 450.959 milhares de escudos, situando-se nos 20.730 milhares de escudos, com contribuição de todos os segmentos. Os depósitos em Libra Esterlina (GBP), basicamente Depósitos à ordem registaram um aumento de mais 689.106 milhares de escudos, com evoluções positivas em todos os segmentos, representando, assim, 4,1% do total de depósitos do banco.

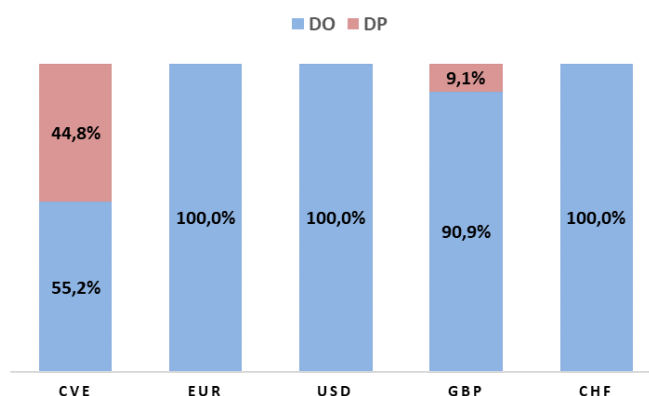
O Banco dispõe ainda de Depósitos em Francos Suíços (CHF), com representatividades muito residual.

Quadro 9 – Recursos de Clientes por Moeda - Evolução

Depósitos de Clientes	Milhares CVE					
	2022		2021		Variação	
	Contravalor CVE	Peso	Contravalor CVE	Peso	Abs.	%
CVE	14 921 427	87,9%	12 993 737	90,0%	1 927 690	14,8%
Empresas	4 565 274	30,6%	3 829 285	29,5%	735 989	19,2%
Particulares	3 949 237	26,5%	3 346 445	25,8%	602 792	18,0%
Empregados	55 670	0,4%	38 646	0,3%	17 024	44,1%
Emigrantes	978 390	6,6%	819 002	6,3%	159 388	19,5%
Outros	5 372 857	36,0%	4 960 359	38,2%	412 497	8,3%
EUR	883 753	5,2%	718 128	5,0%	165 625	23,1%
Empresas	546 803	61,9%	531 998	74,1%	14 805	2,8%
Particulares	330 503	37,4%	182 095	25,4%	148 408	81,5%
Empregados	12	0,0%	12	0,0%	0	0,0%
Emigrantes	3 533	0,4%	4 024	0,6%	-491	-12,2%
Outros	2 903	0,3%	0	0,0%	2 903	
USD	20 730	0,1%	471 689	3,3%	-450 959	-95,6%
Empresas	14 570	70,3%	52 739	11,2%	-38 168	-72,4%
Particulares	6 160	29,7%	315 504	66,9%	-309 344	-98,0%
Empregados	0	0,0%	8	0,0%	-8	-100,0%
Emigrantes	0	0,0%	16 397	3,5%	-16 397	-100,0%
Outros	0	0,0%	87 042	18,5%	-87 042	-100,0%
GBP	701 658	4,1%	12 552	0,1%	689 106	5489,9%
Empresas	64 203	9,2%	12 524	99,8%	51 679	412,7%
Particulares	378 708	54,0%	29	0,2%	378 680	1325533,5%
Empregados	8	0,0%	0	0,0%	8	
Emigrantes	17 054	2,4%	0	0,0%	17 054	
Outros	241 685	34,4%	0	0,0%	241 685	
CHF	4	0,0%	4 114	0,0%	-4 110	-99,9%
Empresas	0	0,0%	0	0,0%	0	
Particulares	4	100,0%	4 114	100,0%	-4 110	-99,9%
Cheques e Juros a pagar	452 651	2,7%	243 106	1,7%	209 544	86,2%
Total	16 980 223	100,0%	14 443 327	100,0%	2 536 896	17,6%

A distribuição dos Depósitos é determinada pelas constituições em Escudos, que segue a distribuição global dos Recursos, concentrando 55,2% de Depósitos à ordem e 44,8% em Depósitos a prazo, tendo em conta que 9,1% dos Depósitos em Libra Esterlina (GBP) estão a prazo.

Gráfico 7 - Recursos de Clientes por Moeda e por Tipo



7. Canais Eletrónicos

Os canais eletrónicos foram essenciais, especialmente no contexto pandémico, tendo durante o ano de 2022 assistido a uma boa dinâmica quanto à emissão e utilização, tanto dos cartões como do canal de internet *banking*.

a) Meios de Pagamento

O Banco alcançou um total de 1.489 terminais de Pagamentos Automáticos – POS no final de 2022 contra os 1.338 de 2021, correspondendo a um acréscimo de 11,2%, ou seja mais 151 POS ativos.

Em relação aos cartões é de assinalar o desempenho favorável, tanto a nível de cartões Vinti4 como do Visa pré-pago, e do cartão de crédito *Master Card*, Standard e Gold. Refira-se que desde o ano 2020 o Banco iniciou a emissão dos Cartões *Contactless*. A forte dinâmica e expansão das atividades relacionadas com cartões proporcionaram um aumento do número tanto de cartões de débito, de 12.963 para 16.154, contabilizando os cartões ativos, mas também nos cartões de crédito e pré-pagos.

b) Internet banking

A nível do BAI Direto, o canal de internet *banking*, para além do reforço na qualidade de oferta e melhorias efetuadas, alargando as soluções disponíveis e permitindo diversificar o leque de operações como transferências internacionais e domésticas, opções de agendamento pagamento de serviços e faturas, gestão de limites de saldos tanto dos cartões de débito pré-pagos e de crédito, entre outros, foi introduzido o código OTP- *One Time Password* na autenticação das transações dos utilizadores.

Destaque para o registo de 12.497 adesões ao IB, com 594.341 milhares CVE em pagamentos e 6.641.844 milhares CVE em transferências, sendo que dos utilizadores criados, 8.991, (72%) acessaram enquanto 4.948 (40%) efetuaram transações.

8. Gestão de Riscos

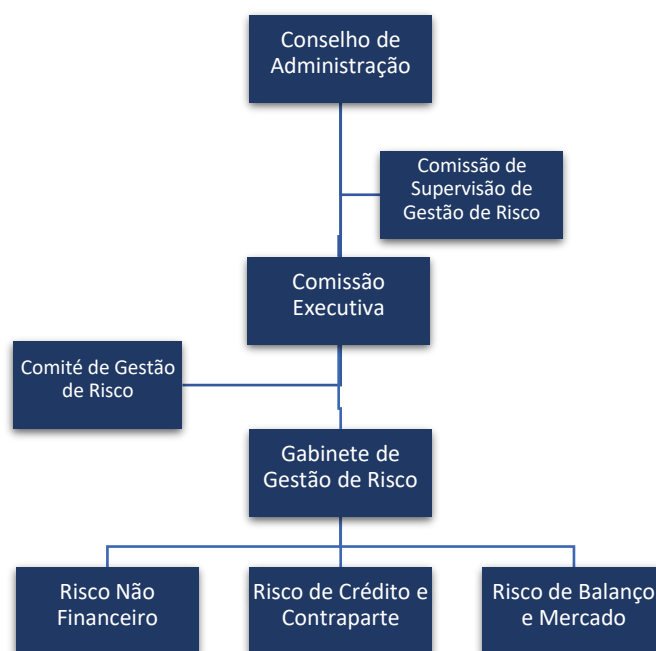
A gestão e controle de riscos do BAICV está assente nos princípios de segregação de função, independência entre as áreas de fiscalização e as áreas operacionais, e um sistema informático adequado que garantam que os processos são executados de forma automática e com intervenção manual reduzida.

É da responsabilidade de todas as unidades de estrutura da organização a gestão e o controlo dos riscos inerentes á sua atividade, sob a coordenação do Gabinete de Gestão de Risco (GGR), cuja responsabilidade passa por identificar, analisar e acompanhar a exposição do Banco aos diversos riscos, entre os quais o risco de crédito (carteira), de liquidez, das taxas de juro e de câmbio, como também propor políticas que assegurem a prevenção

e mitigação dos mesmos, bem como definir instrumentos de análise consonantes com as políticas orientadoras, visando a maximização dos resultados da instituição, dentro de restrições pré-estabelecidas e devidamente supervisionadas pelos órgãos de gestão competentes, tendo em conta o perfil de risco conservador e o baixo grau de tolerância face ao risco adotados pela Instituição.

O Gabinete de Gestão de Riscos é um órgão de staff do Comissão Executiva, da qual depende hierárquica e funcionalmente, sendo supervisionada pela Comissão de Supervisão de Gestão de Riscos, tomados na aceção prevista no Artigo n 11º do Aviso n.º 4/2017, de 7 de setembro, sobre o sistema de controlo interno.

Gráfico 8 - Estrutura orgânica Gabinete Gestão Risco



De referir que em 2022, no âmbito da função da função de gestão de riscos, foram realizadas, entre outras, as seguintes ações e/ou atividades:

- Elaboração do Relatório anual de Gestão de Risco;
- Elaboração periódica de relatórios de acompanhamento dos riscos financeiros;
- Elaboração do Plano de recuperação do Banco;
- Revisão de normas corporativas afetas à função de gestão de riscos;
- Otimização do modelo de apuramento de imparidades vigente;
- Realização de *test stress* sobre o impacto do incumprimento da carteira de crédito em moratória, nos principais indicadores financeiros e prudenciais;
- Elaboração de estudos complementares de gestão de risco não financeiro;

8.1.1. Riscos Financeiros

O BAICV, decorrente da Política de Gestão de Risco vigente, aprovou os seus indicadores chave de risco, de monitorização mensal e reportados trimestralmente ou sempre que necessário. Da monitorização efetuada em 2022, os indicadores, de forma geral apresentam resultados confortáveis e dentro dos limites definidos.

A. Risco de Crédito

O Risco de Crédito é monitorizado face a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido à incapacidade de uma contraparte em cumprir com os seus compromissos financeiros assumidos junto do Banco.

Considerando que as moratórias legais, decorrentes do impacto da pandemia COVID-19 estenderam-se até ao final do 3º trimestre, assim como a preconização do plano de retoma, a nível do crédito, o banco envidou esforços para prover estratégias auxiliares de mitigação do risco de crédito ao Decreto-Lei 38/2020 de 31 de março (e suas revisões), destacando-se:

- Atualização do modelo vigente de *Scoring* e Rating desenvolvidos para o segmento de particulares e empresas, respetivamente;
- Revisão da informação prospetiva dos fatores de risco afetos á imparidade;
- Calibração dos fatores de risco, pela via dos resultados do *backtest*;
- Acompanhamento personalizado a sobre a performance financeira dos clientes no período pós moratórias, ajustando quando necessário o plano financeiro à capacidade atual de pagamento das diferentes entidades

Como resultado, os indicadores chave de risco afetos á gestão do risco de crédito, mantiveram-se abaixo dos limites regulamentares de concentração, e dos limites internos de incumprimento e qualidade de crédito.

Os testes de stress permitiram avaliar a resistência do banco face aos choques do incumprimento de crédito em moratória, medindo os efeitos diretos no Resultado Líquido, nos Fundos Próprios e no Rácio de Solvabilidade. Os testes evidenciam o nível limite de incumprimento na carteira de crédito, segundo diferentes cenários de análise, para mitigar o risco de incumprimento dos rácios prudenciais legais.

Quadro 10 - Qualidade do crédito atribuído

Indicadores	2022	2021 Reexpresso	Variação	
			Abs	%
Crédito Vencido (+30 dias) / Crédito Total	7,3%	7,0%	0,3%	4,3%
Crédito em incumprimento (+90 dias)/ crédito total	7,1%	5,9%	1,2%	20,5%
Imparidade Crédito a Clientes/Crédito Total	4,7%	4,9%	-0,2%	-4,9%

O rácio de créditos vencidos (+30 dias) sobre o crédito registou +0,3 p.p. face ao período homólogo, situando-se nos 7,3% e o crédito em incumprimento (+90 dias) sobre o crédito total +1,2 p.p, atingindo os 7,1%. Por seu turno, o rácio de cobertura do crédito total pelas imparidades reduziu 0,2 p.p quando comparado com o período homólogo.

A. Risco de Capital

O acompanhamento do Risco de Capital é feito tendo em conta todos os requisitos mínimos prudenciais estabelecidos pela entidade reguladora, especificamente os Avisos nº 3/2007 e 4/2007, do Banco de Cabo Verde, relativo ao apuramento do Rácio de Solvabilidade, com alterações introduzidas desde março de 2020 no âmbito das medidas excecionais e extraordinárias atenuantes face à crise provocada pela pandemia da Covid-19, que estabeleceu a redução do rácio de solvabilidade em 2 p.p., passando dos 12% para 10%, sendo que o banco apresenta níveis bastante confortáveis, situando-se nos 18,03%;

Quadro 11 – Risco de Capital

Indicadores	2022	2021 Reexpresso	Variação	
			Abs	%
Fundos próprios	2 625 401	3 160 670	-535 269	-16,94%
Activos ponderados pelo risco de crédito	13 557 751	12 252 882	1 304 869	10,65%
Valor equivalente em activos ponderados pelo risco operacional	1 319 335	1 238 534	80 801	6,52%
Total dos activos ponderados	14 877 086	13 491 416	1 385 670	10,27%
Rácio de Solvabilidade	18,03%	23,43%	-5,40%	-23,05%

Os **Fundos Próprios Regulamentares** da instituição reduziram em -16,94%, evoluindo de 3.160 milhões CVE escudos para 2.625 milhões CVE, justificada pelo abate dos bens recebidos em reembolso de crédito próprio no montante de 295,2 milhões CVE, influenciados ainda pela redução dos títulos subordinados que atingiram maturidade em dezembro, no valor nominal de 250 milhões CVE, afetando diretamente os fundos próprios complementares. Nesse sentido o **Rácio de Solvabilidade** fixou-se nos 18,03% face aos 23,43% de 2021, considerando ainda a evolução dos ativos ponderados pelo risco de crédito de 10,65% em relação ao período homólogo.

B. Risco de Mercado

O Risco de Mercado é avaliado através de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições Ativas e Passivas, detidas pela instituição, e especificamente resultantes de flutuações em taxas de juro, taxas de câmbio, cotações de ações ou preços de mercadorias. A gestão do risco de mercado é

monitorizada de forma contínua, sendo que os limites de atuação nos mercados são revistos e ajustados, havendo para o efeito uma avaliação de desempenho periódico em função da evolução das tendências de mercado.

C. Risco de Taxa de Juro

O Risco de Taxa de Juro é monitorizado na eventualidade de variações adversas nas taxas de juro de mercado virem a afetar a margem financeira da instituição, atendendo ao facto de grande parte dos ativos e passivos do balanço gerarem rendimentos e custos impulsionados pelas taxas de juro. A avaliação da exposição deste tipo de risco é feita através dos modelos de GAP de Taxas de juro, destinados à medição dos ativos e passivos, sensíveis às flutuações das taxas de juro de acordo com os seus prazos de maturidade. O acompanhamento é feito regularmente, permitindo assim a quantificação dos impactos sobre a margem financeira da instituição, derivado das flutuações das taxas de juro, permitindo a adoção de estratégias adequadas, visando a mitigação dos efeitos nefastos nos resultados do Banco. Paralelamente aos modelos internos utilizados, o Banco utiliza também modelos definidos pela entidade reguladora, conforme a Instrução Técnica nº 164/2011 do Banco de Cabo Verde.

Os testes de stress aplicados ao risco de taxa de juro, permitiram ao banco avaliar os impactos nos resultados ou no capital devido a movimentos adversos nas taxas diretoras que regulam o mercado. O estudo foi efetuado e monitorizado, antecipando o cenário da crise económica provocado pela pandemia e pelo aumento da inflação dos produtos importados, considerando eventuais medidas de estímulo monetário e de contração de crédito, que já se verificam nos principais reguladores internacionais.

Assim, o BAICV monitoriza o impacto máximo que poderia ocorrer nas demonstrações financeiras do banco, que oscilações das taxas diretoras, decorrentes das medidas de política monetária externas.

D. Risco Cambial

O Risco Cambial da instituição é observado pelas diferenças e variações entre ativos e passivos, numa determinada moeda estrangeira, estando assim exposta a uma eventual variação da taxa de câmbio. A exposição ao risco de câmbio é analisada através do acompanhamento dos ativos e passivos em moedas estrangeiras, permitindo o apuramento da posição líquida do Banco face a cada moeda utilizada nas suas operações de mercado. O Banco tem seguido uma estratégia de minimização de riscos através da realização de operações maioritariamente em Euros, dada a paridade cambial existente entre o Euro e o Escudo Cabo-verdiano, determinando e monitorando os limites internos de exposição longa e curta para as demais moedas estrangeiras, que durante 2022 se mantiveram estáveis.

E. Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é mensurado através da capacidade do Banco em poder dispor, em qualquer momento, de fundos necessários para satisfazer todos os seus compromissos a um custo aceitável e compensador, refletindo também a perceção do mercado perante a política de financiamento do banco. A monitorização do Risco de Liquidez é feita através da análise dos GAP de liquidez, em função dos montantes e prazos dos compromissos assumidos e dos recursos em carteira, de forma a evidenciar os desajustamentos existentes entre os ativos e passivos por intervalos temporais. O banco também utiliza os modelos definidos pela entidade reguladora no âmbito da gestão do risco de liquidez, nomeadamente, o cálculo de rácios de cobertura de responsabilidades, instituído pelo Aviso nº8/2007 nº 42 de 19 de novembro de 2007, como também, o mapa de liquidez definido pela Instrução Técnica nº 165/2012 do Banco de Cabo Verde.

Os testes de stress aplicados ao risco de liquidez, permitiram avaliar a robustez do banco face à disponibilidade de fundos necessários para satisfazer todos os seus compromissos a um custo aceitável e compensador, através da análise da elasticidade dos indicadores previstos no Basileia III, quer de curto prazo através do *Liquidity Coverage Ratio* (LCR), quer no longo prazo, através do *Net Stable Funding Ratio* (NSFR). Apesar de ser considerado satisfatório um rácio de 100% para os dois indicadores, internamente o banco definiu um buffer de 10% face ao estipulado, de modo a constituir um alerta prévio à violação destes importantes rácios. Durante 2022, os rácios apresentaram níveis confortáveis face aos limites estabelecidos, sendo o LCR 415% e NSFR 107%, evidenciando a adequação da política de gestão de risco implícita.

8.1.2. Riscos Não Financeiros

A. Risco Operacional

Dando cumprimento ao disposto no Aviso nº04/2007, a gestão do risco operacional do banco, baseou-se numa visão por processos de negócio, suporte e controlo, sendo transversal às unidades de estrutura da organização. A gestão é suportada por princípios, metodologias e mecanismos de controlo, sejam elas: a segregação de funções, linhas de responsabilidade, código de conduta, base de dados de eventos de risco operacional e indicadores chave de risco. Adicionalmente, o banco segue as boas práticas emanadas pelo COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of Treadway Commission*), assentes em três pilares fundamentais:

- Fatores de Risco;
- Categorias de eventos de perdas;
- Impactos

O BAICV apresenta uma boa maturidade em termos de normativos orientadores, controlos e procedimentos estabelecidos e a monitorização dos indicadores chave afetos ao risco operacional, permitiu ao banco

desenvolver um conjunto de controlos e ferramentas, assim como a automatização de tarefas, com vista a mitigação do risco inerente, produzindo resultados satisfatórios.

B. Risco Reputacional

O BAICV entende como risco de reputação, a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de uma perceção negativa da imagem da instituição, fundamentada ou não, por parte de clientes, contrapartes, fornecedores, analistas financeiros, colaboradores, investidores, órgãos de imprensa ou pela opinião pública em geral e as entidades reguladoras do setor.

O risco reputacional do BAICV, é monitorado pelos indicadores chave de risco aprovados em catálogo próprio e decorrente da sua análise, foi verificado que nenhum indicador apresentava-se acima do limite interno.

Apresentamos abaixo as medidas de mitigação do impacto do referido risco:

- Criação do Provedor do cliente;
- Revisão de políticas internas, nomeadamente gestão de reclamações, KYC, KYE, relações com partes relacionadas;
- Gestão de reclamações

C. Risco Estratégia

O BAICV entende como risco de estratégia, a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de decisões estratégicas inadequadas, da deficiente implementação das decisões ou da incapacidade de resposta a alterações do meio envolvente ou a alterações no ambiente de negócios da instituição, tendo sido identificados os seguintes fatores de risco durante o exercício:

- Fatores exógenos: ambiente externo (político, regulamentar, mercado, financeiro);
- Fatores endógenos;
- Pessoas;
- Processos;
- Sistemas

Não obstante o nível de risco apurado, coincidir com os limites internos aprovados, o BAICV adotou medidas adicionais, com vista à mitigação do respetivo risco:

- Continuidade do acompanhamento periódico da implementação dos *milestones* do plano estratégico com a possibilidade de ajustamento orçamental, para fazer face eventuais desvios;
- Adequação do sistema de *governance* para auxiliar o processo de tomada de decisões;

9. Compliance

O Banco BAICV tem na sua estrutura organizativa uma função de Compliance, - exercida pelo Núcleo de Compliance (NCO), sendo um órgão de Staff da Comissão e Executiva (CE), da qual depende hierárquica e funcionalmente, sem prejuízo do carácter de independência e autonomia que a função deve observar, nos termos legais regulamentarmente previstos, sendo a sua ação de âmbito nacional e internacional de acordo com a natureza específica das atribuições que lhe são acometidas.

O NCO tem como missão, assegurar em conjunto com as demais áreas, a adequação, fortalecimento e o bom funcionamento do sistema de controlo interno da instituição, procurando mitigar os riscos de acordo com a complexidade do seu negócio, e disseminar a cultura de Compliance para assegurar o cumprimento de Leis e regulamentos existentes, atuando na orientação e conscientização à prevenção de atividades e condutas que possam ocasionar riscos à reputação da instituição.

De entre as várias funções atribuídas ao NCO, destaca-se a execução de forma cabal e tempestiva dos deveres do Compliance com base nos deveres a que a instituição financeira esteja sujeita.

Como 2ª linha de defesa do Banco, no âmbito do Controlo Interno, o Compliance é responsável pelo acompanhamento, regularização e efetivação das Deficiências de Controlo Interno (DCI), cuja categoria de risco esteja enquadrada dentro das suas atribuições. Em linha com as melhores práticas nacional e internacional, o Banco tem realizado um conjunto de Comitês e Comissões, de controlo interno e de suporte ao negócio, entre os quais a Comissão de Supervisão e de Controlo Interno (CSCI), Comissão de Supervisão e de Gestão de Risco (CSGR), Comitê de Gestão de Risco (CGR), contando com a participação dos membros da Comissão Executiva e das áreas de controlo interno (Auditoria, Compliance, Risco), entre outras.

Os resultados alcançados durante o ano de 2022 foram positivos e contribuíram para a mitigação dos possíveis riscos a que o Banco está exposto e de forma a prevenir os crimes de lavagem de capitais e financiamento do terrorismo. Nesse período, o NCO executou e esteve envolvido nas seguintes ações de melhoria a saber:

- Atualização de Políticas e Procedimentos interno de PLC/CFT;
- Criação das condições para a implementação da matriz da Avaliação de Risco de PLC/CFT e Sanções mais robusta junto da KPMG;
- Reforço e implementação de controlos adequados aos riscos identificados e avaliados;
- Criação da matriz de requisitos legais e regulamentares;
- Criação e atualização dos normativos e procedimentos;
- Formações de capacitação relevantes em matéria PLC/FT, a todos os colaboradores do Banco, para que possam reconhecer e compreender as suas funções na luta contra respetivo crime;
- Acompanhamento e monitorização dos clientes e suas transações;
- Colaboração e cooperação com a UIF;
- Colaboração e cooperação com os Correspondentes Bancários;
- Implementação da ferramenta de gestão das DCI.

10. Capital Humano

Os colaboradores são um dos ativos fundamentais, responsáveis pela criação de valor no BAICV. O Departamento de Capital Humano responsável por estabelecer as políticas e práticas para o capital humano, teve como desafio, promover um ambiente de trabalho saudável, equilibrado, competitivo e orientado para os resultados.

Em 2022 foi aprovada a política de Remuneração de Colaboradores e Titulares de Funções de Controlo, que incorporou o modelo de retribuição variável e em função dos resultados do banco, possibilitou a atribuição de prémios de desempenho, reconhecendo o mérito.

Ainda em 2022, com o objetivo de alinhamento dos vários instrumentos de gestão de pessoas, e visando dar resposta a um dos pilares fundamentais do Plano Estratégico, que prevê a consolidação de um Modelo de Avaliação de Desempenho, o Departamento de Capital Humano deu início com o levantamento do diagnóstico *As Is*, através de reuniões com vários interlocutores, com vista à criação do novo modelo, transparente, equitativo e assente na meritocracia.

Também, no quadro das iniciativas estratégicas de Desenvolvimento do Capital Humano, e tendo em conta a necessidade de adequar o capital humano às necessidades do planeamento estratégico, que passa pela construção de uma cultura organizacional alinhada à estratégia do negócio, foi aprovado o Manual de Cultura Organizacional que fornece aos colaboradores um conjunto de linhas orientadoras sobre valores, hábitos atitudes e comportamentos.

Para mitigar o efeito do aumento do custo de vida foi atribuído um subsídio de custo de vida a todos os colaboradores do banco calculado em 2% do salário base.

O banco continuou a apostar nas ações de desenvolvimento das *hard e soft skills* dos colaboradores, através de formação utilizando as ferramentas digitais, incidindo sobre temáticas de controlo interno, áreas de negócio, e comportamental.

Em 31 de Dezembro de 2022, a equipa do BAICV era constituída por 133 colaboradores, que acresce 4 membros não executivos do Conselho de Administração.

Quadro 12 - Efetivo de Capital Humano

Capital Humano	2022	2021	Var.
Conselho de Administração	7	7	0
Direção e coordenação	13	14	-1
Chefia e gerência	16	17	-1
Técnicos	92	87	5
Administrativos	9	8	1
Total	137	133	4

Por tipo de vínculo contratual

O tipo de relação jurídica predominante é o contrato por tempo indeterminado que representa 82% e o contrato por tempo determinado 18% dos colaboradores.

Quadro 13 - Efetivo por tipo de vínculo contratual

Tipo de contrato	Colaboradores	%
Contratos por tempo indeterminado	113	82%
Contratos a prazo	24	18%
Total	137	100%

Por grupos funcionais

Considerando a distribuição de efetivos por grupos funcionais, a maior representatividade verifica-se no grupo funcional de técnicos com 64 colaboradores, sendo 44 na categoria de técnico sénior e 20 na categoria de técnico júnior, que corresponde a 47% do universo dos colaboradores.

Os cargos de chefias, onde se incluem os dirigentes superiores, bem como os dirigentes intermédios, representam 22% do total do efetivo.

Analisando o total de colaboradores por grupo funcional e por género, constata-se que existe uma representação equilibrada quanto ao género (não inclui os membros não executivos do Conselho de Administração).

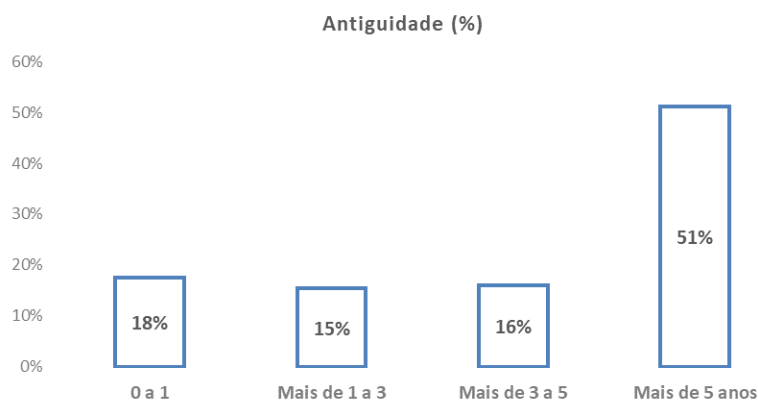
Quadro 14 - Efetivo por grupos funcionais

Funções	Homens	Mulheres	Total	%
Presidente	1	0	1	1%
Administrador	3	2	5	4%
Director Coordenador	1	1	2	1%
Director	4	0	4	3%
Director Gabinete	2	2	4	3%
Coordenador Gabinete	2	1	3	2%
Chefe Departamento	4	2	6	4%
Chefe Gabinete	0	1	1	1%
Gerente	6	3	9	7%
Técnico Sénior	18	26	44	32%
Técnico Júnior	8	12	20	15%
Caixa	13	15	28	20%
Secretária	0	1	1	1%
Segurança	1	1	2	1%
Motorista	4	0	4	3%
Rececionista	1	1	2	1%
Zelador	1	0	1	1%
Total	69	68	137	100%

Por níveis de antiguidade

No ano de 2022, o escalão de antiguidade com maior representatividade de colaboradores foi o de “mais de 5 anos”, com 71 colaboradores, que representa 52%. O escalão de antiguidade com menor nº de colaboradores foi o de “mais de 1 a 3 anos” com 21 colaboradores, que representa 15% do total dos efetivos.

Gráfico 9 - Efetivo por níveis de antiguidade



Por faixa etária

Quadro 15 - Efetivo por faixa etária

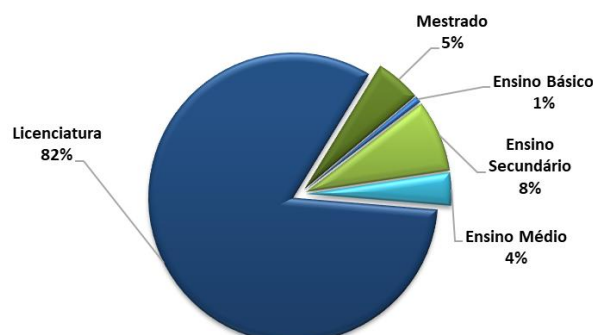
Níveis Etários	Total	%
Dos 18 aos 28 anos	7	5%
Dos 29 aos 39 anos	68	50%
Dos 40 aos 50 anos	52	38%
Dos 51 aos 61 anos	7	5%
Mais de 61 anos	3	2%
Total	137	100%

Da leitura da tabela acima podemos concluir que:

- a faixa etária compreendida entre os 29 e os 39 anos de idade é a que tem o maior número de efetivos, que representa 50% do total dos colaboradores;
- a faixa etária entre os 40 e os 50 anos de idade regista 52 efetivos que corresponde a 38% dos colaboradores.

Por nível de habilitações literárias

Gráfico 10 - Efetivo por nível de habilitações



No que concerne à habilitação literária, constata-se que do total de efetivos, 120 tem habilitação ao nível de licenciatura e mestrado, com uma representatividade de 88%.

A taxa de habilitação secundária é 8% e a taxa de habilitação básica situa-se em 1%.

Admissão/saídas

Em 2022 foram admitidos 6 colaboradores contra 2 saídas.

Quadro 16 – Admissões/Saídas

	2022	2021	Var.	Var.
Admissão	6	11	-5	-45%
Saídas	2	4	-2	-50%
	8	15	-7	-47%

11. Responsabilidade Social

Cidadania Empresarial

Durante o ano de 2022, foram realizadas as seguintes ações de cidadania empresarial:

Educação

A nível da Educação renovou-se a parceria com as Aldeias Infantis SOS Cabo Verde, através da doação à Casa Familiar nº 10 Fogo.

Desporto

No que toca ao desporto, o BAICV concedeu um patrocínio à Federação Cabo-verdiana de Basquetebol, para a participação nos jogos da 2ª fase de apuramento para o campeonato do Mundo de 2023.

Cultura

A nível da cultura o Banco patrocinou a Academia Cabo-verdiana de Letras (ACL) na Edição de obras e produção e realização de prémio literário.

Parcerias Institucionais

No âmbito de parcerias institucionais, juntamente com a Câmara de Turismo de Cabo Verde, patrocinou-se o evento “Pedra de Lume *in Concert*”.

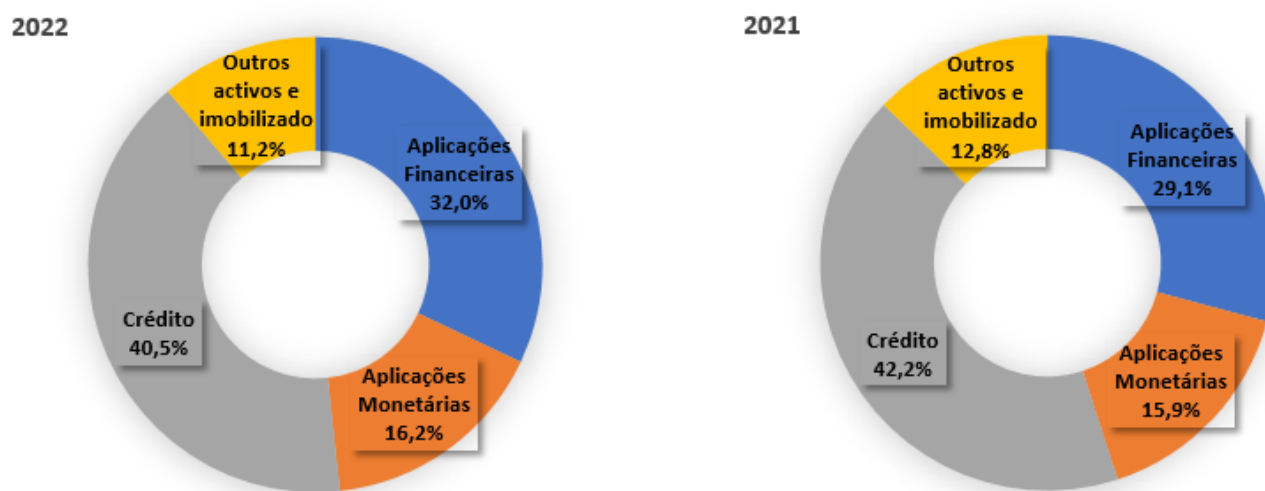
12. Análise Financeira

A. Elementos do Balanço

O balanço do BAICV atingiu, no final de 2022, um montante global de 28.203.431 milhares de escudos, valor este 13,6% superior aos 24.840.603 milhares de escudos registados no final do ano anterior. Na base desse incremento verificado encontra-se, primordialmente, o crescimento verificado nos recursos de terceiros, com

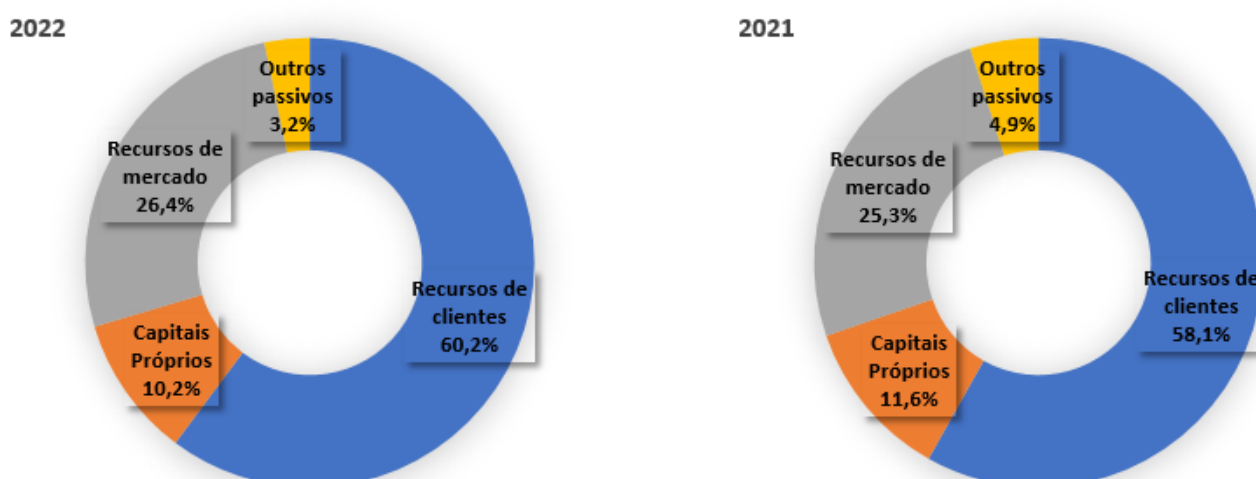
ênfase nos recursos de bancos centrais e recursos de clientes. Esse aumento teve impacto direto no volume das disponibilidades e das aplicações financeiras, assim como na evolução do portfolio de crédito e de títulos. Os ativos e passivos financeiros continuam a ter uma relevância significativa no balanço do Banco, com um peso relativo na sua composição, no final de 2022, de 72,4% (2021: 71,3%) e 86,5% (2021: 83,5%), respetivamente.

Gráfico 11 – Composição do Ativo



Em 2022, os ativos remunerados (Aplicações Financeiras e Crédito) registaram um crescimento anual de 15,4%, perfeitamente em consonância com o crescimento verificado em termos de ativo líquido. Todos os elementos que compõem a carteira de ativos remunerados do Banco registaram crescimento durante 2022, nomeadamente as Aplicações em Instituições de crédito, (408%), a carteira de Crédito (8,9%) e a carteira de Títulos (2,5%), reflexo da dinâmica conferida à atividade do Banco ao longo desse exercício. A par do substancial crescimento do ativo líquido (13,6%), a carteira de ativos remunerados registou um peso superior, de 72,4% no total do ativo face ao período homólogo, 71,3%.

Gráfico 12 – Estrutura de Financiamento



O passivo do Banco é constituído, na sua larga maioria, por recursos de clientes (depósitos à ordem e depósitos a prazo), representando cerca de 60% do passivo total, proporção inferior à verificada em finais de 2021 (58,1%), com uma evolução de 15,3%.

Os recursos de mercado, constituídos por depósitos de outras instituições financeiras e de bancos centrais, cresceram, passando a representar 26,4% do total do passivo, quando no final de 2021 representavam 25,3%, registando um crescimento de 18%. Em termos absolutos, os recursos desses clientes institucionais atingiram, no final de 2022, o valor de 7.432.336 milhares de escudos (2021: 6.296.589 milhares de escudos), sustentado pelo aumento de 84,6% nos Recursos de Bancos Centrais.

No que respeita aos recursos próprios, refira-se que, no final de 2022, o Banco apresentava uma situação líquida de 2.901.960 milhares de escudos, o equivalente a 10,3% da estrutura de financiamento de 28.228.698 milhares de escudos (2021: 11,6%).

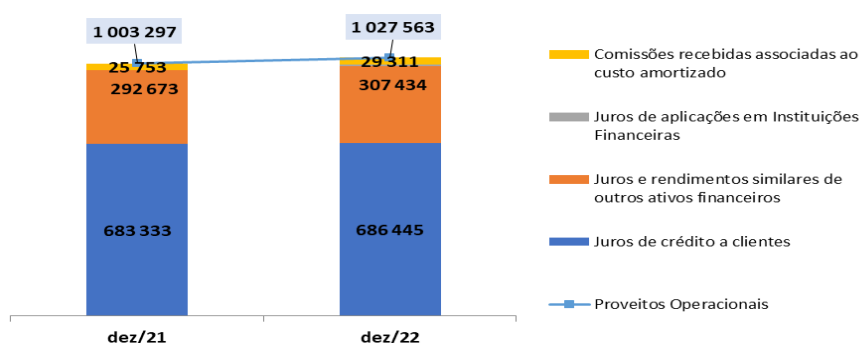
Os recursos de clientes, maior fatia do total do passivo, registaram um crescimento homólogo de 17,6%, atingindo o montante global de 16.980.223 milhares de escudos, face aos 14.443.327 milhares de escudos no final do período homólogo.

B. Elementos da Demonstração de Resultados

Como resultado da estratégia adotada, o BAICV apresentou uma evolução positiva dos seus principais indicadores de resultados, quando comparados com o período homólogo. Nessa base, a evolução mensal média da margem financeira cifrou-se em 29% (2021: 31%), paralelamente a evolução mensal média da Margem Complementar em 30% (28%).

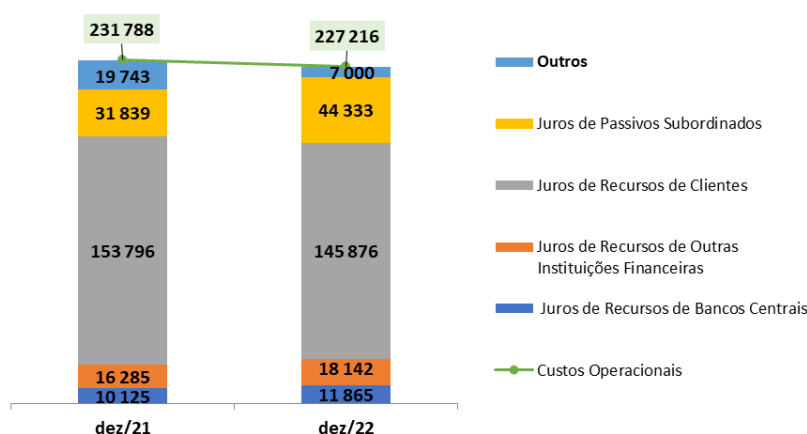
Realça-se a diminuição das imparidades constituídas durante o ano de 2022, em -1.823 milhares de escudos, pelo efeito conjugado da redução a nível dos créditos em -54.751 milhares de escudos, sendo que nos títulos de dívida a redução verificada foi de -5.779 milhares CVE, contudo com registo de aumento ocorrido nas imparidades referentes a outros ativos, nomeadamente propriedades de investimento e ativos não correntes detidos para venda em mais 58.706 milhares CVE.

Gráfico 13 – Proveitos Operacionais



A redução dos recursos remunerados de clientes em -5,1%, por um lado, e de Outros juros e encargos que descreveu uma redução de -64,5%, que foi afetado pela operação de aquisição do Edifício BAICENTER, na parte correspondente ao desconhecimento do Passivo de locação, impactaram diretamente na redução dos custos operacionais que apresentaram uma variação de -2,0%, -4.517 milhares de escudos, atingindo o montante de 227.216 milhares de escudos, não obstante o acréscimo de 39,2%, 12.494 milhares de escudos nos Juros Subordinados dos Empréstimos obrigacionistas que ascenderam o montante de 44.333 milhares de escudos, referentes aos títulos emitidos pelo banco, bem como os aumentos a nível dos juros dos empréstimos de instituições de crédito em 1.858 milhares de escudos decorrente da maior exposição do Banco nas tomadas de fundo junto da casa mãe, e dos Juros de recursos de bancos centrais BCV em mais 1.857 milhares de escudos, referentes à linha de financiamento de Operações Monetárias (OMF's), uma vez que a carteira desses recursos que detinha em dezembro de 2021 aumentou em mais 1.152.865 milhares de escudos (84,6%) em 2022.

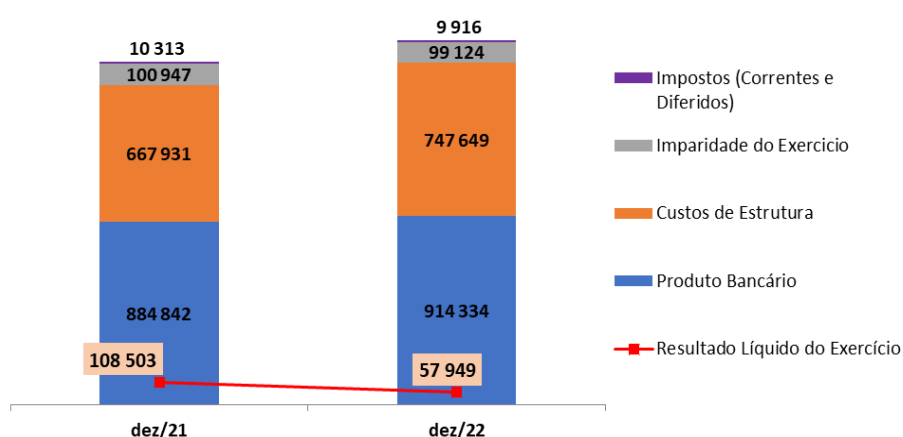
Gráfico 14 – Custos Operacionais



A evolução na Margem complementar adveio sobretudo do stock de operações de crédito e extrapatrimoniais que registaram uma variação positiva, gerando melhoria significativa dos proveitos com comissões (+39,3%), superando os custos com comissões e serviços prestados, não obstante as comissões globais (líquidas) tenham apresentado uma substancial evolução de -15%, menos 20.062 milhares de escudos em relação ao ano anterior, em resultado da reclassificação dos encargos suportados com a VISA e Mastercard, antes registados nos Gastos Gerais Administrativos agravado ainda pela perda global de -20.104 milhares de escudos em relação ao período homólogo dos Outros resultados de exploração, dos ganhos em Ativos não financeiros (que considera um ganho de 19.592 milhares de escudos no mês de outubro de 2021 no âmbito de aquisição do edifício BAICENTER, pelo desconhecimento do ativo sob direito de uso e passivo de locação), dos Resultados de reavaliação cambial, dos Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda, bem como dos Resultados de alienação de outros ativos.

Não obstante, o Resultado Líquido atingido foi de 57.949 milhares de escudos que ficou aquém ao ano de 2021 (108.503 milhares de escudos), refletindo os reforços de imparidades em outros ativos, essencialmente pelo ajustamento nas propriedades de investimento e nos ativos não correntes detidos para venda, acrescidos de encargos associados a aplicações informáticas destinados a posicionar o banco a nível digital, derivado dos investimentos efetuados a nível do core bancário (upgrade de máquinas), internet banking (melhorias no sistema), situações que consideram na atualização contratual o índice inflacionário que a nível global tem-se verificado.

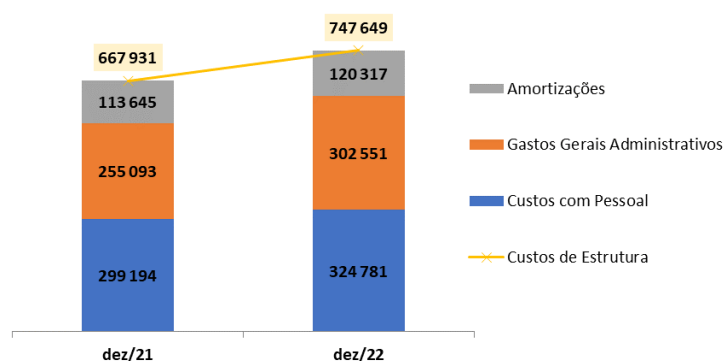
Gráfico 15 – Resultados



Os Custos de Estrutura do Banco, constituído em 43,4% pelos Custos com Pessoal (324.781 milhares de escudos), 40,5% pelos Gastos Administrativos (302.551 milhares de escudos) e 16,1% pelas Amortizações (120.012 milhares de escudos) atingiram o montante de 747.649 milhares de escudos, evoluindo em mais 79.717,3 milhares de escudos (11,9%) em relação ao exercício anterior, essencialmente por via dos Gastos gerais administrativos que aumentaram 47.458,4 milhares de escudos, em mais 18,6%, essencialmente nos Serviços especializados, que considera os custos com Informática (+13.850 Milhares CVE/+16%), derivado de encargos com a aplicações do core business do Banco, consumo de Energia (+6.505 Milhares CVE/28%) no edifício BAICENTER e Agências, bem com na rubrica de Conservação e Reparação (+5.623 milhões CVE/76%).

Paralelamente a evolução nos Custos com o Pessoal, em mais 25.586 milhares de escudos (8,6%), derivou-se de reforços de pessoal em algumas unidades de suporte e controlo, com aumento do custo com a remuneração dos empregados em 23.844 milhares de escudos (11,4%), sendo mais 13.798 milhares de escudos referentes às remunerações, mais 4.736 milhares de escudos referente aos subsídios, positivamente correlacionado com o aumento do número de colaboradores (evolução de 133 para 137), mas também pelo aumento das remunerações adicionais, derivado do pagamento de prémios de desempenho aos titulares das funções de controlo e colaboradores (na modalidade de prémio de desempenho) e, também, foi pago o subsídio anual de custo de vida para fazer face à subida de preços e custo de vida.

Gráfico 16 – Custos de Estrutura



As Provisões e Imparidades Líquidas do Exercício, que em 2021 somaram 98.094 milhares de escudos, atingiram 98.820 milhares de escudos em 2022, registando um aumento de 725 milhares de escudos (+0,7%), explicado pelo efeito conjugado da redução das imparidades a nível dos créditos em -54.751 milhares de escudos, nos de títulos de dívida em -5.779 milhares CVE, mas impactado pelos reforços ocorrido nas imparidades referentes a outros ativos, mormente propriedades de investimento e ativos não correntes detidos para venda em mais 58.706 milhares CVE.

O nível do imposto no montante de 9.916 milhares de escudos (que engloba o imposto corrente no valor 13.313 milhares e diferido em 3.376 milhares de escudos) foi ligeiramente abaixo do registo de 2021 (9.915 milhares de escudos).

Assim sendo o **Resultado Líquido do Exercício** ascendeu ao montante de **57.949 milhares de escudos**, face aos **108.503 milhares de escudos** do período homólogo.

C. Indicadores Económicos e Financeiros

O enquadramento da regulação com alteração no que se refere à solvência das instituições financeiras revisto em 2020, em função dos riscos sistémicos introduzidos pela Covid-19, cuja vigência inicial era até o mês de março de 2022, foi prorrogado até ao mês de setembro de 2022.

Os **Fundos Próprios Regulamentares** da instituição reduziram em -16,9%, evoluindo de 3.160 milhões CVE escudos para 2.625 milhões CVE, justificada pelo abate dos bens recebidos em reembolso de crédito próprio no montante de 295,2 milhões CVE, bem como pela redução dos títulos subordinados que atingiram maturidade em dezembro, no valor nominal de 250 milhões CVE. Registou-se um aumento nos ativos intangíveis e no registo de ações próprias para liquidação de responsabilidade de financiamento do acionista SOGEI-SGI, conjugado com o aumento do Ativo ponderado pelo risco em de 8,0% (1.072,5 milhões CVE) pelo efeito da ponderação nas

diferentes classes e por conseguinte, o **Rácio de Solvabilidade** fixou-se nos 18,03% face aos 23,43% de 2021, ainda assim superior em 8,03 p.p. face ao limite regulamentar

A **Cobertura de Imobilizado**, cujo limite mínimo regulamentar é de 100% e não pode ultrapassar o valor dos fundos próprios, registou um grau de cobertura de 230,39% que compara com os 278,75% de 2021.

O rácio que relaciona a **Cobertura de Responsabilidades** de 30 dias evoluiu dos 44,90% em 2021 para 56,44% em 2022, influenciado pelo efeito de base de uma aplicação *Overnight* efetuado no Banco de Cabo Verde em 31 de dezembro de 2020, acima do limite regulamentar fixado nos 20%.

Quadro 17- Indicadores prudenciais

Indicadores Prudenciais	dez/22	dez/21	Milhares CVE	
			Variação Abs	%
FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE ELEGÍVEIS (FPB)	2 129 131	2 136 046	-6 914	-0,3%
FUNDOS PRÓPRIOS REGULAMENTARES (FPR)	2 625 401	3 160 670	-535 269	-16,9%
ACTIVO PONDERADO PELO RISCO (APR)	14 564 169	13 491 416	1 072 753	8,0%
Rácio Solvabilidade - Tier I	14,62%	15,83%	-1,21%	-7,7%
Rácio Solvabilidade -Tier II	18,03%	23,43%	-5,40%	-23,1%
COBERTURA DAS RESPONSABILIDADES (DE 30 DIAS)	56,44%	44,90%	11,54%	25,7%
Limite Concentração - Grande Risco	265 852	316 067	-50 215	-15,9%
Limite Concentração - Emp.mãe e filiais	531 705	632 134	-100 429	-15,9%
Limite Concentração - A uma entidade	664 631	790 167	-125 537	-15,9%
LIMITE ÀS IMOBILIZAÇÕES	230,39%	278,75%	-48,36%	-17,3%

13. Plano Estratégico e de Negócio

Plano Estratégico 2022-2027

A estratégia de negócios do Banco a longo prazo (2022-2027) está estribada em 6 pilares essenciais, com o seguinte escopo:

- Sustentabilidade do Modelo de Negócio, implementando um modelo de relacionamento orientado para o cliente, incorporando as soluções comerciais que vão ao encontro às necessidades dos clientes em cada segmento, mas também na promoção de investimentos nos mercados financeiros, bem como o fortalecimento da capacidade de análise de projetos de investimentos;
- Robustez Financeira, com iniciativas para aumentar a solidez do Banco;
- Transformação Digital, criando modelos de negócios sustentáveis na área digital, bem como a otimização dos sistemas e tecnologias de informação e desenvolvimento de parcerias estratégicas;
- Reforço da gestão de risco e controlo interno;
- Desenvolvimento do capital humano, com reforço da cultura organizacional e consolidação de um modelo de planeamento e gestão de carreiras e de avaliação de desempenho;
- Reforço da segurança de informação, orientada à gestão de risco e cultura de segurança de informação.



A execução destas iniciativas vai permitir ao BAICV alcançar em termos de objetivos do plano de negócio, eficiência, rentabilidade e dimensão.

14. Aprovação do Conselho de Administração

Os administradores do BAI Cabo Verde, S.A., enquanto responsáveis pela preparação, integridade e objetividade das demonstrações financeiras, as quais compreendem o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados, a Demonstração de Rendimento integral, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio, a Demonstração de Fluxos de Caixa e as Notas explicativas correspondentes ao exercício findo a 31 de dezembro de 2022, declaram a conformidade destas informações os quais traduzem uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira do Banco nessa data.

O Banco dispõe de sistemas internos de controlo contabilístico e administrativo para assegurar que os ativos do Banco estejam salvaguardados e que as respetivas operações e transações sejam executadas e escrituradas em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro em vigor.

Declaram, igualmente, que o relatório de gestão expõe de forma fiel a evolução dos negócios, que inclui as carteiras do ativo e do passivo, estando os principais riscos identificados e avaliados convenientemente segundo as normas IFRS 9 e IFRS 16, entre outras.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 auditadas e constantes das páginas seguintes foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 13/02/2023, e vão ser assinadas em seu nome por:

Luís Filipe Rodrigues Lélis

Presidente do Conselho de Administração

Carlos Augusto Bessa Victor Chaves

Presidente da Comissão Executiva

Jorge Manuel da Silva Almeida

Administrador Não Executivo

Manuel Pinto Frederico

Administrador Não Executivo (independente)

Maria da Encarnação Alves da Silva Rocha

Administradora Não Executiva (independente)

Carla Monteiro do Rosário

Administradora Executiva

David Luis Dupret Hopffer Almada

Administrador Executivo

15. Demonstrações Financeiras

A. Demonstrações da posição Financeira dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

Banco BAI Cabo Verde, SA
Balanços em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

					Milhares ECV
Rubricas	Notas	Valor Bruto	Provisões, Imparidade e amortizações	Valor Líquido	Valor Líquido
					dezembro 21
					(reexpresso)
					(Nota 4)
Ativo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	6	3 877 467	-	3 877 467	3 651 813
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7	705 356	-	705 356	285 997
Aplicações em instituições de crédito	8	2 014 035	-	2 014 035	396 115
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	9	344	-	344	344
Ativos financeiros ao custo amortizado	10	7 091 216	73 928	7 017 288	6 843 205
Crédito a clientes	11	11 974 563	557 162	11 417 400	10 483 396
Ativos não correntes detidos para venda	12	189 851	15 094	174 757	147 372
Propriedades de investimento	13	778 586	-	778 586	909 870
Outros ativos tangíveis	14	1 876 376	740 135	1 136 241	1 130 736
Outros ativos intangíveis	14	394 560	177 115	217 445	210 932
Ativos por impostos diferidos	15	46 465	-	46 465	43 090
Outros ativos	16	863 569	45 523	818 046	737 735
Total do ativo		29 812 388	1 608 957	28 203 431	24 840 603
Passivo					
Recursos de bancos centrais	17	2 515 083		2 515 083	1 362 218
Recursos de outras instituições de crédito	18	4 917 253		4 917 253	4 934 371
Recursos de clientes e outros empréstimos	19	16 980 223		16 980 223	14 443 327
Derivados de cobertura	20	-		-	2 805
Provisões	21	1 357		1 357	1 660
Passivos por impostos correntes	15	1 673		1 673	1 554
Outros passivos subordinados	22	643 177		643 177	883 275
Outros passivos	16	267 972		267 972	334 297
Total do passivo		25 326 738	-	25 326 738	21 963 509
Capital					
Capital	23	2 092 385		2 092 385	2 092 385
Prémios de emissão	24	8 750		8 750	8 750
Outros instrumentos de capital	22	530 124		530 124	530 124
(Ações próprias)	25	(20 000)		(20 000)	-
Reservas de reavaliação		(7)		(7)	(7)
Outras reservas e resultados transitados	26	207 492		207 492	137 340
Resultado do exercício		57 949		57 949	108 503
Total do capital próprio		2 876 693	-	2 876 693	2 877 095
Total do passivo e do capital próprio		28 203 431	-	28 203 431	24 840 603

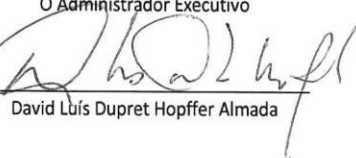
As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

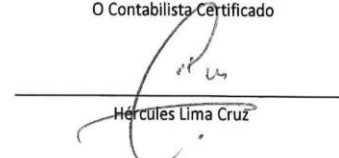
O Presidente Comissão Executiva

O Administrador Executivo

O Contabilista Certificado


Carlos Augusto Bessa Victor Chaves


David Luís Dupret Hopffer Almada


Hércules Lima Cruz

B. Demonstrações de Resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

Banco BAI Cabo Verde, SA

Demonstrações dos Resultados em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

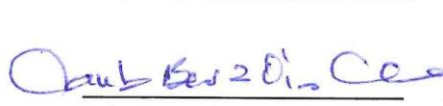
				Milhares ECV
RUBRICAS	Notas	dezembro 22	dezembro 21 (reexpresso) (Nota 4)	
Juros e rendimentos similares	27	1 027 563	1 003 297	
Juros e encargos similares	27	227 216	231 788	
MARGEM FINANCEIRA		800 347	771 509	
Rendimentos de instrumentos de capital		4	-	
Rendimentos de serviços e comissões	28	166 258	119 374	
Encargos com serviços e comissões	28	69 005	39 453	
Resultados de ativos financeiros ao custo amortizado	29	(1 521)	3 631	
Resultados em ativos financeiros ao justo valor através de resultados	30	844	(2 272)	
Resultados de reavaliação cambial	31	730	8 236	
Resultados de alienação de outros ativos	32	(4 291)	(1 804)	
Outros resultados de exploração	33	20 968	25 622	
PRODUTO BANCÁRIO		914 334	884 843	
Custos com pessoal	34	324 781	299 194	
Gastos gerais administrativos	35	302 551	255 093	
Depreciações e amortizações	14	120 317	113 645	
Provisões líquidas de reposições e anulações	21	(303)	(2 852)	
Imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado, líquida de reversões e recuperações	10, 11	27 558	88 087	
Imparidade de outros ativos, líquida de reversões e recuperações	12, 16	24 263	8 086	
Aumentos/reduções de justo valor em ativos não financeiros	13	47 303	4 774	
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		67 864	118 816	
Impostos sobre os resultados				
Correntes	36	(13 291)	(14 438)	
Diferidos	15	3 376	4 124	
RESULTADO DO EXERCÍCIO		57 949	108 503	


As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

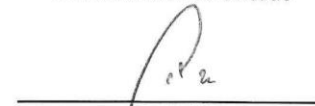
O Presidente Comissão Executiva

O Administrador Executivo

O Contabilista Certificado


Carlos Augusto Bessa Victor Chaves


David Luís Dupret Hopffer Almada


Hércules Lima Cruz

C. Demonstração de Rendimento Integral dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

Banco BAI Cabo Verde, SA
Demonstrações do Rendimento Integral em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021


RUBRICAS	Notas	dezembro 22	Milhares ECV
			dezembro 21 (reexpresso) (Nota 4)
Resultado do exercício		57 949	108 503
Reavaliação de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		-	-
Rendimento Integral		57 949	108 503

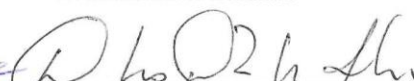
As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

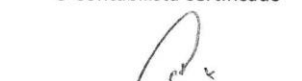
O Presidente Comissão Executiva

O Administrador Executivo

O Contabilista certificado


Carlos Augusto Bessa Victor Chaves


David Luís Dupret Hopffer Almada


Hércules Lima Cruz

C. Demonstrações de Alterações no Capital Próprio dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

Banco BAI Cabo Verde, SA

Demonstrações das Alterações no Capital Próprio em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

Milhares ECV

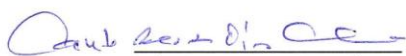
	Notas	Capital social	Prémios de emissão	Outros instrumentos de capital	Ações próprias	Reservas de justo valor	Outras reservas e resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldo em 31 de dezembro de 2020		1 430 795	8 750	-	0	-7	106 303	31 037	1 576 878
Outros movimentos registados directamente no capital próprio									
Outras operações com detentores de capital	22			530 124					530 124
Outros movimentos									
Realização de capital	23	661 590						108 503	661 590
Resultado líquido do exercício								108 503	108 503
Resultados transitados							31 037	(31 037)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2021 (Reexpresso)		2 092 385	8 750	530 124	-	(7)	137 340	108 503	2 877 095
Outros movimentos registados directamente no capital próprio									
Outras operações com detentores de capital					(20 000)				(20 000)
Outros movimentos									
Realização de capital								57 949	-
Resultado líquido do exercício								57 949	57 949
Didendos distribuídos							(38 351)		(38 351)
Resultados transitados							108 503	(108 503)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		2 092 385	8 750	530 124	(20 000)	(7)	207 492	57 949	2 876 693

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Presidente Comissão Executiva

O Administrador Executivo

O Contabilista certificado


Carlos Augusto Bessa Victor Chaves


David Luís Dupret Hopffer Almada


Hércules Lima Cruz

E. Demonstrações dos Fluxos de Caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

Banco BAI Cabo Verde, SA Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

Milhares ECV

RUBRICAS	Notas	dezembro 22	dezembro 21
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Fluxo de caixa proveniente de atividades operacionais			
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos		1 352 496	1 063 260
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos		(255 711)	(193 975)
Outros pagamentos e recebimentos operacionais		18 391	(14 835)
Pagamentos a empregados e fornecedores		(645 478)	(583 501)
Pagamentos de impostos sobre o rendimento		(13 173)	(15 340)
(Aumentos) / Diminuições de activos operacionais			
Investimentos ao custo amortizado		(182 461)	(655 915)
Aplicações em instituições de crédito		(1 617 619)	1 694 669
Créditos sobre clientes		(1 159 422)	(750 375)
Outros ativos		(152 694)	171 099
Aumentos / (Diminuições) de passivos operacionais			
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito		1 120 699	(46 055)
Recursos de clientes e outros empréstimos		2 545 038	221 060
Outros passivos		16 683	2 244
Caixa líquida das actividades operacionais		1 026 749	892 337
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de activos intangíveis		(46 232)	(17 775)
Aquisição de activos tangíveis		9 849	(1 366 756)
Receitas de venda de activos tangíveis		-	-
Caixa líquida das actividades de investimento		(36 383)	(1 384 531)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Titulos de dívida subordinada	22	(250 000)	661 590
Realização de capital	23	-	661 590
Juros e gastos similares		(41 432)	(49 920)
Dividendos distribuídos		(38 351)	-
Pagamentos de passivos de locação		(16 703)	(32 546)
Caixa líquida das actividades de financiamento		(346 485)	1 240 714
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	6, 7	3 937 810	3 178 839
Efeitos de diferenças de câmbio em Caixa e seus equivalentes		1 133	10 451
Variação líquido de Caixa e equivalentes de caixa		643 881	748 520
Caixa e Equivalentes de caixa no final do período		4 582 823	3 937 810

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.


O Presidente Comissão Executiva

O Administrador Executivo

O Contabilista Certificado


Carlos Augusto Bessa Victor Chaves


David Luís Dupret Hopffer Almada


Hércules Lima Cruz

16. Proposta de Aplicação e Distribuição de Resultados

No exercício de 2022, o Banco BAI Cabo verde, SA apurou um Resultado Líquido no montante de **CVE 57.949.303 (cinquenta e sete milhões, novecentos e quarenta e nove mil e trezentos e três escudos cabo-verdianos).**

Cumprindo as disposições legais e estatutárias emanadas no artigo 26º do Estatuto do Banco, o Conselho de Administração propõe a seguinte distribuição de resultados:

	<i>CVE</i>
Reserva Legal (10,0%)	5 794 930
Reservas de Estabilização de dividendos (8,0%)	4 635 944
Distribuição de Dividendos (30,0%)	17 384 791
Reservas Livres (17,5%)	10 133 637
Reservas para Ações Próprias (34,5%)	20 000 000
Total	57 949 303

17. Notas às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Montantes expressos em mCVE)

NOTA 1 – NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco BAI Cabo Verde, S.A. (BAICV ou Banco) é uma instituição de crédito de capitais privados, constituída sob a forma de sociedade anónima por escritura pública em 31 de março de 2008, com o NIF 254746420, registada na Conservatória do Registo Predial, Comercial e Automóvel da Praia com o n.º 2728, registada no Banco de Cabo Verde com o n.º 01/2008, tendo iniciado a sua atividade em 21 de outubro de 2008.

A sede do Banco está localizada no edifício BAI Center, Avenida Cidade de Lisboa, Chã D’Areia, na cidade da Praia.

Com um capital social de mCVE 2.092.385 (dois mil e noventa e dois milhões, trezentos oitenta e cinco milhares de escudos cabo-verdianos), totalmente realizado, o Banco tem como principais acionistas o Banco Angolano de Investimentos, S.A. e a Sonangol Cabo Verde - Sociedade de Investimentos, S.A.

O BAICV apresenta-se como um banco universal, podendo praticar todas as operações bancárias e financeiras permitidas por lei. Entretanto, o Banco tem como estratégia o desenvolvimento de atividade de banca de empresas, *Project finance*, banca de investimentos e *private banking* bem como uma forte aposta no segmento de particulares residentes, não residentes e emigrantes.

As Demonstrações Financeiras reportam-se ao BAICV enquanto instituição individual e encontram-se expressas em milhares de Escudos Cabo-verdianos (mCVE).

O exercício de 2022 ficou marcado por perturbações a nível internacional decorrente da invasão da Ucrânia pela Rússia, situação que veio alterar os cenários macroeconómicos e financeiros das economias dos países à escala global, e especificamente as da Zona Euro, introduzindo graus elevados de imprevisibilidade. A atividade económica global desacelerou-se, contrariando as expectativas de recuperação no pós-covid, impondo instabilidade nas condições financeiras e aumento no custo de vida, em consequência de espirais inflacionários sem precedentes na história económica recente.

As pressões inflacionistas já se vinham acumulando desde 2021, impulsionados por desequilíbrios tanto pelo lado da procura como da oferta, com disrupções nas cadeias de abastecimento e escassez de matérias primas que geraram atrasos na produção e consequente rutura de stocks, no primeiro caso, e aumento da procura para consumo após o levantamento das medidas para contenção da COVID-19, no segundo. Porém, a eclosão do conflito militar na Ucrânia em fevereiro de 2022 ampliou essas pressões com forte especulação sobre o preço do petróleo e das *commodities* e, dado o efeito das sanções impostas pelos países ocidentais à Rússia, as tensões geopolíticas intensificaram-se ainda mais.

A estabilidade economia global depende, em grande medida do curso do conflito no leste europeu e das medidas de política monetária que estão a ser implementadas pelos reguladores das principais praças financeiras, bem como a probabilidade de ocorrência de mais problemas do lado da oferta, com estrangulamentos de preços e volumes. Assim, persistem ainda cenários de incertezas nos países da Zona Euro e nos EUA, com os quais a economia cabo-verdiana tem fortes relações de interdependência.

NOTA 2 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E COMPARABILIDADE

Estas demonstrações financeiras reportam-se ao período findo a 31 de dezembro de 2022 e, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como determinado pelo Banco de Cabo Verde no seu aviso nº 2/2007. As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras refletem o resultado da operação do Banco para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral. Estas demonstrações financeiras e as notas anexas agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco a 15 de Fevereiro de 2022 e serão submetidas para aprovação da Assembleia-Geral que tem o poder de as alterar. No entanto é convicção do Conselho de Administração do Banco que as mesmas venham a ser aprovadas sem alterações significativas. Todas as referências deste documento a quaisquer normativos reportam sempre à respetiva versão vigente.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as IAS/IFRS requer que o Banco efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se descritas na Nota 2.20.

As políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2022 são consistentes com as seguidas na preparação das demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2021, exceto para a adoção de novas normas aplicáveis em ou após 1 de janeiro de 2022:

Norma / Interpretação	Descrição
Alterações à IFRS 3 – Referências à Estrutura Conceptual para o Relato Financeiro	<p>Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais.</p> <p>É também clarificado o tratamento contabilístico a adotar relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21, incorridos separadamente versus os que foram incluídos numa concentração de atividades empresariais.</p> <p>A alteração é de aplicação prospetiva.</p>
Alterações à IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento	Clarifica o tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. A entidade reconhece os rendimentos obtidos da venda de tais produtos e os custos da sua produção nos resultados.
Alterações à IAS 37 – Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato	Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato.

	<p>Os custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos exceto se forem explicitamente debitados à contraparte de acordo com o contrato.</p> <p>Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo.</p>
Alterações à IFRS 1 – Subsidiária enquanto adotante das IFRS pela primeira vez (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020)	Esta alteração clarifica que, quando uma subsidiária optar pela mensuração dos seus ativos e passivos pelos montantes incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe (assumindo que não ocorreu nenhum ajuste no processo de consolidação), a mensuração das diferenças de transposição acumuladas podem ser efetuadas pelos montantes que seriam registados nas demonstrações financeiras consolidadas, baseado na data de transição da empresa-mãe para as IFRS.
Alterações à IFRS 9 – Desreconhecimento de passivos financeiros – Comissões a incluir no teste dos ‘10 por cento’ de variação (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020)	Esta alteração vem clarificar quais as comissões que uma entidade deve incluir ao avaliar se os termos de um passivo financeiro são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Assim no âmbito dos testes de desreconhecimento efetuados aos passivos renegociados, deverão apenas ser incluídas as comissões pagas ou recebidas entre o devedor e o credor, incluindo as comissões pagas ou recebidas pelo devedor ou pelo credor em nome do outro.
Alterações à IAS 41 – Tributação e mensuração do justo valor (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020)	Esta alteração elimina o requisito previsto no parágrafo 22 da IAS 41, de exclusão dos fluxos de caixa relacionados com imposto sobre o rendimento na mensuração de justo valor dos ativos biológicos, assegurando a consistência com os princípios da IFRS 13.
Alterações à IFRS 16 - Locações - Concessões relacionadas com a COVID-19 ao nível das rendas para além de 30 de junho de 2021	<p>Em 28 de maio de 2020, a alteração à IFRS 16 denominada ‘Concessões relacionadas com a COVID-19’ foi emitida, tendo introduzido o seguinte expediente prático: um locatário pode optar por não avaliar se uma concessão de renda relacionada a Covid-19 é uma modificação de locação.</p> <p>Os locatários que optem pela aplicação deste expediente, contabilizam a alteração aos pagamentos das rendas resultantes de uma concessão relacionada com a COVID-19 da mesma forma que contabilizam uma alteração que não seja uma modificação da locação de acordo com a IFRS 16.</p> <p>Inicialmente, o expediente prático aplicava-se a pagamentos originalmente devidos até 30 de junho de 2021, no entanto, devido ao prolongamento do impacto da pandemia, em 31 de março de 2021, o mesmo foi alargado para pagamentos originalmente devidos até 30 de junho de 2022. A alteração aplica-se a períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1 de abril de 2021.</p> <p>Em suma, o expediente prático pode ser aplicado desde que estejam cumpridos os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ a alteração nos pagamentos de locação resulta numa retribuição revista para a locação que é substancialmente igual, ou inferior, à retribuição imediatamente anterior à alteração; ▪ qualquer redução dos pagamentos de locação apenas afeta pagamentos devidos em, ou até 30 de junho de 2022; e ▪ não existem alterações significativas a outros termos e condições da locação.

Estas normas e alterações não tiveram impactos materiais nas demonstrações financeiras do BAICV.

As seguintes normas (novas e alterações) foram emitidas pelo IASB com aplicação efetiva em exercícios económicos futuros:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	Descrição
IFRS 17 – Contratos de Seguro	1-jan-2023	A IFRS 17 aplica-se a todos os contratos de seguro (i.e., vida, não vida, seguros diretos e resseguros), independentemente do tipo de entidades que os emite, bem como a algumas garantias e a alguns instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Em termos gerais, IFRS 17 fornece um modelo contabilístico para os contratos de seguro de maior utilidade e mais consistente para os emitentes. Contrastando com os requisitos da IFRS 4, que são baseadas em políticas contabilísticas locais adotadas anteriormente, a IFRS 17 fornece um modelo integral para contratos de seguro, cobrindo todos os aspetos contabilísticos relevantes.
Alterações à IFRS 17 – Contratos de seguro – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – Informação comparativa	1-jan-2023	Esta alteração à IFRS 17 refere-se à apresentação de informação comparativa de ativos financeiros na aplicação inicial da IFRS 17. A emenda adiciona uma opção de transição que permite que uma entidade aplique um 'overlay' na classificação de um ativo financeiro no(s) período(s) comparativo(s) apresentado(s) na aplicação inicial da IFRS 17. O 'overlay' permite que todos os ativos financeiros, incluindo aqueles mantidos em relação a atividades não relacionadas a contratos dentro do âmbito da IFRS 17 ser classificado, instrumento a instrumento, no(s) período(s) comparativo(s) de forma alinhada com a forma como a entidade espera que esses ativos sejam classificados na aplicação inicial da IFRS 9.
Alterações à IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas	1-jan-2023	Estas alterações pretendem auxiliar a entidade na divulgação das políticas contabilísticas 'materiais', anteriormente designadas por políticas 'significativas'. No entanto devido à inexistência deste conceito nas normas IFRS, foi decidido substituir pelo conceito "materialidade", um conceito já conhecido pelos utilizadores das demonstrações financeiras. Ao avaliar a materialidade das políticas contabilísticas, a entidade tem de considerar não só a dimensão das transações como também outros eventos ou condições e a natureza dos mesmos.
Alterações à IAS 8 – Definição de estimativas contabilísticas	1-jan-2023	A alteração vem esclarecer qual a distinção entre alteração de estimativa contabilística, alteração de política contabilística e a correção de erros. Adicionalmente, esclarece de que forma uma entidade usa as técnicas de mensuração e <i>inputs</i> para desenvolver estimativas contabilísticas.
Alterações à IAS 12 – Imposto diferido relacionados com ativos e passivos decorrentes a uma transação única	1-jan-2023	A alteração esclarece que os pagamentos que liquidem um passivo são fiscalmente dedutíveis, contudo trata-se de uma questão de julgamento profissional se tais deduções são atribuíveis ao passivo que está reconhecido nas demonstrações financeiras ou ao ativo relacionado. Isto é importante para determinar se existem diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou do passivo. Assim, a exceção de reconhecimento inicial não é aplicável às transações que originaram diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Apenas é aplicável se o reconhecimento de um leasing ativo e um leasing passivo derem origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis que não sejam iguais.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Descrição
Alterações à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras – Classificação de passivos correntes e não correntes	<p>Esta alteração pretende clarificar a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato.</p> <p>A classificação dos passivos não é afetada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um “<i>covenant</i>”.</p> <p>No entanto, se o direito de adiar a liquidação por pelo menos doze meses estiver sujeito ao cumprimento de determinadas condições após a data de balanço, esses critérios não afetam o direito de diferir a liquidação cuja finalidade seja de classificar um passivo como corrente ou não corrente.</p> <p>Esta alteração inclui ainda uma nova definição de “liquidação” de um passivo e é de aplicação retrospectiva.</p>
Alterações à IFRS 16 - Passivos de locação em transações de venda e relocação	<p>Esta alteração especifica os requisitos relativos à mensuração subsequente de passivos de locação, relacionados com transações de venda e relocação (“<i>sale & leaseback</i>”) que qualificam como “venda” de acordo com os princípios da IFRS 15, com enfoque nos pagamentos de locação de locação variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa.</p> <p>Na mensuração subsequente, os vendedores-locatários deverão determinar os “pagamentos de locação” e “pagamentos de locação revistos”</p> <p> Ao mensurar subsequentemente os passivos de locação, os vendedores-locatários deverão determinar os “pagamentos de locação” e “pagamentos de locação revistos” de forma a que não reconheça qualquer ganho ou perda relacionado com o direito de uso retido. A aplicação desses requisitos não impede que o vendedor-locatário reconheça, na demonstração dos resultados, qualquer ganho ou perda relacionado à “venda” parcial ou total, conforme exigido pelo parágrafo 46(a) da IFRS 16.</p> <p>Esta alteração é de aplicação retrospectiva.</p>

Estas normas não foram ainda adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo BAICV no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2022. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adoção.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

2.2. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

2.2.1 CLASSIFICAÇÃO DOS ATIVOS FINANCEIROS

O Banco classifica os seus ativos financeiros numa das seguintes categorias de valorização:

- a) Ativos financeiros ao custo amortizado (aplicações em instituições de crédito, títulos de dívida e crédito a clientes);
- b) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; e
- c) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os requisitos de classificação para instrumentos de dívida e de capital são apresentados como se segue:

Instrumentos de dívida

Instrumentos de dívida são instrumentos que satisfazem a definição de passivo financeiro na perspetiva do emitente, tais como empréstimos, obrigações públicas e privadas.

A classificação e valorização subsequente destes instrumentos nas categorias anteriores é efetuada com base nos dois elementos seguintes:

- o modelo de negócios do Banco para a gestão de ativos financeiros; e
- as características dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros.

Com base nestes elementos, o Banco classifica os seus instrumentos de dívida, para efeitos da sua valorização, em uma das três categorias seguintes:

a) Ativos financeiros ao custo amortizado, quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- é gerido com um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- as condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida.

b) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- é gerida como um modelo de negócio cujo objetivo combina o recebimento de fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros e a sua venda; e
- as condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida.

c) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados, sempre que devido ao modelo de negócio do Banco ou devido às características dos seus fluxos de caixa contratuais, não seja apropriado classificar os ativos financeiros em nenhuma das categorias anteriores.

São igualmente incluídos nesta carteira todos os instrumentos para os quais se cumpra alguma das seguintes características:

- (1) sejam originados ou adquiridos com o objetivo de os transacionar no curto prazo.

- (2) sejam parte de um grupo de instrumentos financeiros identificados e geridos conjuntamente para os quais existem evidências de ações recentes com o objetivo de obter ganhos no curto prazo.
- (3) sejam instrumentos derivados que não cumpram a definição de contrato de garantia financeira nem tenham sido designados como instrumentos de cobertura.

Avaliação do modelo de negócio

O modelo de negócio reflete a forma como o Banco gere os seus ativos numa ótica de geração de fluxos de caixa. Assim, importa perceber se o objetivo do Banco é apenas receber os fluxos de caixa contratuais dos ativos ou se pretende receber os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa resultantes da venda dos ativos. Se nenhuma destas situações é aplicável (exemplo: os ativos financeiros são detidos para negociação), então os ativos financeiros são classificados e reconhecidos ao justo valor através de resultados. Os fatores considerados pelo Banco na identificação do modelo de negócio para um conjunto de ativos incluem a experiência passada no que diz respeito à forma (i) como os fluxos de caixa são recebidos (ii) como o desempenho dos ativos é avaliado e reportado à administração (iii) como os riscos são avaliados e geridos (iv) como os administradores são remunerados.

A avaliação do modelo de negócio não depende das intenções para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras. As vendas pouco frequentes ou pouco significativas, ou próximas do vencimento do ativo e as motivadas por aumento do risco de crédito dos ativos financeiros ou para gerir o risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de deter ativos para receber fluxos de caixa contratuais.

Avaliação SPPI

Quando o modelo de negócio passa por deter ativos com o intuito de (i) receber os fluxos de caixa contratuais ou (ii) receber os fluxos de caixa contratuais e vender estes ativos, o Banco avalia se os fluxos de caixa do instrumento financeiro correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida (o teste *“solely payments of principal and interest”*, “SPPI”). Nesta avaliação, o Banco considera se os fluxos de caixa contratuais são consistentes com um contrato de empréstimo básico, ou seja, o juro inclui apenas considerações relativas ao valor temporal do dinheiro, risco de crédito, outros riscos normais de crédito e uma margem de lucro que é consistente com um contrato de crédito básico. Quando os termos contratados introduzem exposição ao risco ou variabilidade dos fluxos de caixa que são inconsistentes com um simples contrato de empréstimo, o instrumento financeiro é classificado e mensurado ao justo valor através de resultados.

Os ativos financeiros com derivados embutidos são considerados na sua totalidade, aquando da determinação se os fluxos de caixa correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida (teste “SPPI”).

Se um ativo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortização antecipada ou extensão da duração), o Banco determina se os fluxos de caixa que serão gerados durante o período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

No caso de um ativo financeiro contemplar um ajuste periódico da taxa de juro, mas a frequência desse ajuste não coincidir com o prazo da taxa de juro de referência (por exemplo, a taxa de juro é ajustada a cada três meses), o Banco avalia, no momento do reconhecimento inicial, essa incoerência na componente dos juros para determinar se os fluxos de caixa contratuais representam apenas pagamentos de capital e juro sobre o valor do capital em dívida.

As condições contratuais que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito mínimo sobre os fluxos de caixa ou dependam da ocorrência de eventos excecionais ou altamente improváveis (como a liquidação por parte do emissor) não impedem a sua classificação nas carteiras ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral.

Instrumentos de capital

Instrumentos de capital são instrumentos que satisfazem a definição de capital na perspetiva do emitente, isto é, são instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagamento e que evidenciam um interesse residual no ativo líquido do emissor. Um exemplo de instrumentos de capital próprio são as ações ordinárias.

Os investimentos em instrumentos de capital são uma exceção aos critérios gerais de valorização descritos acima. Regra geral, o Banco exerce a opção de, no reconhecimento inicial, designar irrevogavelmente na categoria de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, os investimentos em instrumentos de capital que não se classificam como detidos para negociação e que, no caso de não exercer a dita opção, se classificariam como ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados ao justo valor através de resultados. As perdas de imparidade (e reversões de imparidade) não são registadas separadamente de outras alterações de justo valor.

2.2.2 CLASSIFICAÇÃO DOS PASSIVOS FINANCEIROS

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

i. Passivos financeiros ao custo amortizado

Esta categoria inclui os Recursos de bancos centrais, Recursos de outras Instituições de Crédito, Recursos de Clientes e outros empréstimos e Outros Passivos subordinados.

ii. Passivos financeiros detidos para negociação

Esta categoria inclui os instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo, conforme nota 2.2.

iii. Passivos financeiros ao justo valor através de resultados (*Fair Value Option*)

Esta categoria inclui os instrumentos financeiros designados pelo Banco no seu reconhecimento inicial nesta categoria desde que se verifique pelo menos um dos seguintes requisitos:

- os passivos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;

- são contratadas operações de derivados com o objetivo de efetuar a cobertura económica desses ativos ou passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos ativos ou passivos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- os passivos financeiros contêm derivados embutidos.

2.2.3 RECONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO INICIAL DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

No momento do seu reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros são registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. No caso dos instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados, os custos de transação diretamente atribuíveis são reconhecidos imediatamente em resultados.

Os custos de transação são definidos como gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um ativo financeiro, ou à emissão ou assunção de um passivo financeiro, que não teriam sido incorridos se o Banco não tivesse efetuado a transação. Estes incluem, por exemplo, comissões pagas a intermediários (tais como promotores) e despesas de formalização de hipotecas.

Os ativos financeiros são reconhecidos no balanço na data de transação – data em que o Banco se compromete a comprar os ativos, exceto se existir estipulação contratual ou figura legal aplicável que determine que a transferência dos direitos ocorre em data posterior.

No reconhecimento inicial, quando o justo valor de ativos e passivos financeiros difere do preço de transação, a entidade deve reconhecer esta diferença da seguinte forma:

- Quando o justo valor é evidenciado pela cotação num mercado ativo de um ativo ou passivo equivalente (ou seja, inputs de nível 1) ou com base numa técnica de valorização que usa apenas dados de mercado observáveis, a diferença é reconhecida como ganho ou perda; e
- Nos restantes casos, a diferença é diferida e o momento do reconhecimento inicial do ganho ou perda é determinado individualmente. Esta diferença pode então ser:
 - i. amortizada ao longo da vida do instrumento;
 - ii. diferida até que o justo valor do instrumento possa ser determinado usando dados observáveis de mercado; ou
 - iii. reconhecida através da liquidação do ativo ou passivo.

2.2.4 VALORIZAÇÃO SUBSEQUENTE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Após o seu reconhecimento inicial, o Banco valoriza os seus ativos financeiros ao (i) custo amortizado, ao (ii) justo valor através de outro rendimento integral ou (iii) ao justo valor através de resultados.

Os valores a receber de operações comerciais que não possuem uma componente significativa de financiamento e os créditos comerciais e instrumentos de dívida de curto prazo que são inicialmente valorizados pelo preço de transação ou pelo capital em dívida, respetivamente, são valorizados pelo referido valor deduzido de perdas por imparidade.

Imediatamente após o reconhecimento inicial, é também reconhecida uma imparidade para perdas de crédito esperadas (ECL) para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e investimentos em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral, resultando no reconhecimento de uma perda em resultados quando o ativo é originado.

Os passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os quais são registados ao justo valor.

2.2.5 RECEITAS E DESPESAS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As receitas e despesas de instrumentos financeiros ao custo amortizado são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- i. Os juros são registados em resultados nas rubricas “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”, utilizando a taxa de juro efetiva da transação sobre o valor contabilístico bruto da transação (exceto no caso de ativos com imparidade em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade).
- ii. As restantes alterações de valor serão reconhecidas em resultados como receita ou despesa quando o instrumento financeiro for desreconhecido do balanço na rubrica “Resultados de ativos financeiros ao custo amortizado”, quando for reclassificado, e no caso de ativos financeiros, quando ocorrerem perdas por imparidade ou ganhos por recuperação, as quais são registadas na rubrica de “Imparidade de créditos, líquida de reversões e recuperações”, no caso de crédito a clientes ou na rubrica “Imparidade de outros ativos, líquida de reversões e recuperações” no caso de outros ativos.

A taxa de juro efetiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efetiva, o Banco procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios ou descontos diretamente relacionados com a transação, exceto para ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

As receitas e despesas de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- i. As variações no justo valor são registadas em resultados na rubrica “Resultados de ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados”.

ii.Os juros relativos a instrumentos de dívida são registados em resultados nas rubricas “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”.

iii.Os dividendos relativos a instrumentos de capital são registados em resultados na rubrica “Rendimentos de instrumentos de capital”.

As receitas e despesas de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

i.Os juros nas rubricas, quando aplicável, os dividendos são reconhecidos em resultados “Juros e rendimentos similares” e “Rendimentos de instrumentos de capital”, respetivamente. Para os juros o procedimento é igual ao dos ativos ao custo amortizado.

ii.As diferenças cambiais são reconhecidas em resultados na rubrica “Resultados de reavaliação cambial”.

iii.No caso dos instrumentos de dívida, as perdas por imparidade ou ganhos na sua recuperação são reconhecidas em resultados na rubrica de “Imparidade para outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações”.

iv.As restantes variações de valor são reconhecidas em outro rendimento integral.

Assim, quando um instrumento de dívida é mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral, os valores reconhecidos no resultado do exercício são os mesmos que os que seriam reconhecidos se mensurados pelo custo amortizado.

Quando um instrumento de dívida valorizado ao justo valor através de outro rendimento integral é desreconhecido do balanço, o ganho ou perda registado em outro rendimento integral é reclassificado para o resultado do período. Por outro lado, quando um instrumento de capital valorizado ao justo valor através de outro rendimento integral é desreconhecido do balanço, o ganho ou perda registado em outro rendimento integral não é reclassificado para a conta de ganhos e perdas, mantendo-se numa rubrica de reservas.

2.2.6 RECLASSIFICAÇÃO ENTRE CATEGORIAS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Somente se o Banco decidisse mudar o seu modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros, reclassificaria todos os ativos financeiros afetados de acordo com os requisitos da IFRS 9. Esta reclassificação seria feita de forma prospetiva a partir da data de reclassificação. De acordo com a IFRS 9, é expectável que as mudanças no modelo de negócio ocorram com pouca frequência. Os passivos financeiros não podem ser reclassificados entre carteiras.

2.2.7 JUSTO VALOR

Para apresentação do justo valor dos instrumentos financeiros, são classificados com base em uma hierarquia de técnicas de avaliação, conforme resumido a seguir:

i. Instrumentos financeiros de nível 1 - aqueles em que os dados usados na avaliação são preços cotados não ajustados de mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais o Banco tem acesso na data de mensuração. O Banco considera os mercados como ativos apenas se houver atividades comerciais suficientes no que diz respeito ao volume e liquidez dos ativos ou passivos idênticos e quando houver preço vinculativo e exercível cotações disponíveis na data do balanço.

ii. Instrumentos financeiros de nível 2 - aqueles onde os dados que são usados para avaliação e são significativos, são derivados de dados de mercado observáveis direta ou indiretamente disponíveis durante todo o período de vida do instrumento. Essas entradas incluem preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos, cotados, e preços para instrumentos idênticos em mercados inativos e insumos observáveis, exceto preços cotados, tais como taxas de juros e curvas de rendimento, volatilidades implícitas e spreads de crédito. Além disso, os ajustes podem ser necessários para a condição ou localização do ativo ou até que ponto se relaciona com os itens que são comparáveis ao instrumento avaliado. No entanto, se esses ajustes forem baseados em entradas não observáveis que sejam significativos para toda a medição, o Banco classificará os instrumentos como Nível 3.

iii. Instrumentos financeiros de nível 3 - aqueles que incluem uma ou mais informações não observáveis que são significativas para a medição como um todo.

O Banco revisa periodicamente suas técnicas de avaliação, incluindo as metodologias e o modelo adotando calibrações necessárias.

Os detalhes são apresentados na Nota 4 - Justo Valor de Ativos e Passivos Financeiros.

2.2.8 MODIFICAÇÃO DE CRÉDITOS

Ocasionalmente o Banco renegoceia ou modifica os fluxos de caixa contratuais de créditos a clientes. Nesta situação, o Banco avalia se os novos termos do contrato são substancialmente diferentes dos termos originais. O Banco faz esta análise considerando, entre outros, os seguintes fatores:

- Se o devedor está em dificuldades financeiras, se a modificação apenas reduz os fluxos de caixa contratuais para um montante que é expectável que o devedor consiga pagar;
- Se foi introduzido algum novo termo significativo, tal como a participação nos resultados ou “*equity-based return*”, que afete substancialmente o risco do crédito;
- Extensão significativa da maturidade do contrato quando o devedor não está em dificuldades financeiras;
- Alteração significativa da taxa de juro;
- Alteração da moeda em que o crédito foi contratado; e
- Inclusão de um colateral, uma garantia ou outra melhoria associada ao crédito, que afete significativamente o risco de crédito associado ao empréstimo.

Se os termos do contrato forem significativamente diferentes, o Banco desreconhece o ativo financeiro original e reconhece o novo ativo ao justo valor, calculando a sua nova taxa de juro efetiva. A data de renegociação é considerada a data de reconhecimento inicial para efeitos do cálculo de imparidade, incluindo para o propósito

de aferir se ocorreu um aumento significativo do risco de crédito. No entanto, o Banco também avalia se o novo ativo financeiro reconhecido está em imparidade no reconhecimento inicial, especialmente quando a renegociação está relacionada com o facto do devedor não ter efetuado os pagamentos originalmente acordados. As diferenças no montante contabilístico são reconhecidas em resultados, como um ganho ou perda de desreconhecimento.

Se os termos do contrato não forem significativamente diferentes, a renegociação ou modificação não resulta em desreconhecimento e o Banco recalcula o montante contabilístico bruto com base nos fluxos de caixa revistos do ativo financeiro e reconhece um ganho ou perda desta modificação em resultados. O novo montante contabilístico bruto é recalculado descontando os fluxos de caixa modificados à taxa de juro efetiva original (ou taxa de juro efetiva ajustada para ativos financeiros em imparidade, originados ou adquiridos).

Após a modificação, o Banco pode determinar que o risco de crédito melhorou significativamente e que os ativos passaram de *stage 3* para *stage 2* (ECL *Lifetime*) ou de *stage 2* para *stage 1* (ECL 12 meses). Sendo que esta situação apenas pode ocorrer quando o desempenho do ativo modificado estiver de acordo com os novos termos do contrato durante um período de seis meses consecutivos.

Adicionalmente, o Banco continua a monitorizar se houve um aumento significativo do risco de crédito destes ativos, aplicando modelos específicos para ativos modificados.

2.2.9 DESRECONHECIMENTO QUE NÃO RESULTE DE UMA MODIFICAÇÃO

Os ativos financeiros concedidos são desreconhecidos quando os fluxos de caixa que lhes estão associados se extinguem, são cobrados ou alienados a terceiros e o (i) Banco transfere substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção do ativo ou (ii) o Banco nem transfere nem detém substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção do ativo e não detém controlo sobre o ativo. Os ganhos e perdas obtidos na alienação de créditos a Clientes a título definitivo são registados em Outros resultados de exploração. Estes ganhos ou perdas correspondem à diferença entre o valor de venda fixado e o valor contabilístico desses ativos, líquido de perdas de imparidade.

O Banco participa em transações em que detém o direito contratual de receber fluxos de caixa de ativos, mas assume uma obrigação contratual de pagar esses fluxos de caixa a outras entidades e transfere substancialmente todos os riscos e benefícios. Estas transações resultam no desreconhecimento do ativo se o Banco:

- Não tiver qualquer obrigação de efetuar pagamentos, a não ser que receba montantes equivalentes dos ativos;
- Estiver proibido de vender ou penhorar os ativos; e
- Tiver a obrigação de remeter qualquer fluxo de caixa que receba dos ativos sem atrasos materiais.

As garantias concedidas pelo Banco (ações e obrigações) através de acordos de recompra e operações de concessão e de contração de empréstimos de valores mobiliários não são desreconhecidas, porque o Banco detém substancialmente todos os riscos e benefícios com base no preço de recompra pré-estabelecido, não se observando assim os critérios de desreconhecimento.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação subjacente é liquidada, expira ou é cancelada.

2.2.10 POLÍTICA DE ABATES

O Banco procede ao abate de ativos financeiros, em parte ou na sua totalidade, no momento em que conclui não haver qualquer expectativa razoável de recebimento, conduzindo a um cenário extremo de imparidade total. Os indicadores que demonstram não haver qualquer expectativa razoável de recebimento são (i) o encerramento de atividade e (ii) os casos em que a recuperação depende do recebimento de um colateral, mas em que o valor do colateral é tão reduzido que não existe uma expectativa razoável de recuperar o ativo na totalidade.

As regras implementadas para a seleção dos créditos que poderão ser alvo de abate ao ativo são as seguintes:

- Os créditos não podem ter uma garantia real associada;
- Os créditos têm de estar totalmente fechados (registados em crédito vencido na sua totalidade e sem dívida vincenda);
- Os créditos não podem ter a marca de créditos renegociados vencidos, ou estarem envolvidos no âmbito de um acordo de pagamento ativo.

2.2.11 IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS

As perdas por imparidade são reconhecidas para todos os ativos financeiros, exceto para os ativos classificados ou designados ao justo valor através de resultados e os instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral. Os ativos sujeitos as avaliações de imparidade incluem os pertencentes à carteira de crédito a clientes, instrumentos de dívida e aplicações e depósitos em outras instituições de crédito. As perdas por imparidade são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num exercício posterior.

Os itens extrapatrimoniais como as garantias financeiras e os compromissos de crédito não utilizados, são igualmente sujeitos a avaliação de imparidade.

A mensuração de imparidade a cada data de reporte é efetuada de acordo com o modelo de três estágios de perdas de crédito esperadas:

Stage 1 – A partir do reconhecimento inicial e até ao momento em que se verifique um aumento significativo de risco de crédito, é reconhecida imparidade no montante das perdas de crédito esperadas caso o incumprimento ocorra nos 12 meses seguintes à data de reporte.

Stage 2 – Após o aumento significativo de risco de crédito face à data de reconhecimento inicial do ativo financeiro, é reconhecida imparidade no montante das perdas de crédito esperadas para a período remanescente do ativo financeiro.

Stage 3 – Para os ativos financeiros considerados em imparidade de crédito, é reconhecida imparidade no montante das perdas de crédito esperadas para a período remanescente do ativo financeiro.

As perdas por imparidade são uma estimativa, ponderada pela probabilidade, das reduções no valor dos fluxos de caixa resultantes do incumprimento ao longo do horizonte relevante. Para os compromissos de crédito, as estimativas de perdas de crédito esperadas consideram uma parte do limite que é expectável ser utilizada no

decorrer do período relevante. Para as garantias financeiras, as estimativas de perda de crédito são baseadas nos pagamentos expectáveis de acordo com o contrato de garantia.

Os aumentos e diminuições no montante de perdas de imparidade atribuíveis a aquisições e novas originações, desreconhecimento ou maturidade, e as remensurações devido a alterações na expectativa de perda ou a transferência entre estágios são reconhecidas em resultados.

As perdas por imparidade representam uma estimativa não enviesada das perdas de créditos esperadas nos ativos financeiros à data de balanço. É considerado julgamento na definição de pressupostos e estimativas no cálculo de imparidade, as quais podem resultar em alterações no montante de provisão para perdas por imparidade de período para período.

Mensuração de perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas têm por base um conjunto de possíveis resultados e consideram toda a informação razoável e suportável disponível incluindo a experiência histórica de perdas de crédito e expectativas sobre fluxos de caixa futuros. A mensuração de perdas de crédito esperadas é, primariamente, o produto da probabilidade de *default* (PD) do instrumento, *loss given default* (LGD) e a *exposure at default* (EAD) descontado para a data de reporte. A principal diferença entre as perdas de crédito esperadas no *stage 1* e *stage 2* é o horizonte de cálculo.

A estimativa de perdas de crédito esperadas é obtida para cada exposição específica, sendo os parâmetros relevantes modelizados numa base coletiva considerando um nível de segmentação da carteira que reflita a forma como o Banco gere os seus riscos. As abordagens foram desenhadas para maximizar a utilização de informação disponível que seja fiável e suportável para cada segmento e que tenha uma natureza coletiva.

As perdas de crédito esperadas são descontadas para a data de reporte usando a taxa de juro efetiva.

Avaliação de aumento significativo de risco de crédito (SICR)

A identificação do aumento significativo de risco de crédito requiere julgamentos significativos. Os movimentos entre o *stage 1* e o *stage 2* tem por base, sempre que possível, a comparação do risco de crédito do instrumento à data de reporte com o risco de crédito no momento da origemação. A avaliação é geralmente efetuada ao nível do instrumento podendo, no entanto, considerar informação ao nível do devedor.

Esta avaliação é efetuada a cada data de reporte tendo por base um conjunto de indicadores de natureza qualitativa e/ou de natureza quantitativa não-estatística. Os instrumentos que apresentem atraso superior a 30 dias são genericamente considerados como tendo verificado um aumento significativo de risco de crédito.

Definição de *default* (incumprimento)

A definição de *default* foi desenvolvida tendo em consideração os processos de gestão de risco, nomeadamente na componente de recuperação de crédito, assim como as melhores práticas internacionais neste domínio. A definição de *default* pode diferir entre segmentos e considera quer fatores qualitativos quer fatores quantitativos. Os critérios de *default* são aplicados ao nível da operação nos clientes particulares e ao nível do devedor nos clientes empresa. O *default* ocorrerá quando se verificarem mais de 90 dias de atraso e/ou quando se considere menos provável que o devedor cumprirá com as suas obrigações de forma integral, por exemplo

pela existência de capital abatido ou de múltiplas reestruturações de operações de crédito. A definição de *default* é aplicada de forma consistente de período para período.

Análise coletiva

Os empréstimos que são avaliados coletivamente são agrupados tendo por base características de risco semelhantes, tendo em conta o tipo de cliente, o setor, o tipo de produto, o colateral existente, o estado de atraso e outros fatores relevantes. A imparidade coletiva reflete: (i) o valor esperado de capital e juros que não será recuperado, e (ii) o impacto de atrasos na recuperação de capital e juros (valor temporal do dinheiro). Os parâmetros de risco apurados têm por base a experiência de perda histórica em operações comparáveis com características similares de risco de crédito, ajustadas para a situação económica atual e as expetativas futuras. O valor temporal do dinheiro é incorporado diretamente no cálculo da imparidade de cada operação.

Análise individual

A avaliação da existência de perdas por imparidade em termos individuais é determinada através de uma análise da exposição total de crédito caso a caso. Para cada crédito considerado individualmente significativo, o Banco avalia, em cada data de balanço, a existência de evidência objetiva de imparidade.

O montante global de exposição de cada cliente/grupo económico não considera a aplicação de fatores de conversão para as exposições extrapatrimoniais.

Na determinação das perdas por imparidade, em termos individuais, são considerados os seguintes fatores:

- i. a exposição total de cada cliente junto do Banco e a existência de crédito vencido;
- ii. a viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios suficientes para fazer face ao serviço da dívida no futuro;
- iii. a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais associados a cada crédito;
- iv. o património do cliente em situações de liquidação ou falência;
- v. a existência de credores privilegiados;
- vi. o endividamento do cliente com o sector financeiro;
- vii. a montante e os prazos de recuperação estimados; e
- viii. outros fatores.

As perdas por imparidade são calculadas através da comparação do valor atual dos fluxos de caixa futuros esperados descontados à taxa de juro efetiva original de cada contrato e o valor contabilístico de cada crédito, sendo as perdas registadas por contrapartida de resultados. O valor contabilístico dos créditos com imparidade é apresentado no balanço líquido das perdas por imparidade. Para os créditos com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de juro efetiva anual, aplicável no período em que foi determinada a imparidade.

2.3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Os Instrumentos financeiros derivados são registados ao justo valor, na data em que o Banco negocia os contratos e são subsequentemente reavaliados ao justo valor. O justo valor é obtido através de preços de mercados cotados em mercados ativos, incluindo transações de mercado recentes, e modelos de avaliação, nomeadamente modelos de fluxos de caixa descontados.

Os derivados são considerados como ativos no balanço, quando o seu justo valor é positivo e como passivos quando o seu justo valor é negativo, e com ganhos e perdas reconhecidos em resultados do exercício.

Certos derivados embutidos em outros instrumentos financeiros, como seja a indexação da rendibilidade de instrumentos de dívida ao valor das ações ou índices de ações, são bifurcados e tratados como derivados separados, quando o seu risco e características económicas não sejam íntima e claramente relacionadas com os do contrato hospedeiro e este não for mensurado ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Estes derivados embutidos são mensurados ao justo valor, com as variações subsequentes reconhecidas na demonstração dos resultados.

Os derivados são também registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor teórico (valor nominal).

2.4. ATIVOS E PASSIVOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema "*multi-currency*", sendo cada operação registada exclusivamente em função das respetivas moedas.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para escudos à taxa de câmbio em vigor na data do relatório. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As conversões ou os valores em moeda estrangeira, são convertidos para ECV e as diferenças cambiais são reconhecidas em resultados.

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são imediatamente registadas na posição cambial.

Sempre que estas operações conduzam a variações dos saldos líquidos das diferentes moedas, há lugar à movimentação das contas de posição cambial, à vista ou a prazo, cujo conteúdo e critério de reavaliação são como segue:

A) POSIÇÃO CAMBIAL À VISTA

A posição cambial à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido dos ativos e passivos dessa moeda, excluindo a posição cambial à vista coberta por operações a prazo de permuta de divisas e adicionando os montantes das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base nos câmbios indicativos do dia divulgados pelo

Banco de Cabo Verde, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda nacional), por contrapartida de custos ou proveitos.

B) POSIÇÃO CAMBIAL A PRAZO

A posição cambial a prazo em cada moeda é dada pelo saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação e que não estejam a cobrir a posição cambial à vista, com exclusão das que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes.

Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro das respetivas moedas para o prazo residual de cada operação. As diferenças entre os contravalores em escudos às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores em escudos às taxas contratadas representam o custo ou o proveito da reavaliação da posição cambial a prazo, sendo registadas numa conta de reavaliação da posição cambial por contrapartida de contas de custos ou proveitos.

2.5. RECONHECIMENTO DE DIVIDENDOS

Os dividendos (rendimento de instrumentos de capital) são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao seu recebimento.

2.6. RECONHECIMENTO DE RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos em geral, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, da seguinte forma:

- i. Rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um ato significativo são reconhecidos em resultados quando o ato significativo tiver sido concluído;
- ii. Rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos no período a que se referem; e
- iii. Rendimentos de serviços e comissões que são considerados uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

2.7. ATIVOS INTANGÍVEIS

O Banco regista nesta rubrica, essencialmente, custos de aquisição de sistemas informáticos, quando o impacto esperado se repercute para além do exercício em que o custo é incorrido.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição e amortizados pelo método das quotas constantes e por duodécimos, ao longo do período de vida útil esperada, que em geral corresponde a um período entre três (3) anos e dez (10) anos.

Os custos de manutenção de *software* são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.8. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Encontram-se nesta rubrica os ativos tangíveis utilizados pelo Banco para o desenvolvimento da sua atividade e encontram-se registados ao custo de aquisição, incluindo despesas que lhes são diretamente atribuíveis, deduzidos de amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

As amortizações dos ativos tangíveis e intangíveis, são calculadas segundo o método das quotas constantes, ao longo do período de vida útil estimado do bem, correspondendo ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso:

	Anos de vida útil
Edifícios	30 - 40
Obras em edifícios arrendados	10 - 20
Mobiliário e Material	8 - 12
Máquinas e Ferramentas	4 - 6
Equipamento Informático	4 - 5
Instalações Interiores	8
Material de Transporte	8
Material de Segurança	10
Outros equipamentos	10
Activos intangíveis	3 – 10

Os custos subsequentes com ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultem benefícios económicos futuros para o Banco. Todas as despesas de manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Estes ativos são sujeitos a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor de balanço excede o seu valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é o maior de entre o valor de mercado do ativo deduzido de custos de venda e o seu valor de uso.

Na data do desreconhecimento de um ativo tangível, o ganho ou perda calculado pela diferença entre o justo valor deduzido dos custos de venda e o valor líquido contabilístico é reconhecido em resultados na rubrica de Resultados de alienação de outros ativos.

2.9. LOCAÇÃO (IFRS 16)

A contabilização de um contrato de locação é efetuada pela aplicação da norma IFRS 16. Esta norma estabelece os requisitos relativamente ao âmbito, classificação/reconhecimento e mensuração de locações:

- na ótica do locador, as locações são classificadas como locações financeiras ou locações operacionais;
- na ótica do locatário, a norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação que resulta no reconhecimento de um ativo sob direito de uso e de um passivo da locação para todos os contratos de locação à exceção das locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor reduzido em que o locatário poderá optar pela isenção de reconhecimento prevista na IFRS 16, sendo que, nesse caso, deverá reconhecer os pagamentos de locação associados a esses contratos como gastos.

O Banco optou por não aplicar esta norma aos contratos de locação a curto prazo, menor ou igual a um ano e aos contratos de locação em que o ativo subjacente tenha pouco valor.

Definição de locação

A nova definição de locação acarreta um enfoque no controlo do ativo identificado, ou seja, um contrato constitui ou contém uma locação se transmitir o direito de controlar a utilização de um ativo identificado, ou seja, obtendo substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do mesmo e o direito de orientar o uso desse ativo identificado, durante um certo período de tempo em troca de uma retribuição.

Na ótica do locatário

O BAICV reconhece para todas as locações, com exceção das locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor unitário reduzido:

- (i) um ativo sob direito de uso, inicialmente mensurado ao custo, tendo em conta o *Net Present Value* (NPV) do passivo da locação, acrescido de pagamentos efetuados (fixos e/ou variáveis) deduzidos de incentivos à locação recebidos, penalidades por término (se razoavelmente certas), bem como eventuais estimativas de custo a serem suportadas pelo locatário com o desmantelamento e remoção do ativo subjacente e/ou com a restauração do local onde este está localizado. Subsequentemente é mensurado de acordo com o modelo do custo (sujeito a depreciações/amortizações de acordo com o prazo de locação de cada contrato e a testes de imparidade);
- (ii) um passivo da locação, registado inicialmente pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros da locação (NPV), o que inclui:
- (iii) pagamentos fixos, deduzidos os incentivos à locação a receber;
- (iv) pagamentos de locação variáveis que dependam de um índice ou taxa, mensurados inicialmente e utilizando o índice ou a taxa à data de início do contrato;
- (v) as quantias que deverão ser pagas pelo locatário a título de garantias de valor residual;
- (vi) o preço do exercício de uma opção de compra, se o locatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção;
- (vii) pagamentos de sanções por rescisão da locação, se o prazo da locação refletir o exercício de uma opção de rescisão da locação pelo locatário.

Dado que não é possível determinar facilmente a taxa de juro implícita na locação (parágrafo 26 da IFRS 16), os pagamentos da locação são descontados segundo a taxa de juro incremental de financiamento do locatário. Para os contratos com termo é considerada essa data como data fim da locação, para os outros contratos sem termo é avaliado o prazo no qual o mesmo terá força executória. Na avaliação da força executória são consideradas as cláusulas particulares dos contratos bem como a legislação vigente relativamente ao Arrendamento Urbano.

Subsequentemente é mensurado da seguinte forma:

- (i) pelo aumento da sua quantia escriturada de forma a refletir os juros sobre o mesmo;
- (ii) pela diminuição da sua quantia escriturada de forma a refletir os pagamentos de locação;
- (iii) a quantia escriturada é remensurada de forma a refletir quaisquer reavaliações ou alterações da locação, bem como para incorporar a revisão de pagamentos de locação fixos em substância e a revisão do prazo da locação.

O Banco reavalia um passivo de locação, e calcula o respetivo ajustamento relacionado ao ativo sob direito de uso sempre que:

- (i) houver uma alteração do prazo da locação, ou na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente, o passivo de locação é remensurado, descontando os pagamentos de locação revistos e utilizando uma taxa de desconto também revista;
- (ii) houver uma alteração dos montantes a pagar ao abrigo de uma garantia de valor residual, ou dos pagamentos futuros de locação resultantes da alteração de um índice ou taxa utilizados para determinar esses pagamentos, o passivo de locação é remensurado, descontando os pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto inalterada (a menos que a alteração dos pagamentos de locação resulte de uma alteração das taxas de juro variáveis, nesse caso deverá ser utilizada uma taxa de desconto revista);
- (iii) um contrato de locação é alterado, mas essa alteração à locação não é contabilizada como uma locação distinta, o passivo de locação é remensurado, descontando os pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto revista.

O BAICV não efetuou quaisquer ajustamentos para os períodos apresentados.

Os ativos sob direito de uso são depreciados/amortizados desde a data de entrada em vigor até ao fim da vida útil do ativo subjacente, ou até ao final do prazo da locação, caso este seja anterior. Se a locação transferir a propriedade do ativo subjacente, ou se o custo do ativo sob direito de uso refletir o facto de o Banco ir exercer uma opção de compra, o ativo sob direito de uso deve ser depreciado/amortizado desde a data de entrada em vigor até ao fim da vida útil do ativo subjacente. A depreciação/amortização começa na data de entrada em vigor da locação.

O Banco apresenta os ativos sob direito de uso na rubrica de “Outros ativos tangíveis” (Nota 13), isto é, na mesma linha de itens em que apresenta os ativos subjacentes da mesma natureza que são sua propriedade. Os passivos de locação são apresentados na rubrica de “Outros passivos” (Nota 15).

Na ótica do locador

De acordo com a IFRS 16, os locadores continuarão a classificar as locações como financeiras ou operacionais, não implicando alterações significativas face ao definido na IAS 17.

2.10. IMPARIDADE DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, a IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados, sendo revertidas em períodos de relato posteriores, quando os motivos que levaram ao seu reconhecimento inicial cessarem. Para este efeito, a nova quantia depreciada não será superior àquela que estaria contabilizada, caso não tivessem sido imputadas perdas de imparidade ao ativo, considerando as depreciações que este teria sofrido.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.11. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço. As provisões são mensuradas ao valor presente dos custos estimados para pagar a obrigação, utilizando uma taxa de juro antes de imposto, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente, procedendo-se à respetiva divulgação, em conformidade com os requisitos da IAS 37 – “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”.

As provisões relacionadas com processos judiciais, opondo o BAI CV a entidades terceiras, são constituídas de acordo com as avaliações internas de risco efetuadas pela Administração, com o apoio e aconselhamento dos seus consultores legais.

2.12. GARANTIAS FINANCEIRAS E DE PERFORMANCE

Garantias financeiras

São considerados como garantias financeiras os contratos que requerem que o seu emitente efetue pagamentos com vista a compensar o detentor por perdas incorridas decorrentes de incumprimentos dos termos contratuais de instrumentos de dívida, nomeadamente o pagamento do respetivo capital e/ou juros.

As garantias financeiras emitidas são inicialmente reconhecidas pelo seu justo valor. Subsequentemente estas garantias são mensuradas pelo maior (i) do justo valor reconhecido inicialmente e (ii) do montante da provisão para perdas determinada em conformidade com Nota 2.2.11, mensurada à data do balanço. Qualquer variação do valor da obrigação associada a garantias financeiras emitidas é reconhecida em resultados.

As garantias financeiras emitidas pelo Banco normalmente têm maturidade definida e uma comissão periódica cobrada antecipadamente, a qual varia em função do risco de contraparte, montante e período do contrato. Nessa base, o justo valor das garantias na data do seu reconhecimento inicial é aproximadamente equivalente

ao valor da comissão inicial recebida tendo em consideração que as condições acordadas são de mercado. Assim, o valor reconhecido na data da contratação iguala o montante da comissão inicial recebida, a qual é reconhecida em resultados durante o período a que diz respeito. As comissões subsequentes são reconhecidas em resultados no período a que dizem respeito.

Garantias de performance

As garantias de performance são contratos que resultam na compensação de uma das partes caso a mesma não cumpra a obrigação contratual. As garantias de performance são inicialmente reconhecidas ao justo valor, que é normalmente evidenciado pelo valor das comissões recebidas no período de duração do contrato. Aquando da quebra contratual, o Banco tem o direito de reverter a garantia, sendo os valores reconhecidos em Crédito a Clientes após a transferência da compensação de perdas para o beneficiário da garantia.

2.13. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

O Banco não tem qualquer responsabilidade por pensões, complementos de reforma ou outros benefícios de longo prazo a atribuir aos seus empregados.

O Banco poderá atribuir remunerações extraordinárias aos empregados, não decorrentes de obrigações contratuais. Estas remunerações são atribuídas por deliberação do Conselho de Administração, numa data não determinada de um dado exercício e são pagas nesse mesmo exercício.

No entanto, sempre que se verifiquem determinados pressupostos, designadamente o cumprimento por excesso dos objetivos de negócio previstos para o período, poderá o Conselho de Administração prever nesse período uma dotação para remuneração extraordinária a ser paga aos colaboradores.

2.14. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Os ativos não correntes, ou grupos de ativos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através da venda, e não do seu uso continuado. Para que um ativo (ou grupo de ativos e passivos) seja classificado nesta rubrica deve ser assegurado o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda é elevada;
- O ativo está disponível para venda imediata no seu estado atual a um preço considerado razoável em relação ao seu justo valor corrente;
- Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do ativo nesta rubrica.

Nos casos em que o ativo não seja alienado no prazo de um ano, o Banco avalia se continuam a ser cumpridos os requisitos, nomeadamente que a venda não ocorreu por razões alheias ao Banco, que o Banco desenvolveu todas ações necessárias para a venda se pudesse concretizar e que o ativo continua a ser ativamente publicitado e a preços de venda razoáveis face às circunstâncias de mercado. Para os ativos cuja expectativa de venda ocorra

num prazo superior a um ano, esses ativos são reclassificados para a rubrica de Outros ativos (Nota 15) e sujeitos a testes de imparidades.

Os ativos registados nesta rubrica são valorizados pelo menor entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido dos custos de venda. O justo valor destes ativos é determinado com base em avaliações de peritos independentes, não sendo sujeitos a amortizações.

Para esta categoria de ativos, adicionalmente, são observados os preceitos definidos pelo Banco de Cabo Verde através do Aviso nº 7/2015, de 24 de dezembro.

2.15. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O Banco classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos. As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados e, subsequentemente, são valorizados pelo seu justo valor deduzido dos custos de venda. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados, com base em avaliações periódicas realizadas por avaliadores independentes especializados neste tipo de serviço. As propriedades de investimento não são objeto de amortização.

As transferências de e para a rubrica Propriedades de Investimento podem ocorrer sempre que se verificar uma alteração quanto ao uso do imóvel. Na transferência de propriedades de investimento para imóveis de serviço próprio, o custo estimado, para relevação contabilística, é o justo valor à data da alteração do uso. Se um imóvel de serviço próprio é classificado para propriedades de investimento, o Banco regista esse ativo de acordo com a política aplicável a imóveis de serviço próprio, até à data da sua transferência para propriedades de investimento e ao justo valor subsequentemente, sendo a diferença de valorização apurada à data da transferência reconhecida em reservas de reavaliação. Se um imóvel é transferido de ativos não correntes detidos para venda ou outros ativos para Propriedades de Investimento, qualquer diferença entre o justo valor do ativo nessa data e a quantia escriturada anterior é reconhecida como resultado do exercício.

2.16. IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

O Banco está sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas (Lei n.º 82/VIII/2015, de 07 de janeiro).

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base na matéria coletável apurada de acordo com as regras fiscais em vigor.

O Banco regista impostos diferidos decorrentes (i) das diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, para efeitos de tributação em sede de IRPC, e (ii) dos prejuízos fiscais apurados a utilizar em exercícios futuros. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças e os prejuízos fiscais a utilizar futuramente.

Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os prejuízos fiscais apurados num exercício são deduzidos aos lucros tributáveis, de um ou mais dos sete exercícios seguintes.

2.17. VALORES RECEBIDOS EM DEPÓSITO

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos que compõem carteiras de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor de mercado e caso não exista, ao valor nominal.

2.18. CAPITAL

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Todos os custos diretamente atribuíveis à emissão de capital são registados por contrapartida da rubrica de capital como uma dedução ao valor da emissão.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

2.19. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como “Caixa e seus equivalentes” as disponibilidades em caixa, as disponibilidades em bancos centrais, bem como as disponibilidades em instituições de crédito.

2.20. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Na elaboração das demonstrações financeiras o Banco efetuou estimativas e utilizou pressupostos que afetam as quantias relatadas dos ativos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são apreciados regularmente e baseiam-se em diversos fatores incluindo expectativas acerca de eventos futuros que se consideram razoáveis nas circunstâncias.

A) JUSTO VALOR DE ATIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade, em

conformidade com os princípios da IFRS 13 – Mensuração pelo justo valor. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa de justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar valorizações diferentes daquelas reportadas e resumidas na Nota 8.

B) PERDAS POR IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADOS E INSTRUMENTOS DE DÍVIDA AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

A determinação das perdas por imparidade para instrumentos financeiros envolve julgamentos e estimativas relativamente aos seguintes aspetos, entre outros:

a) Aumento significativo do risco de crédito:

As perdas por imparidade correspondem às perdas esperadas em caso de *default* num horizonte temporal de 12 meses, para os ativos em estágio 1, e às perdas esperadas considerando a probabilidade de ocorrência de um evento de *default* em algum momento até à data de maturidade do instrumento financeiro, para os ativos em estágio 2 e 3. Um ativo é classificado em estágio 2 sempre que se verifique um aumento significativo no respetivo risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial. Na avaliação da existência de um aumento significativo do risco de crédito, o Banco tem em consideração informação qualitativa e quantitativa, razoável e sustentável.

b) Definição de grupos de ativos com características de risco de crédito comuns:

Quando as perdas de crédito esperadas são mensuradas numa base coletiva, os instrumentos financeiros são agrupados com base em características de risco comuns. O Banco monitoriza a adequação das características de risco de crédito numa base regular para avaliar se mantém a sua similaridade. Este procedimento é necessário para assegurar que, no caso de se verificar uma alteração das características de risco de crédito, a segmentação dos ativos é revista. Esta revisão pode resultar na criação de novos portfólios ou na transferência dos ativos para portfólios já existentes, que reflitam melhor as suas características de risco de crédito.

c) Probabilidade de incumprimento:

A probabilidade de incumprimento representa um fator determinante na mensuração das perdas de crédito esperadas. A probabilidade de incumprimento corresponde a uma estimativa da probabilidade de incumprimento num determinado período temporal, cujo cálculo é efetuado com base em dados históricos, pressupostos e expectativas sobre as condições futuras.

d) Perda dado o incumprimento:

Corresponde a uma estimativa de perda num cenário de incumprimento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os que o Banco espera receber, por via dos fluxos de caixa gerados pelo negócio do cliente ou dos colaterais do crédito. O apuramento da estimativa de perda dado o incumprimento tem por base, entre outros aspetos, os diferentes cenários de recuperação, informação histórica, os custos envolvidos no processo de recuperação e a estimativa de valorização dos colaterais associados às operações de crédito.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas e apresentadas nas notas 9 e 10, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

C) IMPOSTOS

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objetiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis do Banco sobre o correto enquadramento das suas operações o qual é, no entanto, suscetível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre o rendimento, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício na Notas 14.

É entendimento do Conselho de Administração que os critérios e pressupostos adotados estão em conformidade com a legislação em vigor, e que eventuais diferenças de interpretação originariam apenas reclassificações entre impostos correntes e diferidos, sem impacto no resultado e no capital próprio do Banco em 31 de dezembro de 2022.

D) VALORIZAÇÃO DE ATIVOS RECEBIDOS POR RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS (ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA, PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO E OUTROS ATIVOS)

Os ativos não correntes detidos para venda e os outros ativos, recebidos em recuperação de crédito, são valorizados pelo menor entre o custo de aquisição e o seu justo valor deduzido dos custos de venda. As propriedades de investimento são registadas ao seu justo valor.

O justo valor desses ativos é determinado a cada data de balanço, com base em avaliações realizadas por peritos avaliadores independentes. Metodologias e pressupostos distintos teriam impacto na determinação do justo valor dos ativos, os quais são julgamentais e dependem das características específicas de cada ativo e da estratégia do Banco para a sua comercialização. Os pressupostos acerca de acontecimentos futuros poderão não ocorrer ou, mesmo que ocorram, os resultados reais poderão ser diferentes. A título de exemplo, podem verificar-se alterações ao nível das expectativas do mercado imobiliário, de variáveis macroeconómicas relevantes ou ao nível de características intrínsecas do próprio imóvel e da envolvente física circundante.

E) PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

O reconhecimento de provisões envolve um grau significativo de julgamento complexo, nomeadamente identificar se existe uma obrigação presente e estimar a probabilidade e o momento, bem como quantificar as saídas de fluxos que podem surgir decorrentes de eventos passados. Quando os eventos estão numa fase inicial, os julgamentos e estimativas podem ser difíceis de quantificar devido ao elevado grau de incerteza envolvido. A gestão monitoriza a evolução dos mesmos para reavaliar se as provisões devem ser reconhecidas. Não obstante, por vezes não é possível efetuar estimativas, devido às incertezas existentes. A complexidade de tais questões requer aconselhamento profissional especializado na determinação de estimativas, nomeadamente ao nível de questões jurídicas e regulatórias. O valor das provisões reconhecidas pode também ser sensível aos pressupostos utilizados, o que poderá originar um intervalo de potenciais resultados que requerem julgamento para a determinação de um nível de provisão que se considere apropriada.

NOTA 3 - GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

Políticas de Gestão de Riscos Financeiros

O Banco encontra-se exposto a diversos tipos de riscos financeiros: risco de crédito, risco de mercado, risco cambial, risco de taxa de juro e risco de liquidez.

O processo de gestão dos riscos do Banco respeita a devida segregação de funções e a complementaridade da atuação de cada uma das áreas envolvidas.

Os riscos da atividade do Banco, nomeadamente os riscos de crédito, de taxa de juro, de câmbio, de liquidez, operacional e de *Compliance*, são analisados e controlados pelo Conselho de Administração do Banco tendo em conta a estratégia geral do Banco e a sua posição no mercado. Complementarmente, existe um conjunto de procedimentos de controlo instituídos que garante um nível de risco adequado.

A verificação pelo órgão responsável da realização dos objetivos e orientações estabelecidos, é garantida pela existência de um sistema de "*reporting*" de periodicidade variável em função da natureza dos riscos, que permite aferir com rigor e tempestividade da evolução das principais variáveis de negócio e conferir capacidade de gestão pró-ativa.

3.1. RISCO DE CRÉDITO

O Banco assume exposições de risco de crédito, que se traduzem na possibilidade de perda de valor do ativo do Banco, em consequência do incumprimento das obrigações contratuais, por motivos de insolvência ou incapacidade da contraparte em assegurar os seus compromissos para com o Banco.

A atividade comercial do Banco, relativamente à concessão de crédito, situa-se na sua totalidade no espaço nacional, do que resulta a inexistência de ativos sujeitos a risco país; por outro lado, a maior parte das operações de médio e longo prazo encontram-se colateralizadas por garantias reais.

O processo de controlo do risco de crédito passa pela análise rigorosa que incide sobre cada uma das propostas de créditos presentes ao Órgão competente para sua aprovação. Estão estabelecidos nos manuais de controlo interno do Banco quais os requisitos para que o crédito seja aprovado. Após a aprovação, a performance do crédito é monitorizada regularmente permitindo a antecipação de eventuais dificuldades de cumprimento e a identificação imediata de incumprimentos. Este acompanhamento e o diálogo que, nessas circunstâncias é estabelecido com os mutuários em questão, têm permitido na generalidade dos casos, não só a cabal regularização das moras incorridas, mas ainda o atento acompanhamento das condições em que os mesmos se encontram a operar, prevenindo e antecipando as consequências da sua eventual deterioração.

O Banco estrutura os níveis de risco de crédito que assume através de limites estabelecidos de montantes de risco aceitável em relação ao mutuário ou grupo de mutuários, designadamente para montantes que possam vir a configurar-se como grandes riscos.

A 31 de dezembro de 2022 e a 31 de dezembro de 2021, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro pode ser resumida conforme apresentado nos quadros abaixo:

			31/dez/22
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	Exposição bruta	Provisões e imparidade	Exposição líquida
Patrimoniais			
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	3 877 467	-	3 877 467
Disponibilidades em outras instituições de crédito	705 356	-	705 356
Aplicações em instituições de crédito	2 014 035	-	2 014 035
Ativos financeiros ao justo valor através de ORI	344	-	344
Ativos financeiros ao custo amortizado	7 091 216	73 928	7 017 288
Créditos a Clientes	11 974 563	557 162	11 417 400
Outros ativos	130 902	-	130 902
Total Patrimoniais	25 793 883	631 091	25 162 792
Extra-Patrimoniais			
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	441 923	1 357	443 280
Compromissos perante terceiros	1 926 574	-	1 926 574
Total Extra-Patrimoniais	2 368 497	1 357	2 367 140
Total	28 162 379	632 447	27 529 932

			31/dez/21
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	Exposição bruta	Provisões e imparidade	Exposição líquida
Patrimoniais			
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	3 651 813	-	3 651 813
Disponibilidades em outras instituições de crédito	285 997	-	285 997
Aplicações em instituições de crédito	396 115	-	396 115
Ativos financeiros ao justo valor através de ORI	344	-	344
Ativos financeiros ao custo amortizado	6 909 769	66 564	6 843 205
Créditos a Clientes	11 022 830	539 434	10 483 396
Outros ativos	145 826	-	145 826
Total Patrimoniais	22 412 693	605 998	21 806 695
Extra-Patrimoniais			
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	554 023	1 660	555 683
Compromissos perante terceiros	1 195 855	-	1 195 855
Total Extra-Patrimoniais	1 749 877	1 660	1 751 538
Total	24 162 570	607 658	23 558 233

No que se refere à mensuração do risco de crédito, o Banco avalia regularmente a existência de evidência de situações de risco no âmbito do reporte para o Banco de Cabo Verde.

Neste contexto a metodologia e os pressupostos utilizados no cálculo da imparidade são apreciados pela Comissão Executiva.

A qualidade do crédito a 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro 2021, resume-se como se segue:

	31/dez/22		
	Empresas	Particulares	Total
Créditos normal e com imparidade coletiva	6 069 265	2 512 307	8 581 573
Créditos vencidos e com imparidade coletiva	119 695	86 702	206 396
Inferior a 30 dias	0	153	154
De 31 a 60 dias	3 221	4 437	7 658
De 61 a 90 dias	8 232	24 913	33 145
De 91 até 180 dias	33 162	8 219	41 381
De 181 a 365 dias	48 625	6 433	55 058
Mais de 365	26 453	42 547	69 001
Créditos com imparidade individual	3 179 200	7 394	3 186 593
Normal	2 519 346	-	2 519 346
De 91 até 180 dias	97 355	-	97 355
De 181 a 365 dias	81 508	-	81 508
Mais de 365	480 991	7 394	488 384
Total	9 368 160	2 606 403	11 974 563

	31/dez/21		
	Empresas	Particulares	Total
Créditos normal e com imparidade coletiva	4 927 984	2 200 150	7 128 134
Créditos vencidos e com imparidade coletiva	50 424	55 596	106 020
Inferior a 30 dias	-	87	87
De 31 a 60 dias	167	7 599	7 767
De 61 a 90 dias	-	88	88
De 91 até 180 dias	5 178	4 903	10 081
De 181 a 365 dias	28 143	1 808	29 951
Mais de 365	16 936	41 110	58 046
Créditos com imparidade individual	3 783 248	5 427	3 788 675
Normal	3 287 441	-	3 287 441
De 91 até 180 dias	1 028	-	1 028
De 181 a 365 dias	2 529	-	2 529
Mais de 365	492 251	5 427	497 678
Total	8 761 657	2 261 173	11 022 830

A 31 de Dezembro de 2022, o número de operações de crédito com prestações de capital vencidos era de 166 (131 em 31 de dezembro de 2021).

A 31 de Dezembro de 2022 a carteira do Banco apresentava 36 operações reestruturadas por dificuldades financeiras, as quais totalizavam 430.294 mCVE (2021: 254.003 mCVE).

A análise dos créditos reestruturados por sector é a seguinte:

Detalhe da carteira de créditos reestruturados por medida de reestruturação aplicada em 31 de dezembro de 2022:

(em milhares de ecv)

Medida	2022											
	Exposições com baixo risco de crédito (stage 1)			Exposições com aumento significativo do risco de crédito (stage 2)			Exposições em situação de imparidade (stage 3)			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
Contratacao de Novo Credito	-	-	-	14	245 446	784	14	117 275	79 140	28	362 721	79 924
Prazo de Reembolso	-	-	-	1	126	0	1	19 433	5 531	2	19 558	5 531
Reducao da Taxa de Juros	-	-	-	1	3 773	3	-	-	-	1	3 773	3
Liquidacao de Descoberto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Periodo de Carenca	-	-	-	3	36 241	48	2	8 001	187	5	44 242	235
Total	-	-	-	19	285 585	835	17	144 709	84 858	36	430 294	85 693

Detalhe da carteira de créditos reestruturados por medida de reestruturação aplicada em 31 de dezembro de 2021:

(em milhares de ecv)

Medida	2021											
	Exposições com baixo risco de crédito (stage 1)			Exposições com aumento significativo do risco de crédito (stage 2)			Exposições em situação de imparidade (stage 3)			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
Contratacao de Novo Credito	-	-	-	5	104 624	290	10	140 146	64 890	15	244 771	65 180
Prazo de Reembolso	-	-	-	2	7 886	7	-	-	-	2	7 886	7
Reducao da Taxa de Juros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Liquidação de Descoberto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Periodo de Carenca	-	-	-	-	-	-	1	1 346	68	1	1 346	68
Total	-	-	-	7	112 510	297	11	141 492	64 958	18	254 003	65 255

Os procedimentos de reestruturação incluem: alargamento das condições de pagamento, planos de gestão aprovados, alteração e diferimento dos pagamentos. As práticas e políticas de reestruturação são baseadas em critérios que, do ponto de vista da gestão do Banco, indiciam que os pagamentos têm elevada probabilidade de continuar a ocorrer. Estas políticas são mantidas em constante revisão.

3.2. RISCO DE MERCADO

O risco de mercado surge na medida em que o Banco pode estar sujeito à possibilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de ativos financeiros ao justo valor, provocados por flutuações em cotações de ações, preços de mercadorias, taxas de juro, taxas de câmbio.

O risco de mercado está associado, principalmente, à detenção de posições de curto prazo em títulos de dívida e de capital em moedas, mercadorias ou derivados.

O risco de mercado inerente à carteira de Ativos financeiros ao justo valor e de valores mobiliários detida pelo BAICV é objeto de definição de:

- Limites pelo Órgão do Banco (Comité de Crédito e Investimento) competente para o efeito (por classes de ativos, qualidade de risco das entidades emitentes de dívida, mercados/regiões geográficas suscetíveis de investimento, níveis de stop loss na carteira de negociação, etc.);
- Rendibilidade esperada em cada caso, procedendo aquele mesmo Órgão à periódica avaliação de desempenho e revisão das orientações de investimento em função da avaliação das tendências de mercado.

	31/dez/22	31/dez/21
Ativos financeiros ao custo amortizado	7 893 412	7 672 169
Títulos de dívida	7 893 412	7 672 169
De dívida pública caboverdiana (Nota 10)	6 295 673	6 330 578
De outros residentes (Nota 11)	876 124	787 264
De emissores públicos estrangeiros (Nota 10)	721 615	554 327
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	344	344
Instrumentos de capital	344	344
De outros residentes (Nota 9)	48	48
De outros não residentes (Nota 9)	296	296
Total	7 893 756	7 672 512

Os valores apresentados no quadro acima são líquidos de imparidade.

3.3. RISCO CAMBIAL

O risco de câmbio consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos da taxa de câmbio.

Este risco tem por base alterações no preço de Instrumentos que correspondam a posições abertas em moeda estrangeira (risco de transação); alteração no valor contabilístico pela conversão para a moeda de escrituração das posições abertas em moeda estrangeira (risco de conversão); e alteração da posição competitiva do Banco devido a variações significativas das taxas de câmbio (risco económico de taxa de câmbio).

Os impactos negativos emergentes de flutuações de taxa de câmbio de curto prazo (risco de transação) decorrem, normalmente, da atividade de negociação da instituição, incluindo “*market making*” e tomada e posições em moeda externa, pelo que a sua avaliação se encontra abrangida pelos tópicos do Risco de Mercado.

O contravalor, em milhares escudos cabo-verdianos, dos elementos à vista do ativo e do passivo expressos em moeda estrangeira, à data de 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, decompõem-se como segue:

	31/dez/22												
Instrumentos Financeiros	CVE	EUR	USD	GBP	CHF	SEK	JPY	CAD	NOK	DKK	ZAR	CNY	TOTAL
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	3 363 148	437 878	58 898	3 925	7 573	2 678	21	1 584	1 570	155	37	-	3 877 467
Disponibilidades em OIC's	100 513	443 932	159 148	313	1 132	39	28	-	-	-	3	249	705 356
Aplicações em instituições de crédito	1 600 007	-	238 679	175 350	-	-	-	-	-	-	-	-	2 014 035
Ativos financeiros ao justo valor através ORI	48	296	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	344
Ativos financeiros ao custo amortizado	6 282 120	-	735 167	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7 017 288
Crédito a Clientes	11 417 389	5	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11 417 400
Outros Ativos	130 902	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	130 902
Total Ativo	22 894 126	882 110	1 191 898	179 588	8 705	2 717	49	1 584	1 570	155	40	249	25 162 792
Recursos de bancos centrais	2 515 083	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2 515 083
Recursos de OIC's	27 772	4 467 168	422 313	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4 917 253
Recursos de Clientes	15 198 398	883 753	702 694	195 373	4	-	-	-	-	-	-	-	16 980 223
Outros passivos subordinados	500 667	142 510	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	643 177
Total Passivo	18 241 920	5 493 432	1 125 007	195 373	4	-	-	-	-	-	-	-	25 055 736
Exposição líquida	4 652 206	(4 611 322)	66 891	(15 785)	8 701	2 717	49	1 584	1 570	155	40	249	107 056

31/dez/21

Instrumentos Financeiros	CVE	EUR	USD	GBP	CHF	SEK	JPY	CAD	NOK	DKK	ZAR	CNY	TOTAL
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	2 962 524	469 527	124 658	19 176	71 451	2 097	23	1 433	835	51	38	-	3 651 813
Disponibilidades em OIC's	33 350	206 286	30 620	11 099	4 285	42	162	-	-	-	3	150	285 997
Aplicações em instituições de crédito	317 742	-	78 373	-	-	-	-	-	-	-	-	-	396 115
Ativos financeiros ao justo valor através ORI	48	296	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	344
Ativos financeiros ao custo amortizado	6 282 421	-	560 784	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6 843 205
Crédito a clientes	10 483 391	4	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10 483 396
Outros Ativos	145 826	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	145 826
Total Ativo	20 225 301	676 112	794 437	30 275	75 737	2 139	184	1 433	835	51	41	150	21 806 695
Recursos de bancos centrais	1 362 218	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 362 218
Recursos de OIC's	(79 880)	4 674 278	339 973	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4 934 371
Recursos de Clientes	12 528 643	1 509 235	388 783	12 552	4 114	-	-	-	-	-	-	-	14 443 327
Outros passivos subordinados	750 936	132 340	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	883 275
Total Passivo	14 561 917	6 315 852	728 757	12 552	4 114	-	-	-	-	-	-	-	21 623 192
Exposição líquida	5 663 385	(5 639 740)	65 680	17 723	71 622	2 139	184	1 433	835	51	41	150	183 503

Como decorre da análise destes quadros, o risco cambial do Banco relativamente a moedas diferentes daquela que é a base da sua atividade (escudos cabo-verdianos) é praticamente irrelevante à data de 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, se tivermos em consideração que o câmbio do Euro face ao ECV tem paridade fixa.

3.4. RISCO DE TAXA DE JURO

O risco de taxa de juro decorre da possibilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos nas taxas de juro, por via de desfasamentos de maturidade ou de prazos de refixação de taxas de juros, da ausência de correlação perfeita entre as taxas recebidas e as taxas pagas nos diferentes instrumentos, ou da existência de opções embutidas em instrumentos financeiros da demonstração da posição financeira ou elementos extrapatrimoniais.

A 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o prazo residual da demonstração da posição financeira, que decorre até à próxima atualização ou vencimento de taxa de juro contratada, para cada uma das operações, se resume como segue:

31/dez/22

Instrumentos Financeiros	Até 1 Mês	1 a 3 Meses	3 a 6 Meses	6 a 12 Meses	1 a 5 Anos	+5 Anos	Insensível	Total
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	-	-	-	-	-	-	3 877 467	3 877 467
Disponibilidades em Outras IC	-	-	-	-	-	-	705 356	705 356
Aplicações em instituições de crédito	1 910 402	103 633	-	-	-	-	-	2 014 035
Ativos financeiros ao justo valor através ORI	-	-	-	-	-	-	344	344
Ativos financeiros ao custo amortizado	-	164 383	611 144	367 283	3 332 030	2 542 378	69	7 017 288
Crédito a clientes	161 047	238 657	157 892	940 238	3 432 073	6 194 454	293 039	11 417 400
Outros ativos	-	-	-	-	-	-	130 902	130 902
Total Ativos	2 071 449	506 673	769 036	1 307 521	6 764 104	8 736 832	5 007 178	25 162 792
Recursos de bancos centrais	-	-	-	1 350 000	1 141 000	-	24 083	2 515 083
Recursos de Instituições Financeiras	593 193	1 443 261	1 640 711	551 325	-	-	688 762	4 917 253
Recursos de Clientes	301 474	343 301	421 234	1 342 181	4 274 794	65 787	10 231 451	16 980 223
Outros passivos subordinados	-	-	500 000	-	-	131 466	11 711	643 177
Total Passivos	894 668	1 786 562	2 561 945	3 243 506	5 415 794	197 254	10 956 007	25 055 736
Gap de taxa de juro	1 176 781	(1 279 889)	(1 792 909)	(1 935 985)	1 348 309	8 539 579		
Gap de taxa de juro acumulado	1 176 781	(103 108)	(1 896 018)	(3 832 003)	(2 483 694)	6 055 885		

31/dez/21

Instrumentos Financeiros	Até 1 Mês	1 a 3 Meses	3 a 6 Meses	6 a 12 Meses	1 a 5 Anos	+5 Anos	Insensível	Total
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	-	-	-	-	-	-	3 651 813	3 651 813
Disponibilidades em Outras IC	-	-	-	-	-	-	285 997	285 997
Aplicações em instituições de crédito	-	145 336	250 778	-	-	-	-	396 115
Ativos financeiros ao justo valor através ORI	-	-	-	-	-	-	344	344
Ativos financeiros ao custo amortizado	-	168 514	496 405	475 528	4 036 547	1 666 212	-	6 843 205
Crédito a clientes	95 032	174 542	91 035	571 292	3 573 009	5 814 144	164 343	10 483 396
Outros ativos	-	-	-	-	-	-	145 826	145 826
Total Ativos	95 032	488 393	838 218	1 046 820	7 609 555	7 480 356	4 248 322	21 806 695
Recursos de bancos centrais	-	-	-	-	1 362 218	-	-	1 362 218
Recursos de Instituições Financeiras	-	1 858 899	2 181 809	385 928	-	-	507 735	4 934 371
Recursos de Clientes	333 157	534 880	545 804	2 243 785	2 172 971	28 437	8 584 295	14 443 327
Outros passivos subordinados	-	-	-	250 325	500 610	132 340	-	883 275
Total Passivos	333 157	2 393 779	2 727 613	2 880 037	4 035 799	160 776	9 092 030	21 623 192
Gap de taxa de juro	(238 125)	(1 905 386)	(1 889 395)	(1 833 217)	3 573 757	7 319 579		
Gap de taxa de juro acumulado	(238 125)	(2 143 512)	(4 032 907)	(5 866 124)	(2 292 367)	5 027 212		

3.5. RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez decorre da possibilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes da incapacidade da instituição dispor de fundos líquidos para cumprir com as suas obrigações financeiras, à medida que as mesmas se vencem.

A política de controlo de risco de liquidez está subordinada à estratégia geral do Banco e tem como objetivo o financiamento adequado dos seus ativos e do crescimento orçamentado dos mesmos e a determinação regular do seu *gap* de liquidez.

No que diz respeito à análise do risco de liquidez, para além das obrigações a que está sujeito para com o Banco de Cabo Verde, o Banco ainda recorre ao conceito de *gap* de liquidez, isto é, a partir do balanço do Banco, conjugando-o com os vencimentos das operações ativas e passivas, obtém-se uma posição desagregada (positiva ou negativa) segundo os prazos residuais de vencimento das operações.

O quadro seguinte apresenta os prazos contratuais residuais relativos aos ativos e passivos financeiros pelos respetivos intervalos de maturidade relevantes, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021. Os montantes apresentados são fluxos de caixa contratuais não descontados:

31/dez/22

Instrumentos Financeiros	À vista	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	+5 Anos	Prazo indeterminado	Total
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	3 877 467	-	-	-	-	-	3 877 467
Disponibilidades em Outras IC	705 356	-	-	-	-	-	705 356
Aplicações em Instituições de Crédito	1 775 306	238 729	-	-	-	-	2 014 035
Ativos financeiros ao justo valor através ORI	-	-	-	-	-	344	344
Ativos financeiros ao custo amortizado	-	164 383	978 427	3 332 030	2 542 378	69	7 017 288
Crédito a clientes	59 481	340 223	1 098 130	3 432 073	6 194 454	293 039	11 417 400
Outros Ativos	-	-	-	-	-	130 902	130 902
Total Ativos	6 417 610	743 335	2 076 557	6 764 104	8 736 832	424 355	25 162 793
Recursos de bancos centrais	-	-	1 350 000	1 141 000	-	24 083	2 515 083
Recursos de Instituições Financeiras	1 068 342	1 650 527	2 192 036	-	-	6 348	4 917 253
Recursos de Clientes	10 187 963	565 868	1 763 416	4 274 794	65 787	122 395	16 980 223
Outros passivos subordinados	-	-	-	500 667	142 510	-	643 177
Total Passivos	11 256 305	2 216 395	5 305 451	5 916 461	208 298	152 826	25 055 736
Outros compromissos fora de Balanço	-	-	2 368 497	-	-	-	2 368 497
Gap de Liquidez	(4 838 695)	(1 473 060)	(5 597 392)	847 643	8 528 534	271 529	
Gap de Liquidez acumulado	(4 838 695)	(6 311 755)	(11 909 147)	(11 061 504)	(2 532 970)	(2 261 440)	

31/dez/21

Instrumentos Financeiros	À vista	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	+5 Anos	Prazo indeterminado	Total
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	3 651 813	-	-	-	-	-	3 651 813
Disponibilidades em Outras IC	285 997	-	-	-	-	-	285 997
Aplicações em Instituições de Crédito	-	145 336	250 778	-	-	-	396 115
Ativos financeiros ao justo valor através ORI	-	-	-	-	-	344	344
Ativos financeiros ao custo amortizado	-	168 514	971 932	4 036 547	1 666 212	-	6 843 205
Crédito a clientes	95 032	174 542	662 327	3 573 009	5 814 144	164 343	10 483 396
Outros Ativos	-	-	-	-	-	145 826	145 826
Total Ativos	4 032 841	488 393	1 885 038	7 609 555	7 480 356	310 513	21 806 695
Recursos de bancos centrais	-	-	-	1 362 218	-	-	1 362 218
Recursos de Instituições Financeiras	504 570	1 858 899	2 570 902	-	-	-	4 934 371
Recursos de Clientes	8 454 391	868 036	2 919 492	2 172 971	28 437	-	14 443 327
Outros passivos subordinados	-	-	250 325	500 610	132 340	-	883 275
Total Passivos	8 958 961	2 726 936	5 740 719	4 035 799	160 777	-	21 623 192
Outros compromissos fora de Balanço	-	1 749 877	-	-	-	-	1 749 877
Gap de Liquidez	(4 926 120)	(3 988 421)	(3 855 681)	3 573 757	7 319 579	310 513	
Gap de Liquidez acumulado	(4 926 120)	(8 914 540)	(12 770 222)	(9 196 465)	(1 876 886)	(1 566 374)	

Apesar do GAP negativo, existe a expectativa e tendo por base o comportamento histórico, da renovação de uma parte significativa dos passivos, nomeadamente os depósitos a ordem de clientes.

NOTA 4 – REEXPRESSÃO DAS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021

No período iniciado a 01 de janeiro de 2022, o Banco reviu a metodologia de apuramento das perdas esperadas para os títulos de dívida pública cabo-verdiana corrigindo a aplicação do fator de conversão que não se encontra devidamente suportado. Assim, as perdas esperadas para os títulos de dívida pública cabo-verdiana, em moeda nacional, passaram a ser apuradas tendo em referência os parâmetros da *Speculative Grade* da notação de *rating* da agência *Fitch*, atribuída ao país para apuramento da PD, e mediante ponderação do prazo residual nas exposições inferiores a um ano.

Considerando os requisitos da IAS 8 – Políticas contabilísticas, Alterações nas Estimativas e Erros, o Banco corrigiu o erro efetuando a reexpressão dos saldos com referência ao período findo a 31 de dezembro de 2021 e, os impactos são apresentados conforme se segue:

- i. Comparação da demonstração da posição financeira a 31.12.2021 e o saldo reexpresso:

RUBRICA	31-dez-2021 (Reexpresso)	31/dez/21	Ajustamento
Ativo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3 651 813	3 651 813	0
Disponibilidades em outras instituições de crédito	285 997	285 997	0
Aplicações em instituições de crédito	396 115	396 115	0
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	344	344	0
Ativos financeiros ao custo amortizado	6 843 205	6 884 905	(41 700)
Crédito a clientes	10 483 396	10 483 396	0
Ativos não correntes detidos para venda	147 372	147 372	0
Propriedades de investimento	909 870	909 870	0
Outros ativos tangíveis	1 130 736	1 130 736	0
Outros ativos intangíveis	210 932	210 932	0
Ativos por impostos diferidos	43 090	43 090	0
Outros ativos	737 734	737 734	0
Total do ativo	24 840 603	24 882 303	(41 700)
Passivo			
Recursos de bancos centrais	1 362 218	1 362 218	0
Recursos de outras instituições de crédito	4 934 371	4 934 371	0
Recursos de clientes e outros empréstimos	14 443 327	14 443 327	0
Derivados de cobertura	2 805	2 805	0
Provisões	1 660	1 660	0
Passivos por impostos correntes	1 554	1 554	0
Outros passivos subordinados	883 275	883 275	0
Outros passivos	334 297	334 297	0
Total do passivo	21 963 509	21 963 509	0
Capital			
Capital	2 092 385	2 092 385	0
Prémios de emissão	8 750	8 750	0
Outros instrumentos de capital	530 124	530 124	0
Reservas de justo valor	(7)	(7)	0
Outras reservas e resultados transitados	137 340	137 340	0
Resultado do exercício	108 503	150 203	(41 700)
Total do capital próprio	2 877 095	2 918 794	(41 700)
Total do passivo e do capital próprio	24 840 603	24 882 303	(41 700)

ii. Reconciliação dos capitais próprios em 31 de dezembro de 2021

DESCRIÇÃO	31/dez/21
Capital próprio antes da reexpressão	2 918 794
Ajustamento em Perdas por imparidades em ativos financeiros ao custo amortizado	(41 700)
Capital próprio após reexpressão	2 877 095

iii. Comparação do resultado do exercício a 31.12.2021 e o saldo reexpresso:

RUBRICA	31-dez-2021 (Reexpresso)	31/dez/21	Ajustamento
Juros e rendimentos similares	1 003 297	1 003 297	-
Juros e encargos similares	231 788	231 788	-
Maregm financeira	771 509	771 509	-
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	-
Rendimentos de serviços e comissões	119 374	119 374	-
Encargos com serviços e comissões	18 737	18 737	-
Resultados de ativos financeiros ao custo amortizado	3 631	3 631	-
Resultados em ativos financeiros ao justo valor através de resultados	(2 272)	(2 272)	-
Resultados de reavaliação cambial	8 236	8 236	-
Resultados de alienação de outros ativos	(1 804)	(1 804)	-
Outros resultados de exploração	25 622	25 622	-
Produto bancário	905 559	905 559	-
Custos com pessoal	299 194	299 194	-
Gastos gerais administrativos	275 809	275 809	-
Depreciações e amortizações	113 645	113 645	-
Provisões líquidas de reposições e anulações	(2 852)	(2 852)	-
Imparidade de créditos, líquida de reversões e recuperações	88 087	46 388	41 700
Imparidade de outros ativos, líquida de reversões e recuperações	12 860	12 860	-
Resultado antes de impostos	118 816	160 516	(41 700)
Correntes	(14 438)	(14 438)	-
Diferidos	4 124	4 124	-
Resultado do exercício	108 503	150 203	(41 700)

iv. Reconciliação do resultado líquido do exercício de 2021

DESCRIÇÃO	31/dez/21
Resultado líquido do exercício antes da reexpressão	150 203
Ajustamento em perdas por imparidades em ativos financeiros ao custo amortizado	(41 700)
Resultado líquido do exercício após reexpressão	108 503

NOTA 5 - JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor, sempre que possível, é estimado, utilizando cotações em mercados ativos. Para instrumentos financeiros em que não existe mercado ativo, por falta de liquidez e ausência de transações regulares, são utilizados métodos e técnicas de avaliação para estimar o justo valor.

No decorrer dos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 não houve qualquer transferência de ativos e passivos financeiros entre hierarquias de justo valor.

Instrumentos financeiros registados em ao justo valor

No quadro seguinte apresenta-se uma análise das categorias de instrumentos financeiros reconhecidos ao justo valor nas demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e respetivos métodos de valorização:

31/dez/22				
	Valorizados ao Justo Valor			Justo Valor
	Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado	
	(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)	
Ativos Financeiros ao justo valor através ORI	-	-	344	344
Instrumentos de capital próprio	-	-	344	344
Ativos financeiros	-	-	344	344

31-dez-21				
	Valorizados ao Justo Valor			Justo Valor
	Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado	
	(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)	
Ativos Financeiros ao justo valor através ORI	-	-	344	344
Instrumentos de capital próprio	-	-	344	344
Ativos financeiros	-	-	344	344
Derivados de cobertura	2 805	-	-	2 805
Passivos financeiros	-	-	-	2 805

Na construção dos quadros acima foram utilizados os seguintes pressupostos.

- Valores de mercado ou cotação (Nível 1): nesta coluna são incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercado ativo;
- Análise de mercado (Nível 2): nesta coluna são incluídos instrumentos financeiros que são valorizados com base em variáveis observáveis do mercado;
- Outras (Nível 3): nesta coluna são incluídos instrumentos financeiros que são valorizados com recurso a variáveis não observáveis em mercado.

Instrumentos financeiros ao custo amortizado

No quadro seguinte apresenta-se uma análise das categorias de instrumentos financeiros reconhecidos ao custo amortizado nas demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

31/dez/22					
	Activos/passivos registados ao custo amortizado	Justo Valor			Justo Valor
		Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado	
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	3 877 467		3 877 467		3 877 467
Disponibilidades em outras instituições de crédito	705 356		705 356		705 356
Aplicações em instituições de crédito	2 014 035		2 014 035		2 014 035
Ativos financeiros ao custo amortizado	7 017 288		7 061 542		7 061 542
Crédito a clientes	11 417 400			11 457 495	11 457 495
Outros ativos	130 902			130 902	130 902
Ativos financeiros	25 162 449	0	13 658 401	11 588 397	25 246 798
Recursos de bancos centrais	2 515 083		2 515 083		2 515 083
Recursos de outras instituições de crédito	4 917 253		4 917 253		4 917 253
Recursos de clientes e outros empréstimos	16 980 223		16 980 223		16 980 223
Outros passivos subordinados	643 177		511 710	131 467	643 177
Outros passivos	267 972		267 972		267 972
Passivos financeiros	25 323 708	0	25 192 241	131 467	25 323 708

31-dez-21					
	Activos/passivos registados ao custo amortizado	Justo Valor			Justo Valor
		Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado	
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	3 651 813		3 651 813		3 651 813
Disponibilidades em outras instituições de crédito	285 997		285 997		285 997
Aplicações em instituições de crédito	396 115		396 115		396 115
Ativos financeiros ao custo amortizado	6 884 905		7 000 564		7 000 564
Crédito a clientes	10 483 396			10 642 078	10 642 078
Outros ativos	145 826			145 826	145 826
Ativos financeiros	21 848 052	0	11 334 489	10 787 904	22 122 393
Recursos de bancos centrais	1 362 218		1 362 218		1 362 218
Recursos de outras instituições de crédito	4 934 371		4 934 371		4 934 371
Recursos de clientes e outros empréstimos	14 443 327		14 443 327		14 443 327
Outros passivos subordinados	883 275		751 809	131 467	883 275
Outros passivos	334 297		334 297		334 297
Passivos financeiros	21 957 489	0	21 826 022	131 467	21 957 489

O justo valor apresentado pode não corresponder ao valor de realização destes instrumentos financeiros, não tendo sido determinado com esse objetivo.

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos financeiros registados no Balanço ao custo amortizado são analisados como se segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito, Aplicações em instituições de crédito.

Estes ativos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

Crédito a clientes

O justo valor do crédito renda é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas mensalmente, no prazo residual das operações. As taxas de desconto utilizadas são as taxas atuais praticadas para empréstimos com características similares. Para os restantes créditos de curto prazo, nomeadamente descobertos bancários e créditos em contas correntes, considera-se o valor de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Títulos de dívida

O justo valor destes instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis e o mercado seja ativo e líquido. Caso não existam, o justo valor é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos, com base em taxas atuais de emissões similares.

Recursos de bancos centrais, Recursos de outras instituições de crédito e Recursos de clientes e outros empréstimos

Estes passivos são de curto e médio prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

Outros passivos subordinados

O justo valor destes instrumentos é baseado em cotações de mercado quando disponíveis; caso não existam, é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos, a uma taxa de juro de mercado, conforme pressupostos divulgados na Nota 22.

NOTA 6 – CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

A rubrica resume como se segue:

	31/dez/22	31/dez/21
Caixa	859 015	1 018 199
Notas e moedas nacionais	344 695	328 910
Notas e moedas estrangeiras	514 319	689 289
Notas e moedas em trânsito	0	0
Depósitos à ordem no Banco Central	3 018 453	2 633 614
Total	3 877 467	3 651 813

O saldo da rubrica Depósitos à ordem no Banco Central inclui depósitos à ordem em moeda nacional que visam satisfazer as exigências de reservas mínimas de caixa obrigatórias do Banco de Cabo Verde.

A 31 de dezembro de 2022, o saldo médio das reservas mínimas de caixa, exigido pelo Banco de Cabo Verde, corresponde ao montante de mCVE 1 354 091 (31-12-2021: mCVE 1.255.656).

NOTA 7 – DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A decomposição da rubrica resulta conforme se segue:

	31/dez/22	31/dez/21
Disponibilidades em Instituições de Crédito no País	100 513	33 350
Cheques a cobrar	100 513	33 350
Disponibilidades sobre outras Instituições de Crédito no estrangeiro	604 844	252 647
Depósitos à ordem em outras instituições de crédito	258 818	191 340
Cheques a cobrar em outras instituições de crédito	29 852	46 044
Depósitos à ordem em empresas do grupo	316 172	15 262
Total Disponibilidades	705 356	285 997

As disponibilidades sobre outras Instituições de Crédito no estrangeiro, representam essencialmente depósitos constituídos junto dos nossos correspondentes, para efetuar operações relacionadas com transferências, *trade finance*, cartas de crédito e remessas documentárias.

NOTA 8 – APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A decomposição da rubrica aplicações em instituições de crédito encontra-se no quadro que se segue:

	31/dez/22	31/dez/21
Aplicações em Instituições de Crédito no país	1 600 000	318 000
No Banco Central	1 600 000	318 000
Aplicações em Instituições de Crédito no estrangeiro	413 662	78 043
Outras instituições de crédito	0	78 043
Sede e sucursais da própria instituição	413 662	0
Juros a receber	373	330
Juros com rendimento diferido	0	-258
Total	2 014 035	396 115

O escalonamento das aplicações em outras instituições de crédito por prazos de vencimento é como segue:

	31/dez/22	31/dez/21
Até três meses	2 014 035	145 336
De três a seis meses	-	250 778
Total	2 014 035	396 115

As aplicações outras instituições de crédito, apresentavam a seguinte estrutura por moeda:

	31/dez/22	31/dez/21
Em Escudos Cabo-Verdianos	1 600 007	317 742
Em Dólares dos Estados Unidos	238 679	78 373
Outras	175 350	-
Total	2 014 035	396 115

NOTA 9 – ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

A 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a rubrica ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral apresenta a seguinte decomposição:

	31/dez/22	31/dez/21
Instrumentos de capital	344	344
Valorizados ao justo valor		
Valorizados ao justo valor	344	344
Total	344	344

Não houve variação no período findo a 31 de dezembro de 2022 face a 31 de dezembro de 2021.

NOTA 10 – ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

A 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a rubrica de Ativos financeiros ao custo amortizado apresenta a seguinte decomposição:

	31/dez/22	31/12/2021 (reexpresso)
Instrumentos de dívida	7 017 562	6 835 100
De dívida pública caboverdiana		
Custo amortizado	6 293 267	6 282 759
De emissores públicos estrangeiros		
Custo amortizado	724 295	552 341
Juros a receber	73 654	74 669
Imparidade acumulada	(73 928)	(66 564)
Total	7 017 288	6 843 205

Para o cálculo das perdas esperadas para os títulos de dívida pública cabo-verdiana, o Banco assume como referência, os parâmetros da notação de *speculative grade* da agência Fitch, para apuramento da PD (*probability of default*),

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade evidenciadas no ativo forma os seguintes:

	Títulos de dívida
Saldo em 01 de janeiro de 2021	53 421
Dotações	50 535
Utilizações	(37 392)
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (Nota 4)	66 564
Dotações	23 186
Reversões	(15 822)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	73 928

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, os ativos financeiros ao custo amortizado apresentam os seguintes prazos de maturidades residuais:

31/dez/22						
Ativos Financeiros ao custo amortizado	Até três meses	De três a seis meses	De seis meses a um ano	Entre 1 ano e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Ativos Financeiros ao custo amortizado						
Títulos de dívida pública						
De dívida pública caboverdiana						
Em moeda nacional	166 519	615 724	370 242	3 212 807	2 004 309	6 369 601
De emissores públicos estrangeiros						
Em moeda estrangeira	-	-	-	155 697	565 918	721 615
Imparidade acumulada	(2 055)	(1 035)	(2 590)	(37 954)	(30 294)	(73 928)
Total	164 464	614 688	367 653	3 330 549	2 539 933	7 017 288

31/dez/21						
Ativos Financeiros ao custo amortizado	Até três meses	De três a seis meses	De seis meses a um ano	Entre 1 ano e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Ativos Financeiros ao custo amortizado						
Títulos de dívida pública						
De dívida pública caboverdiana						
Em moeda nacional	178 611	499 430	478 425	4 010 212	1 188 764	6 355 442
De emissores públicos estrangeiros						
Em moeda estrangeira	-	-	-	55 057	499 270	554 327
Imparidade acumulada	(1 690)	(4 726)	(4 527)	(38 763)	(16 858)	(66 564)
Total	176 921	494 704	473 898	4 026 506	1 671 176	6 843 205

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, os ativos financeiros ao custo amortizado apresentam as seguintes características:

											31/dez/22
Ativos Financeiros ao custo amortizado	Emissor	Domicílio	Actividade	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Imparidade	Valor de Balanço
Ativos Financeiros ao custo amortizado											
Títulos de dívida pública											
De dívida pública caboverdiana											
Em moeda nacional											
Obrigações	Estado	Cabo Verde	Governo	CVE	n.a	3,80%	6 293 267	6 293 267	62 782	(60 376)	6 295 673
De emissores públicos estrangeiros											
Em moeda estrangeira											
Obrigações	Estado	Angola	Governo	USD	n.a	8,25%	362 716	366 618	1 330	(5 375)	362 573
Obrigações	Estado	Angola	Governo	USD	n.a	9,50%	51 817	55 037	2 995	(848)	57 183
Obrigações	Estado	Ghana	Governo	USD	n.a	10,75%	51 817	58 929	1 516	(5 020)	55 425
Obrigações	Estado	Bahamas	Governo	USD	n.a	6,95%	51 817	48 536	2 041	(134)	50 442
Obrigações	Estado	Oman	Governo	USD	n.a	5,38%	51 817	54 216	1 323	(147)	55 391
Obrigações	Estado	South Africa	Governo	USD	n.a	5,88%	51 817	51 523	76	(137)	51 462
Obrigações	Estado	NIGERIA	Governo	USD	n.a	6,50%	51 817	44 022	309	(1 208)	43 122
Obrigações	Estado	Quénia	Governo	USD	n.a	7,25%	51 817	45 415	1 284	(682)	46 016
Total							7 018 698	7 017 562	73 654	(73 928)	7 017 288

											31/dez/21
Ativos Financeiros ao custo amortizado	Emissor	Domicílio	Actividade	Moeda		Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Imparidade	Valor de Balanço	
Ativos Financeiros ao custo amortizado											
Títulos de dívida pública											
De dívida pública caboverdiana											
Em moeda nacional											
Obrigações		Estado	Cabo Verde	Governo	CVE	6 282 759	6 282 759	66 226	(60 107)	6 288 878	
De emissores públicos estrangeiros											
Em moeda estrangeira											
Obrigações		Estado	Angola	Governo	USD	390 216	399 055	4 316	(6 020)	397 351	
Obrigações		Estado	Ghana	Governo	USD	48 777	56 377	1 165	(160)	57 382	
Obrigações		Estado	Bahamas	Governo	USD	48 777	45 289	2 109	(131)	47 267	
Obrigações		Estado	Oman	Governo	USD	48 777	51 620	852	(146)	52 326	
Total						6 819 306	6 835 100	74 669	(66 564)	6 843 205	

Em 31 de Dezembro de 2022, encontram-se penhorados títulos de dívida pública cabo-verdiana, no montante de 2.602.597 mCVE, referente a empréstimos obtidos no Banco de Cabo Verde no (Nota 17).

NOTA 11 – CRÉDITO A CLIENTES

A decomposição da rubrica crédito a clientes resume no quadro que se segue:

	31/dez/22	31/dez/21
Crédito não titulado	10 809 888	9 799 069
Empresas Vincendo:	7 783 905	7 327 353
Particulares Vincendo:	2 099 649	1 820 706
Empregados Vincendo:	430 774	389 804
Empresas Vencido:	402 021	201 135
Particulares Vencido	93 539	60 071
Outros créditos e valores a receber (titulados)	1 167 062	1 065 604
Sub-Total	11 976 950	10 864 673
Juros corridos	41 294	199 207
Juros vencidos	21 954	21 937
Despesas de crédito vencido	4 602	5 536
Receitas com rendimento diferido	(70 238)	(68 525)
Crédito a Clientes (Bruto)	11 974 562	11 022 830
Imparidade de crédito a clientes	(557 162)	(539 434)
Valor Líquido	11 417 400	10 483 396

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da imparidade acumulada atingiu o montante de mCVE 557.162, o que representa 4,65% do total da carteira de crédito (31-12-2021: 4,89%).

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a rubrica “Outros créditos e valores a receber (titulados)” inclui o valor de obrigações de empresas nacionais classificadas na categoria de “ativos financeiros ao custo amortizado”. Estas obrigações apresentam o seguinte detalhe:

	Título	31/dez/22	31/dez/21	Maturidade
CVIFHGOM0001	IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A.	19 467	23 731	07/01/2023
CVCFFAOM0005	CVFF - Cabo Verde Fast Ferry, S.A.	28 536	28 536	30/05/2026
CVCFBOM0004	CVFF - Cabo Verde Fast Ferry, S.A.	113 031	113 031	31/07/2029
CVSOGAOM0005	Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda.	215 462	215 462	18/02/2017
CVTACAOM0004	TACV-Transportes Aereos Cabo Verde	237 500	269 167	28/05/2030
CVTACCOM0002	TACV-Transportes Aereos Cabo Verde	96 923	107 692	18/11/2031
CVASADOM0004	Aeroportos e Seguranca Aerea, S.A.	27 985	27 985	25/08/2027
CVCCVAOM0008	Correios de Cabo Verde, S.A.	213 158	225 000	04/08/2031
CVRTCAOM0005	RTC Radio Televisão Cabo-verdiana, S.A.	55 000	55 000	23/12/2029
CVMSDAOM0000	Município São Domingos	160 000	0	30/06/2037
	Sub-Total	1 167 062	1 065 604	
	Juros em Balanço	22 429	22 926	
	Imparidades acumuladas	(313 366)	(301 266)	
	Valor líquido de Outros créditos e valores a receber (titulados)	876 124	787 264	

A 31 de dezembro de 2022 o Banco tem provisionado 75% das obrigações da CVFF - Cabo Verde Fast Ferry, S.A e 85% das obrigações detidas da SOGEI - Sociedade de Gestão de Investimentos, S.A.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade evidenciadas no ativo como correção aos valores do crédito foram os seguintes:

	Créditos não titulados	Outros créditos (titulados)	Total
Saldo em 01 de Janeiro de 2021	174 805	299 916	474 721
Dotações	166 848	27 278	194 126
Utilizações	(10 231)	-	-10 231
Reversões	(93 254)	(25 928)	-119 181
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	238 168	301 266	539 434
Dotações	125 930	13 976	139 906
Utilizações	(2 465)	-	(2 465)
Reversões	(117 836)	(1 877)	(119 713)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	243 797	313 366	557 162

O montante de imparidade em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é segmentado conforme segue:

31/dez/2022

Segmento	Exposição				Imparidade			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Empresas - Títulos corporate	0	0	230 736	230 736	0	0	196 125	196 125
Empresas - Com garantias	4 227 766	503 553	345 079	5 076 398	9 471	5 803	88 589	103 863
Empresas - Sem garantias	1 345 265	115 951	88 763	1 549 978	8 728	3 605	72 261	84 595
Empresas - Descobertos	6 869	829	2 908	10 606	1	8	419	428
Particulares - Habitação	1 410 142	50 873	34 874	1 495 889	4 254	283	6 580	11 117
Particulares - Com garantias	820 073	19 703	23 925	863 702	2 801	627	5 381	8 808
Particulares - Sem garantias	206 402	11 888	19 765	238 055	1 566	244	11 327	13 136
Particulares - Descobertos	2 534	241	2 639	5 414	2	1	1 116	1 120
Setor público empresarial	1 795 694	0	141 567	1 937 261	23 953	0	106 175	130 129
Setor público administrativo	566 523	0	0	566 523	7 840	0	0	7 840
Total	10 381 268	703 038	890 257	11 974 563	58 617	10 571	487 974	557 162

31/dez/2021

Segmento	Exposição				Imparidade			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Empresas - Títulos corporate	0	0	230 736	230 736	0	0	184 589	184 589
Empresas - Com garantias	4 397 062	1 273 389	135 736	5 806 187	15 597	51 127	47 032	113 756
Empresas - Sem garantias	1 123 188	49 935	76 915	1 250 038	6 341	12 834	59 105	78 280
Empresas - Descobertos	23 383	1 858	5 994	31 234	14	85	2 144	2 243
Particulares - Habitação	1 255 005	103 781	28 937	1 387 723	3 020	569	6 014	9 602
Particulares - Com garantias	592 120	45 601	9 902	647 622	3 989	3 130	3 886	11 005
Particulares - Sem garantias	167 205	35 653	16 668	219 526	1 530	1 710	10 871	14 111
Particulares - Descobertos	217	381	2 781	3 379	0	2	480	482
Setor público empresarial	1 104 038	0	141 567	1 245 605	16 227	0	106 175	122 403
Setor público administrativo	200 781	0	0	200 781	2 963	0	0	2 963
Total	8 862 998	1 510 597	649 234	11 022 830	49 681	69 457	420 296	539 434

Os parâmetros médios utilizados no cálculo de imparidade em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 foram os seguintes:

Segmento	Imparidade dezembro 2022 - Parâmetros médios			
	PD		LGD	
	Stage 1	Stage 2	Stages 1 e 2	Stage 3
Empresas - Títulos corporate	n.a.	n.a.	n.a.	85,00%
Empresas - Com garantias	0,18%	1,00%	6,07%	29,56%
Empresas - Sem garantias	0,15%	0,28%	59,66%	70,41%
Empresas - Descobertos	0,09%	7,87%	6,80%	43,71%
Particulares - Habitação	0,04%	0,04%	4,95%	19,45%
Particulares - Com garantias	0,65%	0,70%	3,13%	27,63%
Particulares - Sem garantias	0,15%	0,41%	21,95%	62,01%
Particulares - Descobertos	0,11%	5,88%	19,69%	45,12%
Setor público empresarial	2,14%	n.a.	38,56%	62,42%
Setor público administrativo	2,34%	n.a.	39,17%	n.a.

Segmento	Imparidade dezembro 2021 - Parâmetros médios			
	PD		LGD	
	Stage 1	Stage 2	Stages 1 e 2	Stage 3
Empresas - Títulos corporate	n.a.	n.a.	n.a.	80,00%
Empresas - Com garantias	0,16%	0,23%	21,01%	31,67%
Empresas - Sem garantias	0,15%	3,72%	49,85%	70,70%
Empresas - Descobertos	0,37%	3,68%	16,23%	26,09%
Particulares - Habitação	0,04%	0,04%	10,59%	26,24%
Particulares - Com garantias	0,57%	0,58%	24,11%	35,83%
Particulares - Sem garantias	0,13%	0,26%	28,43%	66,81%
Particulares - Descobertos	0,09%	8,09%	5,88%	19,97%
Setor público empresarial	2,34%	n.a.	35,25%	75,00%
Setor público administrativo	2,08%	n.a.	31,33%	n.a.

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o detalhe dos empréstimos concedidos, com garantia pública, no âmbito das linhas de apoio à economia como medida de mitigação dos impactos do COVID-19, resume-se como se segue:

	31/dez/22	
	Número operações	Montante
Empresas	38	147 880
Corporate	35	141 330
Outros	3	6 550
Total	38	147 880

31/dez/21

	Número operações	Montante
Empresas	46	279 960
Corporate	43	271 567
Outros	3	8 393
Total	46	279 960

Detalhe das exposições e imparidade constituída por segmento:

(em milhares de ecv)

Segmento	Exposição 31.12.2022								Imparidade 31.12.2022			
	Exposição Total	Exposições com baixo risco de crédito (stage 1)	Do qual curado	Do qual reestruturado	Exposições com aumento significativo do risco de crédito (stage 2)	Do qual reestruturado	Exposições em situação de imparidade (stage 3)	Do qual reestruturado	Imparidade total	Exposições com baixo risco de crédito (stage 1)	Exposições com aumento significativo do risco de crédito (stage 2)	Exposições em situação de imparidade (stage 3)
Corporate	5 130 657	4 556 193	-	-	317 055	118 714	257 409	78 832	131 617	14 572	3 972	113 073
Construção e CRE	1 156 667	603 602	-	-	189 651	104 217	363 414	116	214 829	2 903	1 455	210 471
Habitação	1 495 889	1 410 142	-	-	50 873	16 843	34 874	19 503	11 117	4 254	283	6 580
Setor público empresarial	1 937 261	1 795 694	-	-	-	-	141 567	-	130 129	23 953	-	106 175
Setor público administrativo	566 523	566 523	-	-	-	-	-	-	7 840	7 840	-	-
Outros	1 687 564	1 449 114	-	-	145 458	45 811	92 992	46 258	61 630	5 094	4 861	51 675
Total	11 974 563	10 381 268	-	-	703 038	285 585	890 257	144 709	557 162	58 617	10 571	487 974

Detalhe das exposições e imparidade constituída por segmento:

(em milhares de ecv)

Segmento	Exposição 31.12.2021								Imparidade 31.12.2021			
	Exposição Total	Exposições com baixo risco de crédito (stage 1)	Do qual curado	Do qual reestruturado	Exposições com aumento significativo do risco de crédito (stage 2)	Do qual reestruturado	Exposições em situação de imparidade (stage 3)	Do qual reestruturado	Imparidade total	Exposições com baixo risco de crédito (stage 1)	Exposições com aumento significativo do risco de crédito (stage 2)	Exposições em situação de imparidade (stage 3)
Corporate	5 084 769	3 983 001	137 938	-	920 375	57 326	181 393	94 234	141 458	17 511	38 598	85 350
Construção e CRE	1 437 608	902 116	-	-	301 481	-	234 011	-	207 791	2 542	19 368	185 882
Habitação	1 387 723	1 255 005	27 960	-	103 781	42 475	28 937	12 981	9 602	3 020	569	6 014
Setor público empresarial	1 245 605	1 104 038	-	-	-	-	141 567	-	122 403	16 227	-	106 175
Setor público administrativo	200 781	200 781	-	-	-	-	-	-	2 963	2 963	-	-
Outros	1 666 344	1 418 058	1 487	-	184 959	12 709	63 326	34 277	55 217	7 419	10 923	36 875
Total	11 022 830	8 862 998	167 384	-	1 510 597	112 510	649 234	141 492	539 434	49 681	69 457	420 296

Detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individualmente e coletivamente, por segmento e setor:

(em milhares de ecv)

Segmento	Corporate		Construção e CRE		Habitação		Setor público empresarial		Setor público administrativo		Outros		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
31.12.2022														
Avaliação														
Individual	168 177	85 863	403 403	209 217	7 394	3 010	1 882 787	130 122	567 218	7 840	157 614	36 316	3 186 593	472 368
Coletiva	4 962 481	45 753	753 264	5 612	1 488 495	8 107	54 474	7	-	695	1 529 950	25 314	8 787 969	84 794
Total	5 130 657	131 617	1 156 667	214 829	1 495 889	11 117	1 937 261	130 129	566 523	7 840	1 687 564	61 630	11 974 563	557 162

Detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individualmente e coletivamente, por segmento e setor:

(em milhares de ecv)

Segmento	Corporate		Construção e CRE		Habitação		Setor público empresarial		Setor público administrativo		Outros		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
31.12.2021														
Avaliação														
Individual	1 361 736	58 762	501 908	193 337	6 452	1 059	28 536	21 402	201 762	2 963	32 471	20 483	2 132 865	298 006
Coletiva	3 723 033	82 697	935 700	14 454	1 381 271	8 543	1 217 069	101 000	-	981	1 633 873	34 734	8 889 964	241 428
Total	5 084 769	141 458	1 437 608	207 791	1 387 723	9 602	1 245 605	122 403	200 781	2 963	1 666 344	55 217	11 022 830	539 434

Detalhe das exposições e imparidade constituída por segmento e dias de atraso em 31 de dezembro de 2022:

(em milhares de ecv)

Segmento	Dias de atraso <=90				Dias de atraso <= 90*	Dias de atraso > 90 dias	Imparidade Total 31.12.2021	Dias de atraso < 30 (exclui stage 3)	Dias de atraso entre 30 - 90 (exclui stage 3)	Dias de atraso <= 90*	Dias de atraso > 90 dias
	Exposição Total 31.12.2022	Baixo risco de crédito (stage 1)	Aumento significativo do risco de crédito (stage 2)	Sub-total							
Corporate	5 130 657	4 556 193	317 055	4 873 248	38 972	218 438	131 617	17 876	668	11 029	102 044
Construção e CRE	1 156 667	603 602	189 651	793 253	225	363 189	214 829	4 358	-	189	210 282
Habitação	1 495 889	1 410 142	50 873	1 461 015	-	34 874	11 117	4 390	147	-	6 580
Setor público empresarial	1 937 261	1 795 694	-	1 795 694	-	141 567	130 129	23 953	-	-	106 175
Setor público administrativo	566 523	566 523	-	566 523	-	-	7 840	7 840	-	-	-
Outros	1 687 564	1 449 114	145 458	1 594 572	18 373	74 620	61 630	9 432	523	3 924	47 751
Total	11 974 563	10 381 268	703 038	11 084 306	57 569	832 688	557 162	67 850	1 338	15 142	472 832

* Crédito com prestações de capital ou juros vencidos há menos de 90 dias, mas sobre o qual existam evicências que justifiquem a sua classificação como crédito em risco, de acordo com a definição da Instrução Técnica do Banco de Cabo Verde nº 195 de 21 de dezembro de 2020.

Detalhe das exposições e imparidade constituída por segmento e dias de atraso em 31 de dezembro de 2021:

(em milhares de ecv)

Segmento	Dias de atraso <=90				Dias de atraso <= 90*	Dias de atraso > 90 dias	Imparidade Total 31.12.2020	Dias de atraso < 30 (exclui stage 3)	Dias de atraso entre 30 - 90 (exclui stage 3)	Dias de atraso <= 90*	Dias de atraso > 90 dias
	Exposição Total 31.12.2021	Baixo risco de crédito (stage 1)	Aumento significativo do risco de crédito (stage 2)	Sub-total							
Corporate	5 084 769	3 983 001	920 375	4 903 376	15 604	165 789	141 458	56 109	-	6 113	79 237
Construção e CRE	1 437 608	901 184	301 481	1 202 665	1 212	233 731	207 791	21 907	-	202	185 682
Habitação	1 387 723	1 255 005	103 781	1 358 786	-	28 937	9 602	3 584	4	-	6 014
Setor público empresarial	1 245 605	1 104 038	-	1 104 038	28 536	113 031	122 403	16 227	-	21 402	84 773
Setor público administrativo	200 781	200 781	-	200 781	-	-	2 963	2 963	-	-	-
Outros	1 666 344	1 418 058	183 166	1 601 224	7 295	57 825	55 217	18 001	0	3 724	33 492
Total	11 022 830	8 862 067	1 508 803	10 370 870	52 648	599 312	539 434	118 791	4	31 441	389 198

* Crédito com prestações de capital ou juros vencidos há menos de 90 dias, mas sobre o qual existam evicências que justifiquem a sua classificação como crédito em risco, de acordo com a definição da Instrução Técnica do Banco de Cabo Verde nº 195 de 21 de dezembro de 2020.

Detalhe da carteira por segmento e por ano de produção em 31 de dezembro de 2022:

(em milhares de ecv)

Ano de produção	Corporate			Construção e CRE			Habitação			Setor público empresarial			Setor público administrativo			Outros			Total		
	Número operações	Montante	Imparidade constituída	Número operações	Montante	Imparidade constituída	Número operações	Montante	Imparidade constituída	Número operações	Montante	Imparidade constituída	Número operações	Montante	Imparidade constituída	Número operações	Montante	Imparidade constituída	Número operações	Montante	Imparidade constituída
2009 e anteriores	18	-86	1	4	230 736	196 126	2	8 320	40	1	113 031	84 773	0	0	0	64	1 193	16	89	353 194	280 956
2010	0	0	0	0	0	0	2	11 691	5	0	0	0	0	0	0	3	179	1	5	11 869	6
2011	4	89 451	35 340	0	0	0	3	16 198	2	0	0	0	0	0	0	7	4 346	10	14	109 995	35 352
2012	1	2 819	1 476	0	0	0	6	26 615	3	1	26 933	372	0	0	0	5	0	0	13	56 366	1 852
2013	5	5 957	4 346	0	0	0	9	40 287	3 161	0	0	0	0	0	0	20	2 011	1 394	34	48 255	8 901
2014	3	19 433	5 531	0	0	0	6	31 404	5	1	19 984	45	0	0	0	23	33 586	21 358	33	104 407	26 938
2015	8	44 317	79	3	129 381	12 782	8	41 065	9	3	426 919	5 902	1	73 644	1 018	45	7 278	48	68	722 604	19 837
2016	10	117 981	7 122	5	0	0	12	75 326	3 059	2	126 540	22 757	0	0	0	58	12 496	952	87	332 343	33 891
2017	33	758 157	3 788	8	98 266	1 545	19	192 683	531	1	28 475	394	1	78 648	1 087	186	83 235	1 890	248	1 239 463	9 234
2018	144	434 425	21 037	27	25 868	589	31	178 566	321	2	163 584	2 268	0	0	0	926	71 113	4 109	1 130	873 556	28 324
2019	180	525 799	5 458	32	117 826	1 174	37	241 547	724	2	-997	0	1	-695	0	1 217	194 979	11 761	1 469	1 078 458	19 116
2020	117	376 871	30 726	9	69 142	497	25	189 791	498	0	0	0	0	0	0	869	388 809	1 829	1 020	1 024 612	33 550
2021	103	303 590	4 225	23	159 210	893	34	215 407	1 238	4	795 305	11 049	0	0	0	468	374 332	15 636	632	1 847 844	33 041
2022	238	2 451 945	12 487	31	326 238	1 225	35	226 990	1 520	2	237 488	2 569	3	414 926	5 735	839	514 008	2 626	1 148	4 171 595	26 163
Total	864	5 130 657	131 617	142	1 156 667	214 829	229	1 495 889	11 117	19	1 937 261	130 129	6	566 523	7 840	4 730	1 687 564	61 630	5 990	11 974 563	557 162

Detalhe da carteira por segmento e por ano de produção em 31 de dezembro de 2021:

(em milhares de ecv)

Ano de produção	Corporate			Construção e CRE			Habitação			Setor público empresarial			Setor público administrativo			Outros			Total		
	Número operações	Montante	Imparidade constituída	Número operações	Montante	Imparidade constituída	Número operações	Montante	Imparidade constituída	Número operações	Montante	Imparidade constituída	Número operações	Montante	Imparidade constituída	Número operações	Montante	Imparidade constituída	Número operações	Montante	Imparidade constituída
2009 e anteriores	19	-154	4	4	230 736	184 589	3	15 603	38	1	113 031	84 773	0	0	0	68	844	27	95	360 059	269 431
2010	0	0	0	0	0	0	2	12 435	3	0	0	0	0	0	0	3	572	15	5	13 007	18
2011	5	92 596	35 899	0	0	0	4	17 684	410	0	0	0	0	0	0	7	4 451	11	16	114 732	36 320
2012	2	132 935	3 048	0	0	0	6	29 002	4	0	0	0	0	0	0	7	0	0	15	161 937	3 052
2013	6	10 311	4 351	0	0	0	12	63 754	2 954	0	0	0	0	0	0	27	3 029	1 895	45	77 093	9 201
2014	3	14 186	4 846	0	0	0	7	34 006	12	1	24 356	358	0	0	0	25	34 469	21 964	36	107 017	27 179
2015	13	561 161	1 986	2	132 929	10 997	9	54 794	14	3	476 985	7 006	1	95 555	1 403	49	8 380	61	77	1 329 804	21 468
2016	11	139 472	3 008	5	0	0	12	80 333	2 197	2	137 413	22 984	0	0	0	73	14 573	1 441	103	371 791	29 630
2017	39	1 443 776	12 720	8	127 931	1 198	21	204 505	912	1	28 471	418	1	106 207	1 560	231	100 300	2 791	301	2 011 191	19 599
2018	155	501 250	27 138	31	301 454	8 346	35	204 780	522	1	182 454	2 690	0	0	0	1 063	104 657	5 764	1 285	1 294 594	44 459
2019	188	670 122	11 676	32	179 660	624	41	275 855	881	2	-1 265	0	1	-981	0	1 474	262 768	13 798	1 738	1 386 159	26 978
2020	137	542 538	31 925	16	134 370	859	25	186 877	482	0	0	0	0	0	0	1 031	461 292	3 345	1 209	1 325 076	36 611
2021	145	976 577	4 859	28	330 529	1 179	37	208 094	1 172	3	284 160	4 174	0	0	0	833	671 010	4 106	1 046	2 470 369	15 490
Total	723	5 084 769	141 458	126	1 437 608	207 791	214	1 387 723	9 602	14	1 245 605	122 403	3	200 781	2 963	4 891	1 666 344	55 217	5 971	11 022 830	539 434

Detalhe do justo valor dos colaterais subjacentes à carteira de crédito por segmento em 31 de dezembro de 2022:

(em milhares de ecv)

31.12.2022	Corporate				Construção e CRE				Habitação				Outros				Total			
	Imóveis		Outros Colaterais Reais*		Imóveis		Outros Colaterais Reais*		Imóveis		Outros Colaterais Reais*		Imóveis		Outros Colaterais Reais*		Imóveis		Outros Colaterais Reais*	
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
Justo Valor																				
0.5 MCVE	-	-	36	6 296	-	-	2	230	-	-	2	377	-	-	47	5 697	-	-	87	12 599
>= 0.5MCVE e < 1 MCVE	-	-	3	1 714	-	-	-	-	5	3 812	1	500	4	3 035	7	4 127	9	6 847	11	6 341
>= 1 MCVE e < 5 MCVE	15	43 372	9	18 310	3	7 187	-	-	58	160 688	1	2 300	13	29 420	9	15 886	89	240 666	19	36 497
>= 5 MCVE e < 10 MCVE	13	91 893	1	6 000	4	31 561	-	-	65	466 084	1	6 000	8	59 315	-	-	90	648 852	2	12 000
>= 10 MCVE e < 20 MCVE	13	191 067	1	18 404	2	32 271	-	-	53	655 310	-	-	12	154 978	-	-	80	1 033 626	1	18 404
>= 20 MCVE e < 50 MCVE	23	725 561	-	-	4	104 944	-	-	14	399 955	-	-	13	347 694	1	28 000	54	1 578 155	1	28 000
>= 50 MCVE	15	2 081 819	-	-	2	206 677	-	-	1	106 645	-	-	4	328 570	-	-	22	2 723 711	-	-
Total	79	3 133 712	50	50 723	15	382 640	2	230	196	1 792 493	5	9 177	54	923 012	64	53 710	344	6 231 856	121	113 840

Detalhe do justo valor dos colaterais subjacentes à carteira de crédito por segmento em 31 de dezembro de 2021:

(em milhares de ecv)

31.12.2021	Corporate				Construção e CRE				Habitação				Outros				Total			
	Imóveis		Outros Colaterais Reais*		Imóveis		Outros Colaterais Reais*		Imóveis		Outros Colaterais Reais*		Imóveis		Outros Colaterais Reais*		Imóveis		Outros Colaterais Reais*	
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
Justo Valor																				
0.5 MCVE	-	-	59	10 813	-	-	3	445	-	-	2	377	1	275	82	11 025	1	275	146	22 660
>= 0.5MCVE e < 1 MCVE	-	-	4	2 314	-	-	-	-	5	3 812	1	500	4	3 035	8	4 627	9	6 847	13	7 441
>= 1 MCVE e < 5 MCVE	21	58 098	15	28 650	4	10 687	-	-	70	191 068	1	2 300	16	38 385	12	20 089	111	298 238	28	51 040
>= 5 MCVE e < 10 MCVE	18	127 117	1	6 000	4	31 561	-	-	68	487 865	1	6 000	9	66 840	-	-	99	713 383	2	12 000
>= 10 MCVE e < 20 MCVE	19	278 399	1	18 404	2	32 271	-	-	57	710 540	-	-	13	166 978	-	-	91	1 188 188	1	18 404
>= 20 MCVE e < 50 MCVE	29	955 967	1	33 497	4	104 944	-	-	15	424 768	-	-	14	370 464	1	28 000	62	1 856 143	2	61 497
>= 50 MCVE	18	2 859 222	2	393 889	6	704 145	-	-	1	106 645	-	-	4	328 570	-	-	29	3 998 582	2	393 889
Total	103	4 278 803	83	493 566	20	883 608	3	445	216	1 924 698	5	9 177	61	974 547	103	63 741	402	8 061 656	194	566 929

A matriz de transferência da exposição entre *stages* de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2022 e de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021 resulta como se apresenta nos quadros seguintes:

	Stage 1	Stage 2	Stage 3	31/dez/22 Total
Stage a 01-01-2022				
Stage 1	5 794 568	231 985	147 956	6 174 509
Stage 2	657 352	235 789	150 096	1 043 236
Stage 3	(33)	615	584 640	585 222
Exposições originadas durante 2022	3 929 381	234 649	7 566	4 171 595
Total	10 381 268	703 038	890 257	11 974 563

	Stage 1	Stage 2	Stage 3	31-dez-21 Total
Stage a 01-01-2021				
Stage 1	5 349 033	741 402	38 464	6 128 899
Stage 2	1 110 352	597 773	9 409	1 717 535
Stage 3	101 585	8 313	596 128	706 027
Exposições originadas durante 2021	2 302 028	163 108	5 233	2 470 369
Total	8 862 998	1 510 597	649 234	11 022 830

A matriz de transferência de imparidades entre *stages* de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2022 e de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021 resulta como se apresenta nos quadros seguintes:

	Stage 1	Stage 2	Stage 3	31/dez/22 Total
Stage a 01-01-2022				
Stage 1	36 370	2 142	23 066	61 579
Stage 2	856	4 622	34 361	39 840
Stage 3	-	0	429 580	429 581
Exposições originadas durante 2022	21 391	3 806	967	26 163
Total	58 617	10 571	487 974	557 162

	Stage 1	Stage 2	Stage 3	31/dez/21 Total
Stage a 01-01-2021				
Stage 1	26 724	51 067	28 227	106 019
Stage 2	9 620	16 127	5 112	30 859
Stage 3	1 036	834	385 195	387 066
Exposições originadas durante 2021	12 300	1 429	1 761	15 490
Total	49 681	69 457	420 296	539 434

Rácio de cobertura pela garantia de operações por segmento

31.12.2022

(em milhares de ecv)

Segmento/Rácio	Número de imóveis	Exposições com baixo risco de crédito (stage 1)	Exposições com aumento significativo do risco de crédito (stage 2)	Exposições em situação de imparidade (stage 3)	Imparidade
Corporate	107	4 556 193	317 055	257 409	14 572
Sem colateral associado	12	2 099 091	88 329	123 994	10 842
> 150%	54	1 089 979	220 435	25 449	899
<= 150% e > 125%	11	150 774	2 567	8 420	169
<= 125% e > 100%	14	874 455	-	48 475	1 016
<= 100%	16	341 894	5 724	51 071	1 646
Construção e CRE	23	603 602	189 651	363 414	2 903
Sem colateral associado	4	195 334	78 066	232 106	1 153
> 150%	9	55 626	7 368	131 308	52
<= 150% e > 125%	2	101 280	-	-	64
<= 125% e > 100%	1	-	104 217	-	-
<= 100%	7	251 362	-	-	1 633
Habitação	229	1 410 142	50 873	34 874	4 254
Sem colateral associado	23	215 486	2 724	6 683	951
> 150%	114	446 898	37 052	28 191	177
<= 150% e > 125%	34	345 496	6 602	-	274
<= 125% e > 100%	22	133 778	4 495	-	174
<= 100%	36	268 483	-	-	2 679
Outros	74	1 449 114	145 458	92 992	5 094
Sem colateral associado	6	327 032	55 546	73 005	2 472
> 150%	32	381 726	8 261	6 054	879
<= 150% e > 125%	13	168 782	76 059	12 235	298
<= 125% e > 100%	8	103 776	-	-	138
<= 100%	15	467 798	5 593	1 698	1 307
Total	434	10 381 268	703 038	890 257	557 162
Sem colateral associado	45	5 125 516	224 666	577 355	460 156
> 150%	210	2 047 874	273 115	191 002	34 129
<= 150% e > 125%	60	766 331	85 227	20 655	6 111
<= 125% e > 100%	45	1 112 009	108 712	48 475	11 837
<= 100%	74	1 329 538	11 317	52 769	44 930

Rácio de cobertura pela garantia de operações por segmento

31.12.2021

(em milhares de ecv)

Segmento/Rácio	Número de imóveis	Exposições com baixo risco de crédito (stage 1)	Exposições com aumento significativo do risco de crédito (stage 2)	Exposições em situação de imparidade (stage 3)	Imparidade
Corporate	105	3 983 001	920 375	181 393	17 511
Sem colateral associado	-	1 401 738	207 128	54 786	7 791
> 150%	55	668 970	482 505	36 536	1 203
<= 150% e > 125%	12	149 519	47 171	2 529	76
<= 125% e > 100%	15	440 844	29 936	36 698	600
<= 100%	23	1 321 930	153 636	50 844	7 840
Construção e CRE	20	902 116	301 481	234 011	2 542
Sem colateral associado	-	447 920	31 336	234 011	1 322
> 150%	7	33 786	-	-	57
<= 150% e > 125%	3	159 837	167 990	-	43
<= 125% e > 100%	4	56 174	102 155	-	32
<= 100%	6	204 398	-	-	1 088
Habitação	216	1 255 005	103 781	28 937	3 020
Sem colateral associado	-	7 095	2 943	-	4
> 150%	101	398 437	50 428	27 911	168
<= 150% e > 125%	43	361 181	36 636	-	313
<= 125% e > 100%	30	211 419	10 392	-	431
<= 100%	42	276 873	3 381	1 025	2 105
Outros	61	1 418 058	184 959	63 326	7 419
Sem colateral associado	-	645 632	87 463	56 971	5 226
> 150%	32	188 150	1 481	3 756	177
<= 150% e > 125%	9	80 326	84 107	-	64
<= 125% e > 100%	8	90 751	406	-	286
<= 100%	12	413 199	11 502	2 599	1 666
Total	403	8 862 998	1 510 597	649 234	539 434
Sem colateral associado	-	3 711 649	328 870	487 336	446 100
> 150%	196	1 384 898	534 414	68 203	22 549
<= 150% e > 125%	67	750 864	335 904	2 529	10 671
<= 125% e > 100%	57	799 188	142 890	36 698	6 809
<= 100%	83	2 216 400	168 520	54 469	53 305

NOTA 12 – ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

A decomposição da rubrica encontra-se no quadro que se segue:

	31/dez/22	31/dez/21
Activos não correntes detidos para venda		
Activos tangíveis não correntes detidos para venda		
Imóveis	189 851	147 372
Equipamentos	-	-
Sub-total	189 851	147 372
Imparidade acumulada	(15 094)	-
Total	174 757	147 372

A rubrica inclui essencialmente os imóveis recebidos na recuperação de crédito de crédito a clientes. A variação da rubrica durante o período, resume conforme se segue:

	31/dez/22	31/dez/21
Saldo inicial	147 372	141 055
Entradas	46 154	6 933
Vendas	(3 020)	(60 452)
Transferências	(655)	59 835
Saldo final	189 851	147 372

Para efeitos de determinação do justo valor, as avaliações dos ativos não correntes detidos para venda são realizadas por peritos especializados e independentes de acordo com os critérios e metodologias geralmente aceites para o efeito.

Apresentamos em seguida o diferencial entre o valor contabilístico líquido e o justo valor dos Ativos não correntes detidos para Venda (Nota 12), das Propriedades de investimentos (Nota 13) e dos outros ativos recebidos em dação por recuperação de crédito que por não cumprirem com os requisitos para serem registadas nas categorias anteriores se encontram registadas em Outros ativos (Nota 16).

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade foram os seguintes:

	Imóveis	Total
Saldo em 01 de Janeiro de 2021	-	-
Dotações	-	-
Reversões	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	-	-
Dotações	15 094	15 094
Reversões	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	15 094	15 094

Detalhe do justo valor e valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação ou execução por tipo de ativo:

Ativo	31/dez/22		
	Número de Imóveis	Justo valor do Ativo	Valor contabilístico
Terreno	8	520 325	520 325
Urbano	7	467 292	467 292
Rural	1	53 033	53 033
Edifícios construídos	18	271 498	247 363
Comerciais	3	86 444	51 572
Habitação	15	185 054	195 791
Total	26	791 822	767 687

Ativo	31/dez/21		
	Número de Imóveis	Justo valor do Ativo	Valor contabilístico
Terreno	8	891 419	525 549
Urbano	6	675 113	333 994
Rural	2	216 306	191 555
Edifícios construídos	20	371 541	329 544
Comerciais	3	123 981	113 633
Habitação	17	247 561	215 911
Total	28	1 262 960	855 093

Detalhe do justo valor e valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação ou execução por antiguidade:

Tempo decorrido desde a dação / execução	31/dez/22				Total
	< 1 ano	>= 1 ano e < 2,5 anos	>= 2,5 anos e < 5 anos	>= 5 anos	
Terreno	-	-	-	520 325	520 325
Urbano	-	-	-	467 292	467 292
Rural	-	-	-	53 033	53 033
Edifícios construídos	41 480	26 312	-	203 705	271 498
Comerciais	-	-	-	86 444	86 444
Habitação	41 480	26 312	-	117 262	185 054
Total	41 480	26 312	0	724 030	791 822

Tempo decorrido desde a dação / execução	31/dez/21				Total
	< 1 ano	>= 1 ano e < 2,5 anos	>= 2,5 anos e < 5 anos	>= 5 anos	
Terreno	-	-	-	525 549	525 549
Urbano	-	-	-	333 994	333 994
Rural	-	-	-	191 555	191 555
Edifícios construídos	6 577	20 198	-	302 769	329 544
Comerciais	-	-	-	113 633	113 633
Habitação	6 577	20 198	-	189 136	215 911
Total	6 577	20 198	-	828 318	855 093

NOTA 13 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

A decomposição da rubrica encontra-se no quadro que se segue:

	31/dez/22	31/dez/21
Propriedades de investimento		
Ativos recebidos em recuperação de crédito	104 584	272 463
Outros ativos de uso não próprio	723 055	667 760
Sub-Total	827 639	940 223
Ajustamentos de justo valor	(49 053)	(30 353)
Total	778 586	909 870

A variação da rubrica resulta conforme se segue:

	Valor
Custo aquisição	
Saldo a 31/dez/2020	310 071
Adições	667 760
Alienações ou abates	(37 608)
Saldo a 31/dez/2021	940 223
Adições	-
Abates e/ou Alienações	(56 413)
Transferências	(56 171)
Saldo a 31/dez/2022	827 639
Ajustamentos de justo valor	
Saldo a 31/dez/2020	25 579
Aumentos	6 968
Reduções	(2 194)
Saldo a 31/dez/2021	30 353
Aumentos	47 931
Reduções	(628)
Alienações ou abates	(7 304)
Transferências	(21 299)
Saldo a 31/dez/2022	49 053
Saldo líquido a 31/dez/2022	778 586
Saldo líquido a 31/dez/2021	909 870

O justo valor dos ativos registados nesta rubrica é determinado com base em avaliações realizadas por peritos especializados e independentes, tendo sido selecionado como metodologia o método do rendimento. Adicionalmente, para determinados ativos, o justo valor é determinado pelo método do *discount cash-flow* das rendas futuras e, nos casos de ativos arrendados com opção de compra, os preços acordados para o exercício da são considerados para determinação do seu justo valor. A técnica de avaliação adotada enquadra-se no nível 3 da hierarquia do justo valor.

No período findo a 31 de dezembro de 2022, foram transferidos ativos para rubrica de Outros ativos (Nota 16), que totalizam o montante de 34.872 mCVE.

No período findo a 31 de dezembro de 2022, os rendimentos provenientes do arrendamento destes imóveis ascenderam a 34.566 mCVE (31 de dezembro de 2021: 10.725 mCVE), e encontra-se apresentados na rubrica de Outros resultados de exploração (Nota 33).

NOTA 14 – OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

A decomposição da rubrica de ativos tangíveis é conforme segue:

	31/dez/22	31/dez/21
Imóveis	1 102 542	1 098 116
Edifícios	704 684	675 376
Obras em imóveis arrendados	397 858	422 740
Equipamento:	503 321	465 810
Mobiliário e material	126 448	124 970
Maquinas e ferramentas	45 294	41 842
Equipamento informático	168 566	146 846
Instalações interiores	1 542	1 542
Veículos	90 690	82 650
Equipamento de segurança	54 574	54 478
Outro equipamento	16 207	13 483
Outros ativos tangíveis	4 296	4 145
Ativos tangíveis em curso	45 094	7 840
Ativos sob direito de uso (IFRS 16)	221 123	214 363
Sub-total	1 876 376	1 790 274
Depreciações Acumuladas	740 135	659 538
Total	1 136 241	1 130 736

A variação da rubrica resulta conforme se segue:

	Ativos sob direito de uso (IFRS 16)	Imóveis e Equipamento	Ativos tangíveis em curso	Total
Custo aquisição				
Saldo a 31/dez/2020	645 163	845 664	13 772	1 504 599
Adições	13 812	696 631	21 695	732 138
Transferências	-	27 626	-27 626	-
Abates e/ou Alienações	-444 612	-1 850	-	-446 462
Saldo a 31/dez/2021	214 363	1 568 071	7 841	1 790 274
Adições	6 761	38 963	40 378	86 102
Transferências	-	3 125	-3 125	-
Abates e/ou Alienações	-	-	-	-
Saldo a 31/dez/2022	221 123	1 610 159	45 094	1 876 376
Depreciações				
Saldo a 31/dez/2020	93 765	564 962	-	658 727
Adições	39 444	43 386	-	82 830
Abates e/ou Alienações	-80 171	-1 850	-	-82 021
Saldo a 31/dez/2021	53 040	606 498	-	659 537
Adições	18 638	61 959	-	80 597
Saldo a 31/dez/2022	71 678	668 457	-	740 135
Saldo líquido a 31/dez/2022	149 445	941 701	45 094	1 136 241
Saldo líquido a 31/dez/2021	161 323	961 572	7 841	1 130 736

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os ativos por direito de uso decorrem das locações abrangidas pela IFRS 16. O Banco tem contratadas locações de imóveis utilizados pelas agências, os quais são negociados individualmente apresentando diferentes termos e condições.

A decomposição da rubrica de Outros ativos intangíveis é conforme segue:

	31/dez/22	31/dez/21
Sistema tratamento automático de dados	366 486	333 403
Activos intangíveis em curso	23 378	10 228
Outros activos intangíveis	4 696	4 696
Sub-Total	394 560	348 328
Depreciações Acumuladas	177 115	137 395
Total	217 445	210 932

Os movimentos nesta rubrica resumem conforme se segue:

	Sistema tratamento automático de dados	Activos intangíveis em curso	Outros activos intangíveis	Total
Custo aquisição				
Saldo a 31/12/2020	249 009	76 849	4 696	330 553
Adições	1 016	16 759	-	17 775
Transferências	83 379	- 83 379	-	-
Saldo a 31/12/2021	333 404	10 228	4 696	348 328
Adições	33 082	13 150	-	46 232
Saldo a 31/12/2022	366 486	23 378	4 696	394 560
Depreciações				
Saldo a 31/12/2020	101 886	-	4 696	106 582
Adições	30 814	-	-	30 814
Saldo a 31/12/2021	132 700	-	4 696	137 396
Adições	39 720	-	-	39 720
Saldo a 31/12/2022	172 420	-	4 696	177 115
Saldo líquido a 31-Dez-2022	194 067	23 378	-	217 445
Saldo líquido a 31-Dez-2021	200 704	10 228	-	210 932

NOTA 15 – ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo apresentado na rubrica de Ativos por impostos diferidos, no montante de mCVE 46.6465 (31 de dezembro de 2021: mMCV 43.090), resulta de diferenças temporárias dedutíveis entre o valor contabilístico da carteira de crédito e de títulos de dívida e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

	31/dez/22	31/dez/21
Ativos por impostos correntes:	0	0
Rentenções na fonte por conta do imposto	0	0
Pagamentos por conta IRPC	0	0
Ativos por impostos diferidos:	46 465	43 090
Por diferenças temporárias em activos	46 465	43 090
Total	46 465	43 090

Os movimentos na rubrica dos Ativos por impostos diferidos resumem no quadro que se segue:

	Resultado líquido do exercício	Capital		Total
		Reservas de reavaliação IFRS 9	Outros resultados transitados	
Ativos por impostos diferidos				
Saldo a 31/12/2020	22 515	16 451	0	38 966
Aumentos	4 124	0	0	4 124
Saldo a 31/12/2021	26 639	16 451	0	43 090
Aumentos	3 375	0	0	3 375
Saldo a 31/12/2022	30 014	16 451	0	46 465

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo apresentado na rubrica de Passivos por impostos correntes, no montante 1.672 mCVE (31 de dezembro de 2021: 1.554 mCVE), resulta da estimativa dos impostos apurados pela aplicação do CIRPC.

NOTA 16 – OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

A decomposição da rubrica Outros Ativos encontra-se no quadro que se segue:

	31/dez/22		
	Valor bruto	Provisões e imparidade	Valor líquido
Outros Ativos	641 114	11 598	629 517
Devedores residentes	125 587	0	125 587
Devedores não residentes	2 224	0	2 224
Devedores aplicações diversas	3 091	0	3 091
Ativos por recuperação de crédito	508 972	11 598	497 374
Outros Ativos	1 239	0	1 239
Outros Rendimentos a Receber	3 284	0	3 284
Por linhas de crédito irrevogáveis	210	0	210
Outros rendimentos a receber	3 074	0	3 074
Despesas com encargo diferido	69 167	0	69 167
Seguros	1 798	0	1 798
Outros	67 370	0	67 370
Outras contas de regularização	150 004	33 925	116 079
Outras operações a regularizar	150 004	33 925	116 079
Total de Outros Ativos	863 569	45 523	818 046

	31-dez-21		
	Valor bruto	Provisões e imparidade	Valor líquido
Outros Ativos	613 205	2 429	610 777
Devedores residentes	141 050	0	141 050
Devedores não residentes	1 834	0	1 834
Devedores aplicações diversas	2 941	0	2 941
Ativos por recuperação de crédito	465 714	2 429	463 286
Outros Ativos	1 664	0	1 664
Outros Rendimentos a Receber	1 635	0	1 635
Por linhas de crédito irrevogáveis	262	0	262
Outros rendimentos a receber	1 373	0	1 373
Despesas com encargo diferido	74 008	0	74 008
Seguros	2 858	0	2 858
Outros	71 151	0	71 151
Outras contas de regularização	85 240	33 925	51 314
Outras operações a regularizar	85 240	33 925	51 314
Total de Outros Ativos	774 087	36 354	737 734

A 31 de dezembro de 2022, o saldo apresentado na rubrica devedores residentes inclui 98.746 mCVE (31 de dezembro de 2021: 110.746 mCVE) referente ao valor das obras realizadas na anterior sede do Banco, por conta do proprietário do edifício.

Em 31 de dezembro de 2022, o montante registado em Outras operações a regularizar, diz respeito essencialmente a movimentos que são saldados nos meses seguintes, nomeadamente contas de compensação.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da rubrica de Imparidade de Outros Ativos ascende ao montante de mCVE 45.523 (31 de dezembro de 2021: 36.534 mCVE).

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo apresentado na sub-rubrica de *Ativos por recuperação de crédito*, inclui o montante bruto de 508.972 mCVE (31 de dezembro de 2021: 465.714 mCVE), referente a imóveis cujo prazo espetável para sua venda é superior a um ano.

No período findo em 31 de dezembro de 2022, foi transferido da rubrica de Propriedades de investimento para Outros ativos, imóveis cujo justo valor a data da transferência ascende ao montante de 34.872 mCVE (Nota 13).

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade foram os seguintes:

	Ativos por recuperação de crédito	Outras operações a regularizar	Total
Saldo em 01 de Janeiro de 2021	6 282	33 925	40 207
Reforços	0	0	0
Utilizações	0	0	0
Reversões	-3 853	0	-3 853
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	2 429	33 925	36 354
Reforços	9169	-	9 169
Utilizações	0	0	0
Reversões	0	0	0
Saldo em 31 de dezembro de 2022	11 598	33 925	45 523

A 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a decomposição da rubrica Outros Passivos encontra-se no quadro que se segue:

	31/dez/22	31/dez/21
Credores e Outros Recursos	228 312	226 026
Retenção imposto na fonte	37 905	21 392
Contribuição para a Providência Social	4 357	4 281
Cobrança por conta de terceiros	178	84
Fornecedores diversos	332	3 898
Outros credores	24 190	24 484
Passivos de locação (IFRS 16)	161 350	171 888
Encargos a Pagar	36 361	44 951
Por gastos com o pessoal	12 445	14 603
Por gastos gerais administrativos	23 916	30 348
Outras operações a regularizar	3 299	63 320
Total de Outros Passivos	267 972	334 297

A retenção dos impostos a entregar ao Estado, refere-se essencialmente ao imposto sobre rendimentos de trabalho dependente, sobre rendimentos prediais e sobre rendimentos de capitais.

A contribuição para a providência social, corresponde à aplicação de uma taxa de 24,5% (16% por conta da entidade patronal e 8,5% da responsabilidade do empregado) sobre as remunerações liquidadas em dezembro de 2022, a qual deverá ser entregue em janeiro de 2023.

O saldo apresentado em Fornecedores diversos é resultante de aquisição de bens e serviços, cujas faturas aguardam liquidação, a qual deverá ocorrer no primeiro semestre de 2023.

Os custos a pagar ao pessoal, são acréscimos de gastos com o pessoal, relativamente as férias e férias vencidas não gozadas, e que serão regularizadas em períodos seguintes.

Os passivos de locação operacional (IFRS 16) no montante de 161.350 mCVE (31 de dezembro de 2021: 171.888 mCVE), decorrem das locações operacionais abrangidas pela IFRS 16 e dizem respeito ao registo do valor atual dos montantes a pagar ao abrigo dos contratos de arrendamento dos espaços para instalação das agências e do edifício onde se encontram os serviços centrais do Banco.

NOTA 17 – RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

A decomposição desta rubrica encontra-se no quadro que se segue:

	31/dez/22	31/dez/21
Recursos de bancos centrais		
Recursos do Banco de Cabo Verde	2 491 000	1 350 000
Empréstimos	2 491 000	1 350 000
Juros a pagar	24 083	12 218
Total recursos de bancos centrais	2 515 083	1 362 218

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o saldo de recursos de bancos centrais resulta de financiamentos obtidos no Banco de Cabo Verde, através da utilização da linha OMF disponibilizada como medida de mitigação dos efeitos da pandemia provocados pela COVID-19.

O escalonamento dos Recursos de outras instituições de crédito por prazos de vencimento é como segue:

	31/dez/22	31/dez/21
De seis meses a um ano	1 372 343	-
Entre 1 ano e 5 anos	1 142 740	1 362 218
Total	2 515 083	1 362 218

Os recursos obtidos no Banco Central de Cabo Verde são contratados na moeda Escudos Cabo-Verdianos.

	31/dez/22	31/dez/21
Em Escudos Cabo-Verdianos	2 515 083	1 362 218
Total	2 515 083	1 362 218

Os empréstimos obtidos no Banco de Cabo Verde são garantidos por penhora de títulos de dívida pública cabo-verdiana. Em 31 de dezembro de 2022 o montante nominal dos títulos de dívida pública cabo-verdiana dados em garantia desses empréstimos ascendia a 2.602.597 mCVE (Nota 10).

NOTA 18 – RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A decomposição desta rubrica encontra-se no quadro que se segue:

	31/dez/22	31/dez/21
Recursos de Instituições de Crédito no país	9	1 424
Depósitos à ordem	9	1 424
Recursos de Instituições de Crédito no estrangeiro	4 910 897	4 929 783
Depósitos à ordem	682 406	503 147
Depósitos à prazo	230 346	427 386
Empréstimos	3 998 145	3 999 251
Juros a pagar	6 348	3 165
Total Recursos de Outras IC's	4 917 253	4 934 371

O escalonamento dos depósitos a prazo de outras instituições de crédito por prazos de vencimento é como segue:

	31/dez/22	31/dez/21
Até três meses	2 036 455	1 858 899
De três a seis meses	1 640 711	2 181 809
De seis meses a um ano	551 325	385 928
Total	4 228 491	4 426 636

Os depósitos a prazo e outros empréstimos de outras instituições de crédito, apresentavam a seguinte estrutura por moeda:

	31/dez/22	31/dez/21
Em Escudos Cabo-Verdianos	-	-
Em Euros	3 813 959	4 231 528
Em Dólares dos Estados Unidos	414 532	195 108
Total	4 228 491	4 426 636

NOTA 19 – RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

A decomposição da rubrica resume-se no quadro que se segue:

	31/dez/22	31/dez/21
Recursos do Setor Público Administrativo	5 484 557	4 959 327
Depósitos à ordem	2 414 557	2 459 327
Depósitos a prazo	3 070 000	2 500 000
Recursos de Residentes	9 464 987	8 124 694
Depósitos à ordem	6 609 038	5 455 779
Depósitos a prazo	2 855 948	2 668 915
Recursos de Emigrantes	998 976	837 336
Depósitos à ordem	283 602	222 758
Depósitos a prazo	715 374	614 578
Recursos de Não Residentes	579 053	278 863
Depósitos à ordem	471 602	203 323
Depósitos a prazo	107 450	75 540
Juros a pagar	121 761	129 903
Outros recursos de clientes (cheques e ordens a pagar)	330 890	113 203
Total de Recursos de Clientes	16 980 223	14 443 327

O escalonamento dos Recursos de clientes e outros empréstimos por prazos de vencimento é como segue:

	31/dez/22	31/dez/21
Até três meses	644 775	868 036
De três a seis meses	421 234	545 804
De seis meses a um ano	1 342 181	2 243 785
Entre 1 ano e 5 anos	4 274 794	2 172 971
Mais de 5 anos	65 787	28 437
Total	6 748 772	5 859 033

Os depósitos a prazo de clientes e outros empréstimos, apresentavam a seguinte estrutura por moeda:

	31/dez/22	31/dez/21
Em Escudos Cabo-Verdianos	6 685 038	5 839 243
Em Euros	-	3 205
Em Dólares dos Estados Unidos	63 734	16 584
Total	6 748 772	5 859 033

NOTA 20 – DERIVADOS

A 31 de dezembro de 2021 o saldo apresentado nesta rubrica, no montante de mCVE 2.805 resulta do justo valor do instrumento derivado, relacionados com o risco de taxa de câmbio.

	31/dez/22		31/dez/21	
Passivos financeiros	Montante nacional	Valor contabilístico	Montante nacional	Valor contabilístico
Futuros de Taxa de Cambio	-	-	55 133	2 805

O instrumento financeiro coberto através de instrumento derivado, contrato de futuro, trata-se de disponibilidades em moeda estrangeira. O contrato atingiu a maturidade no exercício de 2022.

NOTA 21 – PROVISÕES

A decomposição do saldo desta rubrica encontra-se no quadro que se segue:

	31/dez/22	31/dez/21
Provisões para garantias e compromissos assumidos		
Stage 1	1 072	1 545
Stage 2	285	116
Stage 3	0	0
Total	1 357	1 660

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as provisões apresentam os seguintes movimentos:

	31/dez/22	31/dez/21
Saldo inicial	1 660	4 513
Reforços	5 760	2 810
Reversões	-6 063	-5 663
Transferências	0	0
Saldo final	1 357	1 660

O montante provisionado para *garantias prestadas e outros compromissos assumidos*, resultam da aplicação da aplicação da política contabilística divulgada na Nota 2.2.11.

Os montantes das exposições encontram-se divulgados na Nota 37.

NOTA 22 – OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

A decomposição do saldo desta rubrica encontra-se no quadro que se segue:

31/dez/22							
	Data emissão	Moeda	Valor Nominal	Justo valor (inicial)	Juros	Valor balanço	Maturidade
Obrigações subordinadas	2019	CVE	500 000	500 000	667	500 667	2025
Suprimentos	2021	EUR	661 590	131 466	11 044	142 510	2051
Total			1 161 590	631 466	11 711	643 177	

31/dez/21							
	Data emissão		Valor Nominal	Justo valor (inicial)	Juros	Valor balanço	Maturidade
Obrigações subordinadas	2016	CVE	250 000	250 000	325	250 325	2022
Obrigações subordinadas	2019	CVE	500 000	500 000	610	500 610	2025
Suprimentos	2021	EUR	661 590	131 467	873	132 340	2051
Total			1 411 590	881 467	1 808	883 275	

O escalonamento dos passivos subordinados por prazos de vencimento residual é como segue:

	31/dez/22	31/dez/21
De seis meses a um ano	-	250 325
Entre 1 ano e 5 anos	500 667	500 610
Mais de 5 anos	142 510	132 340
Total	643 177	883 275

Os passivos subordinados, apresentavam a seguinte estrutura por moeda:

	31/dez/22	31/dez/21
Em Escudos Cabo-Verdianos	500 667	750 935
Em Euros	142 510	132 340
Total	643 177	883 275

No período findo em 31 de dezembro de 2021, o Banco contraiu um financiamento junto da casa-mãe no montante de 661.590 mCVE, no âmbito da aquisição do Ed. BAIcenter onde se situa a sua Sede.

As condições do contrato de suprimentos são apresentadas conforme se segue:

	Emissão	Maturidade	Moeda	Taxa	Valor Nominal	Justo valor (inicial)	Diferença justo valor
Suprimentos	31/ago/21	31/ago/51	EUR	Euribor 12M + 1% Cap: 1,5%	661 590	131 466	530 124
Total					661 590	131 466	530 124

O Banco procedeu ao reconhecimento inicial do contrato pelo seu justo valor, tendo a diferença entre o justo valor e o valor nominal do empréstimo, no montante de 530.124 mCVE, sido reconhecido em capitais próprios na rubrica de Outros instrumentos de capital.

O justo valor do instrumento financeiro foi apurado segundo o nível 3 da hierarquia do justo valor, aplicando como metodologia o desconto dos cash-flow do contrato a uma taxa de juro de mercado.

A taxa de mercado utilizada para determinação do justo valor do instrumento financeiro, na data de início do contrato, foi determinada através de obtenção uma taxa de juros sem risco, para o prazo de 30 anos (utilizado a taxa de emissão de dívida Alemã de 0,48%), acrescido de um prémio de risco de longo prazo (utilizado a prémio de risco atribuído a Cabo Verde pelo Damodaran, 6,43%). Nesse sentido, foi apurada uma taxa de mercado de 6,91%.

A utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar valorizações diferentes do apurado segundo os pressupostos assumidos.

É apresentado na tabela seguinte uma análise de sensibilidade do justo valor do contrato, em função da variação na taxa de juro de mercado:

Análise de sensibilidade	+200 pbs	+100 pbs	-100 pbs	-200 pbs
Valor Nominal	661 590	661 590	661 590	661 590
Justo valor	86 127	105 797	165 149	209 574
Diferença justo valor	575 463	555 793	496 441	452 016

NOTA 23 – CAPITAL

A estrutura acionista do Banco a 31 de dezembro de 2022 e a 31 de dezembro de 2021 era a seguinte:

	31/dez/22			31/dez/21		
	%	Nº Ações	Valor nominal	%	Nº Ações	Valor nominal
Banco Angolano de Investimentos, S.A.	81,63	1 707 987	1 707 987	88,96	1 861 327	1 861 327
Sonangol Cabo Verde – Sociedade de Investimentos, S.A.	9,20	192 505	192 505	9,20	192 505	192 505
Silvino Manuel da Luz	7,33	153 340	153 340	-	-	-
SOGEI – Sociedade de Gestão de Investimentos, SA	0,89	18 553	18 553	1,84	38 553	38 553
Ações próprias (Nota 25)	0,96	20 000	20 000	-	-	-
Total	100,00	2 092 385	2 092 385	100,00	2 092 385	2 092 385

Em 31 de dezembro de 2022 o capital é constituído por 2.092.385 ações de valor nominal de 1.000\$00 (mil escudos cabo-verdianos) cada, totalmente realizado.

Nenhum dos membros dos órgãos sociais detém participação no capital do Banco.

O Banco cumpriu durante o período com os todos os requisitos de capital imposto pelo Banco de Cabo Verde.

NOTA 24 – PRÉMIOS DE EMISSÃO

A decomposição do saldo desta rubrica encontra-se no quadro que se segue:

	31/dez/22	31/dez/21
Prémios de emissão		
Instrumentos de capital	8 750	8 750
Instrumentos de dívida	-	-
Total	8 750	8 750

NOTA 25 – AÇÕES PRÓPRIAS

A decomposição desta rubrica encontra-se no quadro que se segue:

	Quantidade	Preço	Montante
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	-	-	-
Aquisições	20 000	1,000	20 000
Alienações	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	20 000	1,000	20 000

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o Banco recebeu em processo de recuperação de dívidas de terceiros, 20.000 ações próprias ao preço de 1.000 escudos cabo-verdianos, que corresponde ao seu valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2022 o montante de ações próprias corresponde a 0,96% do capital social (Nota 23).

NOTA 26 – OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

A decomposição do saldo desta rubrica encontra-se no quadro que se segue:

	31/dez/22	31/dez/21
Outras reservas e resultados transitados		
Reservas legais	38 375	23 355
Reservas estatutárias	24 472	12 456
Outras reservas	144 645	101 530
Resultados transitados	0	0
Total	207 492	137 340

NOTA 27 – MARGEM FINANCEIRA

A rubrica da Margem Financeira decompõe-se como se segue:

	31/dez/22	31/dez/21
Juros e Rendimentos Similares	1 027 563	1 003 297
Aplicações em IC's	4 374	1 538
Crédito a clientes	715 756	709 086
Ativos financeiros	307 434	292 673
Juros e Encargos Similares	227 216	231 788
Recursos de bancos centrais	11 865	10 125
Recursos de outras instituições de crédito	18 142	16 285
Recursos de clientes	145 876	153 796
Passivos subordinados	44 333	31 839
Outros juros e encargos similares (IFRS 16)	7 000	19 743
Margem Financeira	800 347	771 509

NOTA 28 – RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

A rubrica resulta como se segue:

	31/dez/22	31/dez/21
Rendimentos com serviços e comissões:	166 258	119 374
Garantias prestadas	8 639	10 906
Serviços prestados	113 381	77 932
Operações realizadas por conta de terceiros	25 153	20 110
Outras	19 085	10 426
Encargos com serviços e comissões:	69 005	39 453
Serviços bancários prestados por terceiros	11 255	6 333
Por operações realizadas por terceiros	6 678	5 616
Outras	51 072	27 504
Comissões líquidas	97 254	79 921

Em 31 de dezembro de 2022, o montante registado na rubrica de encargos com serviços e comissões inclui os encargos relacionados com os cartões internacionais. No período findo em 31 de dezembro de 2021 os gastos desta natureza se encontravam registados na rubrica de gastos gerais administrativos (Nota 35).

NOTA 29 – RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

O saldo da rubrica compreende como se segue:

	31/dez/22	31/dez/21
Rendimentos de ativos financeiros ao custo amortizado:	2 387	6 177
Títulos de dívida	2 387	6 177
Encargos de ativos financeiros ao custo amortizado:	3 907	2 546
Títulos de dívida	3 907	2 546
Resultados de ativos financeiros ao custo amortizado	- 1 521	3 631

NOTA 30 – RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O saldo da rubrica compreende as variações de justo valor do derivado contratado no primeiro semestre de 2022, conforme divulgado na Nota 19, como se segue:

	31/dez/22	31/dez/21
Ganhos em ativos financeiros ao justo valor através de resultados	844	2 215
Ganhos em derivados de cobertura	844	2 215
Perdas em ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	4 487
Perdas em derivados de cobertura	-	4 487
Resultados em ativos financeiros ao justo valor através de resultados	844 -	2 272

NOTA 31 – RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O saldo da rubrica compreende como se segue:

	31/dez/22	31/dez/21
Ganhos em operações cambiais:	2 967 715	1 450 006
Na posição cambial à vista	2 967 715	1 450 006
Perdas em operações cambiais:	2 966 985	1 441 770
Na posição cambial à vista	2 966 985	1 441 770
Resultados de reavaliação cambial	730	8 236

NOTA 32 – RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS

O saldo apresentado nesta rubrica decompõe-se como segue:

	31/dez/22	31/dez/21
Ganhos realizados	-	-
Outros ativos tangíveis	-	-
Perdas realizadas	4 291	1 804
Outros ativos tangíveis	4 291	1 804
Resultados de alienação de outros ativos	-4 291	-1 804

NOTA 33 – OUTROS RESULTADOS EXPLORAÇÃO

O saldo apresentado nesta rubrica decompõe-se como segue:

	31/dez/22	31/dez/21
Rendimentos de exploração por:	55 515	35 769
Ganhos em activos não financeiros	55 515	35 769
Propriedades de investimetento	44 309	10 725
Outros activos tangíveis	2 351	20 054
Outros ganhos e rendimentos operacionais	8 855	4 990
Gastos de exploração por:	34 548	10 147
Quotizações e donativos	4 457	4 782
Outros impostos	7 111	2 238
Propriedades de investimetento	6 215	808
Multas e outras penalidades legais	4 496	5
Gastos de exercícios anteriores	11 877	484
Outros	391	1 829
Outros resultados de exploração	20 968	25 622

NOTA 34 – CUSTOS COM O PESSOAL

A rubrica resulta conforme se segue:

	31/dez/22	31/dez/21
Remuneração dos órgãos de gestão	51 528	49 745
Remuneração Mensal	34 412	33 151
Subsídios	7 073	7 010
Outras remunerações	10 043	9 584
Remuneração dos empregados	227 304	209 776
Remuneração mensal	142 669	134 734
Remunerações adicionais	7 907	445
Subsídios	76 728	74 065
Outras remunerações	0	531
Encargos sociais obrigatórios	38 246	35 085
Providência Social	37 963	34 819
Seguro de acidentes de trabalho	283	267
Outros custos com pessoal	7 702	4 587
Total	324 781	299 194

O efetivo de trabalhadores em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, distribuído pelas seguintes categoriais profissionais foi o seguinte:

Efectivos de trabalhadores	31/dez/22		31/dez/21	
	Média do exercício	Final do exercício	Média do exercício	Final do exercício
Administradores	7	7	7	7
Direcção e coordenação	13	14	14	14
Chefia e gerência	16	17	17	17
Técnicos	92	87	81	87
Administrativos	9	8	7	8
	137	133	126	133

NOTA 35 – GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

A rubrica decompõe-se conforme se segue:

	31/dez/22	31/dez/21
Gastos Gerais Administrativos		
Com fornecimentos de terceiros	53 777	41 780
Água, Energia e combustível	36 572	28 819
Impressos e material consumo	14 608	9 641
Outros fornecimentos (materiais diversos)	2 597	3 320
Com serviços de terceiros	248 774	213 313
Rendas e alugueres	1 935	1 575
Comunicação e despesas de expedição	15 072	16 736
Deslocações, estadas e representação	9 391	6 859
Publicidade e edição	9 241	8 386
Conservação e reparação	13 041	7 418
Transportes	118	1 171
Formação de pessoal	2 087	1 053
Seguros	4 802	3 149
Serviços especializados	191 471	163 826
Outros serviços de terceiros	1 615	3 141
Total	302 551	255 093

A rubrica de *serviços especializados* inclui gastos com o licenciamento de sistemas de informação, serviços de auditoria, consultoria e outros serviços especializados.

NOTA 36 – IMPOSTOS SOBRE LUCROS

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objetiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis do Banco sobre o correto enquadramento das suas operações o qual é, no entanto, suscetível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

É entendimento do Conselho de Administração que os critérios e pressupostos adotados estão em conformidade com a legislação em vigor, e que eventuais diferenças de interpretação originariam apenas reclassificações entre impostos correntes e diferidos, sem impacto no resultado e no capital próprio do Banco a 31 de dezembro de 2022.

No quadro abaixo, apresenta-se a reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificado a 31 de dezembro de 2022 e de 31 de dezembro de 2021:

	31/dez/22		31/dez/21	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		67 864		118 816
Imposto apurado com base na taxa nominal	22,44%	15 229	22,44%	26 662
Variações patrimoniais não refletidas no resultado	0,00%	-	0,00%	-
Correções fiscais (Acréscimos)				
Correções relativas a períodos de tributação anteriores (art.º 23º, n.º 2 CIRPC)	0,00%	-		-
As depreciações e amortizações efetuadas fora dos termos previstos no CIRPC	0,38%	257	0,53%	228
Perdas por imparidade de seguradoras ou instituições bancárias não aceites	43,56%	29 563	37,09%	19 353
As multas, coimas e encargos pela prática de infrações, incluindo juros compensatórios	0,00%	1	0,00%	1
Prémios de seguros de doença e de acidentes pessoais, gastos com seguros	0,00%	-		-
Imposto único sobre o património	2,33%	1 584	1,12%	488
Acréscimo de 30% do total dos gastos com viaturas ligeiras de passageiros	1,63%	1 104	2,14%	900
50% dos gastos com despesas de representação	0,01%	6	0,00%	-
Outras correções fiscais	10,77%	7 306		-
Correções fiscais (Deduções)				
Reversão de perdas por imparidade tributadas em períodos anteriores	-38,59%	(26 187)	-16,03%	(15 228)
Dedução relativa à eliminação da dupla tributação de lucros distribuídos (art.º 58º CIRPC)	0,00%	(1)		-
Benefícios fiscais	-0,01%	(10)	-0,84%	(10)
Outras correções fiscais	-82,14%	(55 742)	-127,13%	(55 523)
Retenções na fonte a taxa liberatória	17,12%	11 618	27,44%	12 202
Tributações autónomas	2,46%	1 673	4,21%	1 554
Correções de impostos relativas a exercícios anteriores	0,00%	-	0,00%	682
Imposto sobre o lucro do exercício	19,59%	13 291	12,15%	14 438

O imposto reconhecido em resultados, com referência a 31 de dezembro de 2022, no montante de mCVE 13.291 (2021: mCVE 14.438), resulta essencialmente de retenções na fonte à taxa liberatória e das tributações autónomas.

NOTA 37 – CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS E PASSIVOS CONTIGENTES

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, existiam os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

	31/dez/22	31/dez/21
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	441 923	554 023
Garantias e avais a residentes	437 239	547 957
Créditos documentários abertos a residentes	4 684	6 066
Compromissos perante terceiros	1 926 574	1 195 855
Linha de crédito irrevogáveis	1 926 574	1 195 855
Operações cambiais e instrumentos derivados	6 806	3 722
Operações cambiais à vista	20	20
Instrumentos de cobertura	6 786	3 702
Responsabilidades por prestações de serviços	3 871 966	3 465 250
Depósito e guarda de valores - Títulos desmaterializados	3 871 966	3 465 250
Garantias Reais	18 396 303	16 716 601
Ativos dados em garantia	2 615 921	1 358 824
Ativos recebidos em garantia	15 780 382	15 357 777
Outras contas extrapatrimoniais	356 860	458 823
Créditos abatidos ao ativo	233 593	230 604
Juros vencidos	122 146	227 192
Contas diversas	1 121	1 027
Total	25 000 432	22 394 272

O detalhe das provisões para *garantias prestadas e outros passivos eventuais* encontra-se na Nota 21.

No período findo em 31 de dezembro de 2022, encontra-se em curso um processo de contraordenação, instaurada pela entidade de supervisão (Banco de Cabo Verde) que advém de uma inspeção efetuada no exercício de 2017. O Banco foi notificado do processo de contraordenação apenas em novembro de 2022, encontrando-se este processo a esta data em fase de instrução, tendo o Banco já apresentado a sua defesa em janeiro de 2023 e aguarda resposta. As infrações indicadas, considerando o enquadramento na regulamentação aplicável implicam uma coima possível máxima de 50 milhões de escudos cabo-verdianos. Sendo que coimas superiores são classificadas pela Administração do Banco como de probabilidade remota. À data de relato o Banco não consegue estimar com fiabilidade o prazo para conclusão do processo, assim como o montante para uma eventual coima a pagar, sendo expectativa do Conselho de Administração que o processo venha a ser arquivado, atendendo aos argumentos apresentados na defesa partilhada em janeiro de 2023 com o Banco central nomeadamente decorrente de i) falhas processuais entre a data de inspeção e a data de comunicação da contraordenação; ii) a elevada antiguidade do processo e as medidas de correção implementadas decorrentes da entrada em vigor posterior à data da inspeção de novas normas aplicáveis e interações subsequentes com o regulador sobre a matéria em discussão; iii) documentação adicional partilhada pelo Banco com o BCV, entre outros.

NOTA 38 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Foram consideradas partes relacionadas do Banco:

Membros do Conselho de Administração:

Luís Filipe Rodrigues Lélis

Carlos Augusto Bessa Victor Chaves

Carla Monteiro do Rosário

David Luís Dupret Hopffer Almada

Alexandre Augusto Borges Morgado

Maria Encarnação Alves Silva Rocha

Manuel Pinto Frederico

Jorge Manuel Da Silva E Almeida

Entidades do Grupo BAI:

Banco Angolano de Investimentos, S.A.

Banco BAI Europa, S.A.

Baicenter - Sociedade Unipessoal, S.A.

Griner Engenharia CV, S.A.

BAI Micro Finanças, S.A.

NOSSA - Nova Sociedade de Seguros de Angola S.A.

SAESP - Sociedade Angolana de Ensino Superior Privado S.A.

BAIGEST S.A.

BAI SGPS, S.A.

Novenge, S.A.

GRINER Engenharia S.A.

BAI Invest S.A.

Novinvest S.A.

Griner Ganan

Fundação BAI

Outras entidades relacionadas:

Sonangol Cabo Verde, S.A.

SOGEI - Sociedade de Gestão de Investimentos, S.A.

Os saldos, a 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, das transações verificadas com partes relacionadas resumem-se aos seguintes:

Rubrica	Membros dos Órgãos Sociais	Familiares dos Membros dos Órgãos Sociais	Entidades Grupo BAI	Acionistas do Banco c/participação qualificada	Outras entidades relacionadas
Ativo					
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	316 173	-	-
Aplicações em instituições de crédito	-	-	414 028	-	-
Crédito a clientes	619	3 361	2	-	-
Outros ativos	-	-	32 557	-	-
Passivo					
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	4 916 886	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	52 795	7 546	174 643	8 672	-
Outros passivos subordinados	2 553	-	156 554	8 511	-
Margem financeira					
Juros e rendimentos similares	26	282	752	-	-
Juros e encargos similares	9	8	33 246	340	-
Extrapatrimoniais					
Linhas de crédito irrevogáveis	3 717	213	-	-	-
Títulos depositados	12 940	7 418	1 936 555	239 558	-

As transações com entidades relacionadas são analisadas de acordo com os critérios aplicáveis a operações similares com terceiras entidades e são realizadas em condições normais de mercado. Estas operações estão sujeitas à aprovação do Conselho de Administração.

NOTA 39 – CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS

As contas do Banco são consolidadas pelo Banco Angolano de Investimentos, S.A., através do método integral. As contas do Banco Angolano de Investimentos, S.A., podem ser obtidas diretamente na sua sede na Travessa Ho Chi Minh, Complexo Garden Towers, Maianga, Torre BAI, Luanda, Angola.

NOTA 40 – EVENTOS SUBSEQUENTES

À data de aprovação destas demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração do Banco, não se verificavam factos subsequentes a data de 31 de dezembro de 2022, que exigissem ajustamentos ou modificações dos valores dos ativos e dos passivos, nos termos da IAS 10 – Acontecimentos após a data de Balanço.

18. Relatório do Auditor Externo



Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sucursal em Cabo Verde
Edifício Santa Maria - Complexo Atlântico
Apartamento 305 - 3º andar
Avenida Cidade de Lisboa
Praia - Santiago
Tel: + 238 3561351

Relatório do Auditor Independente

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco BAI Cabo Verde, S.A. (o Banco), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 28.203.431 milhares de escudos de Cabo Verde (CVE) e um total de capital próprio de 2.876.693 milhares de CVE, incluindo um resultado líquido de 57.949 milhares de CVE), a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações nos capitais próprios e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Banco BAI Cabo Verde, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde para o setor bancário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” deste relatório. Somos independentes do Banco de acordo com os requisitos do Código de Ética da Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, o qual foi elaborado em respeito aos princípios e normas do Código de Ética para Contabilistas e Auditores, editada pela Comissão Internacional de Normas de Ética para Contabilistas e Auditores (IESBA), e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na nossa auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da nossa opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Imparidade para crédito a clientes

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Em 31 de dezembro de 2022, o Banco tem registadas perdas acumuladas por imparidade sobre a carteira de crédito no montante de 557.162 milhares de CVE, representando 4,65% do montante do crédito.</p> <p>O detalhe da imparidade para crédito a clientes e as políticas contabilísticas, metodologias, conceitos e pressupostos utilizados são divulgados nas notas às demonstrações financeiras (Notas 2.2.11, 2.20, 3.1 e 11).</p> <p>A imparidade representa a melhor estimativa do órgão de gestão do Banco sobre a perda esperada nas exposições de crédito concedido a clientes com referência a 31 de dezembro de 2022. Para o cálculo desta estimativa, o órgão de gestão estabeleceu pressupostos, recorreu a modelos matemáticos para calcular parâmetros, interpretou conceitos e dados históricos e concebeu um modelo de cálculo da perda esperada. Para exposições relevantes em base individual, a imparidade é determinada tendo por base julgamentos de especialistas do Banco na avaliação de risco de crédito e o conhecimento da realidade e situação financeira dos clientes e das garantias associadas às operações em questão.</p> <p>Para além da complexidade dos modelos de quantificação de perdas por imparidade da carteira de crédito, a sua utilização requer o tratamento de um volume significativo de dados, cuja disponibilidade e qualidade podem estar condicionadas.</p> <p>Em face do grau de subjetividade e complexidade que a estimativa de imparidade envolve, a utilização de abordagens, modelos ou pressupostos alternativos pode ter um impacto material no valor da imparidade estimada, o que, juntamente com a materialidade do seu valor, faz com que consideremos este tema como matéria relevante de auditoria.</p>	<p>A nossa abordagem de auditoria para a imparidade para crédito a clientes incluiu uma resposta específica que se traduziu no desenho, e subsequente execução, de procedimentos de auditoria que incluíram, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Entendimento e avaliação do desenho dos procedimentos de controlo interno existentes no processo de quantificação das perdas por imparidade para crédito a clientes; ▶ testes de revisão analítica sobre a evolução do saldo da imparidade para crédito a clientes, comparando-o com o período homólogo e com as expectativas formadas, dos quais são de destacar o entendimento das variações ocorridas na carteira de crédito e alterações dos pressupostos e metodologias de imparidade; ▶ seleção de uma amostra de clientes objeto de análise individual de imparidade para avaliação dos pressupostos utilizados pelo órgão de gestão na quantificação da imparidade. Esta análise incluiu a informação sobre a situação económico-financeira dos devedores e os relatórios de avaliação dos colaterais, assim como indagações aos especialistas do Banco para entender a estratégia de recuperação definida e os pressupostos usados. ▶ com o apoio dos nossos especialistas em matéria de gestão de risco, testámos a razoabilidade dos parâmetros utilizados no cálculo da imparidade coletiva, destacando-se: <ul style="list-style-type: none"> i) o entendimento da metodologia formalizada e aprovada pelo órgão de gestão e comparação com a efetivamente utilizada; ii) a apreciação das alterações aos modelos para determinar parâmetros para refletir a perda esperada; iii) a análise das alterações realizadas durante o exercício aos parâmetros de risco (PD, LGD e EAD); iv) o seguimento das medidas corretivas de deficiências anteriormente identificadas no modelo de imparidade coletiva; e v) o teste por amostragem à classificação das operações nos <i>stages</i> 1, 2 e 3; e

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
	<p>vi) avaliação da razoabilidade dos ajustamentos realizados, em particular aqueles para responder às áreas de julgamento adicionais e apreciação do processo de gestão associado a esses ajustamentos.</p> <p>► análise das divulgações incluídas nas notas explicativas às demonstrações financeiras, tendo por base os requisitos das normas internacionais de relato financeiro e os registos contabilísticos.</p>

2. Mensuração dos imóveis recebidos por recuperação de créditos e propriedades de investimento

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Em 31 de dezembro de 2022, as rubricas de “Ativos não correntes detidos para venda”, “Propriedades de investimento” e “Outros ativos” incluem o registo de imóveis no montante de 174.757 milhares de CVE, 778.586 milhares de CVE e 497.374 milhares de CVE, respetivamente, que em conjunto representam 5,14% do total do ativo líquido.</p> <p>As políticas contabilísticas e o detalhe destes ativos estão divulgados nas notas às demonstrações financeiras (Notas 2.10, 2.14, 2.15, 2.20, 12, 13 e 16).</p> <p>Periodicamente, o Banco solicita, a peritos avaliadores externos registados no Banco Central de Cabo Verde (“BCV”), avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de crédito. Caso o valor da avaliação, deduzido de custos estimados incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor do balanço, são registadas perdas por imparidade.</p> <p>As “Propriedades de investimento”, encontram-se arrendadas a terceiros para obtenção de rendimentos ou para valorização de capital. Estes imóveis estão mensurados ao justo valor, também determinado por avaliações de entidades externas registadas no BCV.</p> <p>A avaliação dos imóveis considera um conjunto de pressupostos julgamentais que dependem das características específicas de cada ativo e da estratégia do Banco para a sua comercialização. Os pressupostos acerca de acontecimentos futuros poderão não ocorrer ou, mesmo que ocorram, os resultados reais poderão ser diferentes. A título de exemplo, podem verificar-se alterações ao nível das expectativas do mercado imobiliário, de variáveis macroeconómicas relevantes ou ao nível de características intrínsecas do próprio imóvel e da envolvente física circundante.</p>	<p>A nossa abordagem de auditoria sobre a imparidade de imóveis recebidos por recuperação de crédito e a mensuração de propriedades de investimento incluiu uma resposta específica que se traduziu no desenho, e subsequente execução, de procedimentos de auditoria que incluíram, designadamente:</p> <p>► entendimento dos procedimentos de controlo interno existentes no processo de mensuração dos imóveis recebidos por recuperação de crédito concedido e propriedades de investimento;</p> <p>► testes de revisão analítica sobre o valor dos imóveis incluídos em “Ativos não correntes detidos para venda”, “Outros ativos” e “Propriedades de investimento”, comparando-o com o período homólogo e com a expectativa formada, dos quais são de destacar o entendimento das variações ocorridas e alterações dos pressupostos e metodologias;</p> <p>► para uma amostra de imóveis, apreciação da razoabilidade da metodologia e dos pressupostos utilizados pelos peritos avaliadores externos e confirmação do seu registo no BCV. Para estes imóveis, analisámos, quando aplicável, contratos promessa de compra e venda ou ofertas vinculativas recebidas e certidões de teor da conservatória do registo predial; e</p> <p>► análise das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras, tendo por base os requisitos das normas internacionais de relato financeiro e os registos contabilísticos.</p>

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base a sua materialidade nas demonstrações financeiras e o facto do uso de diferentes técnicas de valorização e pressupostos poder originar diferentes estimativas de justo valor.	

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Banco de acordo com os princípios geralmente aceites em Cabo Verde para o sector Bancário e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade do Banco se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha intenção de liquidar o Banco ou cessar as operações ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de relato financeiro do Banco.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Banco para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Banco descontinue as suas atividades; e

- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias significativas de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

OUTRA INFORMAÇÃO

Sobre o relatório de gestão

O órgão de gestão é responsável pela preparação de outra informação. Esta outra informação compreende o Relatório de Gestão, que não inclui as demonstrações financeiras e o nosso relatório sobre as mesmas e que obtivemos antes da data do nosso relatório.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a informação constante no Relatório de Gestão e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura do Relatório de Gestão e, em consequência, considerar se a informação nele contida é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria, ou se aparenta estar materialmente distorcida.

Se, com base no trabalho efetuado sobre a outra informação que obtivemos antes da data do nosso relatório, concluirmos que existe uma distorção material no Relatório de Gestão, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

10 de março de 2023

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sucursal em Cabo Verde
Representada por:

Assinado por: **Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto**
Num. de Identificação: 08539023
Data: 2023.03.10 18:24:30+00'00'



Ana Salcedas
Directora Geral

Assinado por: **SÍLVIA MARIA TEIXEIRA DA SILVA**
Num. de Identificação: 11891850
Data: 2023.03.10 15:51:46+00'00'



Sílvia Silva
Partner

19. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

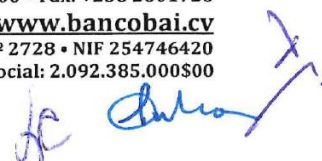
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal Exercício de 2022

Senhores Acionistas,

Nos termos da lei, designadamente ao estipulado no artigo 333º do Código das Sociedades Comerciais e as disposições estatutárias do Banco BAI Cabo Verde, SA, o Conselho Fiscal apresenta à Assembleia Geral de Acionistas, o seu Parecer sobre o Relatório de Gestão, as Contas e a Proposta de Aplicação de Resultados, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados pelo Conselho de Administração do BAICV.

1. Ao longo deste exercício o Conselho Fiscal acompanhou, com a periodicidade e extensão que considerou adequadas, a atividade do Banco, quer através da análise mensal das contas, do Tableau de Bord, das atas, bem como pelo cumprimento dos preceitos legais e estatutários aplicáveis;
2. Nos termos do Aviso nº 4/2017 o Conselho Fiscal debruçou-se ainda sobre o relatório do Sistema de Controlo Interno emanado pelo Conselho de Administração;
3. Das reuniões e dos contatos com a Administração e demais estruturas do BAICV, recebeu as informações e os esclarecimentos que considera necessários, e nada tendo observado em contrário às práticas geralmente aceites e que pudessem constituir de alguma forma um incumprimento deliberado das disposições legais e estatutárias;
4. Analisou o relatório do auditor independente, cuja opinião apresentava sem reserva e sem ênfase;
5. No âmbito das suas funções o Conselho Fiscal verificou que:
 - i. As demonstrações financeiras e os respetivos anexos satisfazem no fundamental, os requisitos legais da sua elaboração, conforme artigoº 345º do Código das Sociedades Comerciais e permitem uma adequada compreensão da situação financeira do Banco, e que as mesmas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e normas estabelecidas para o setor;

Banco BAI Cabo Verde, S.A.
Edifício "BAICENTER" R/C • Chã D'Areia, Praia • Cabo Verde
Tel.: +238 2602300 • Fax: +238 2601726
E-mail: bai@bancobai.cv • Portal: www.bancobai.cv
C.R.P.C.A.P n.º 2728 • NIF 254746420
Capital Social: 2.092.385.000\$00



- ii. As políticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
- iii. O relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação do banco, evidenciando os aspetos mais significativos;
- iv. A proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis;
- v. As demonstrações financeiras apresentam no final do exercício, um Resultado Líquido positivo de 57.949 mESC, o total do ativo líquido de 28.203.431 mESC, o passivo total de 25.326.738 mESC e os capitais próprios de 2.876.693 mESC.

Concluindo que as demonstrações financeiras analisadas permitem observar a boa gestão económica e financeira do BAICV.

Assim, face ao exposto, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral de Acionistas:

- a. Aprove as contas e o relatório de gestão de 2022 e
- b. Aprove a proposta de aplicação de resultados.

Finalmente o Conselho Fiscal deseja manifestar ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores do Banco o apreço pela colaboração prestada.

Cidade da Praia, 10 de março de 2023.

O Conselho Fiscal



António Borges
Presidente



José Carlos Cunha
Vogal



Liver Canuto
Vogal